

COMUNICAÇÃO: TRANSFORMAÇÃO E INTERAÇÃO

VOLUME II



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Frederico Celestino Barbosa

Comunicação: transformação e interação

2ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

2ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238C Comunicação: transformação e interação

/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2022

134 f.: il

DOI: 10.37423/2022.edcl464

ISBN: 978-65-5367-095-2

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. transmissão 2. emissor 3. receptor I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 70

<https://doi.org/10.37423/2022.edcl464>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2022

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	5
JORNALISMO GONZO NA VICE BRASIL: APROXIMAÇÕES ENTRE LINGUAGEM, DISCURSO E PRODUTO JORNALÍSTICO	
Clóvis César Pedrini Júnior	
DOI 10.37423/220305537	
CAPÍTULO 2	22
ENTENDENDO O PROCESSO SAÚDE - DOENÇA PELAS LENTES DA INTERDISCIPLINARIDADE E DA INTERSECCIONALIDADE: A COVID-19 COMO REFERÊNCIA	
Pablo de Oliveira Lopes	
DOI 10.37423/220305554	
CAPÍTULO 3	39
UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS INTERAÇÕES SOCIAIS SOBRE A SAÚDE MENTAL	
MAGNO PINTO DE OLIVEIRA	
DOI 10.37423/220305570	
CAPÍTULO 4	57
ERA UMA VEZ, MAS NÃO ERA BEM ASSIM: AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS NARRATIVAS A BELA ADORMECIDA E MALÉVOLA	
Marina Eing Barbosa	
Adriana Stela Bassini Edral	
DOI 10.37423/220305571	
CAPÍTULO 5	74
OS DIREITOS INDÍGENAS MEDIANTE OS PRINCÍPIOS DO TELEJORNALISMO PÚBLICO: ANÁLISE DE REPORTAGENS DA TVE-TO	
Adriana Tigre Lacerda Nilo	
DOI 10.37423/220305572	
CAPÍTULO 6	91
CONSTRUÇÃO TEXTUAL: CARACTERÍSTICAS DA REPORTAGEM-CONTO NA REVISTA REALIDADE	
Reinaldo César Zanardi	
DOI 10.37423/220305589	

CAPÍTULO 7 107

OLÁ, PESSOAL, BEM-VINDOS AO MEU CANAL: YOUTUBERS MIRINS E A SUBJETIVAÇÃO DA CRIANÇA NA CONTEMPORANEIDADE.

Wilker César Pereira Guedes

Paula Vieira

Arno Adolfo Wegner Júnior

Fabíola Orlando Calazans Machado

Júlia Garcia

Angélica Freitas

DOI 10.37423/220305590

CAPÍTULO 8 121

CONSUMO DE COMIDA DE MIGRANTES E IDENTIDADE: UM DEBATE A PARTIR DA PERSPECTIVA MULTICULTURAL

JOAO RENATO DE SOUZA COELHO BENAZZI

DOI 10.37423/220305603

Capítulo 1



10.37423/220305537

JORNALISMO GONZO NA VICE BRASIL: APROXIMAÇÕES ENTRE LINGUAGEM, DISCURSO E PRODUTO JORNALÍSTICO

Clóvis Cézar Pedrini Júnior

Universidad de Sevilla



Resumo: A VICE foi considerada um dos veículos de mídia mais inovadores do mundo, muito devido a sua escolha discursiva, questionada, assim como foi questionado o jornalismo gonzo criado por Hunter Thompson nos anos 1960. As rotinas de produção das notícias e os processos jornalísticos estão ali. O público está delimitado, são os *millenials*, e a busca da VICE é a mesma a de qualquer outra redação: falar com seu leitor, informar, buscar novos enfoques e ser financeiramente viável. A linguagem é o que a define segundo seu ex-editor-chefe, André Maleronka. Este artigo, produto do grupo de pesquisa Comunicação, Tecnologia e Sociedade, desenvolvido no Centro Universitário Internacional, Uninter, analisa a utilização do jornalismo gonzo pela VICE Brasil. A intenção é discutir o estilo e refletir sobre as fronteiras as quais o jornalismo chega.

Palavras-chave: Gênero jornalístico; Jornalismo gonzo; VICE Brasil, Jornalismo online, Jornalismo alternativo.

INTRODUÇÃO

Com 36 redações espalhadas por mais de 25 países e presente em quatro continentes, a VICE vem se destacando pela proposta de um jornalismo marcado pela linguagem, considerada por muitos como inovadora e originalmente arejada. A VICE se alto-intitula como sendo “um grupo de mídia global jovem”¹ ou “a toca virtual da VICE de atividades nefastas, jornalismo investigativo e documentários reveladores”.

Mas defini-la apenas pautando-se pela linguagem ousada seria simplificar sua importância e as características que a tornam “diferente”. Pois afinal, ela não é tão diferente assim, como confessa o ex-diretor-chefe, André Maleronka na entrevista concedida para a citada pesquisa.

A VICE funciona, nos pormenores, como uma redação *established* qualquer. Na redação horizontalizada verifica-se toda a rotina de produção de uma notícia, “a coleta, a seleção e a apresentação” (WOLF, 2008: 229) diferencia-se sim, para atingir e alcançar um público específico, para vender anúncios, gerar receita e ser economicamente viável.

Não coincidentemente um dos fundadores da VICE, o canadense Shane Smith é uma das pessoas mais ricas de seu país, com uma fortuna de cerca de 1,4 bilhão de dólares . Em 2016, ele também figurou na lista das pessoas mais poderosas do ‘mundo dos negócios’ do Canadá .

Além do lado business, que a VICE não trata de esconder, o profissionalismo do veículo pode ser percebido em sua rede internacional de canais digitais. Ela é a responsável por operar o primeiro canal online de vídeos originais, uma produtora de vídeo e cinema; um selo musical e uma agência interna de serviços criativos, além de todo o staff jornalístico.

A VICE também está muito bem acompanhada em uma join-adventure que contempla a A&E Networks e a Walt Disney Company. Dentre seus anunciantes no Brasil já figuraram marcas como Skol Beats, Spotify, Martini e Vivo. Estas relações denunciam o óbvio caráter com fins lucrativos do negócio. Ou seja, a VICE não é um site alternativo considerando esse ponto de vista.

A sucursal brasileira também possui produtos específicos de geração de conteúdo. E o caso dos canais digitais Noisey, inteiramente voltado para o universo da música; o Thump, dedicado exclusivamente à música eletrônica; o Motherboard, criado para celebrar a cultura da ciência e tecnologia; o NSFW sobre sexo e o The Creators Project, canal sobre o mundo das artes e da indústria criativa.

O estudo de caso que apresentamos procura identificar em que medida a VICE Brasil representou uma inovação no jornalismo. Nesse sentido, verificamos que não se trata de algo assim tão novo, mas da

aplicação do que se entende como “jornalismo gonzo”, uma prática surgida nos idos anos 1960, a partir de um conjunto de inovações promovidas pelos movimentos que deram origem ao New Journalism.

Neste trabalho, apresentamos o resultado de uma pesquisa que incluiu em seus procedimentos metodológicos a análise de conteúdo, a observação e a entrevista com participantes da antiga VICE Brasil, antes das mudanças promovidas pela sede em 2019/20. A partir dos dados obtidos, verificamos que se reproduziam várias características do que se compreende como jornalismo gonzo.

Seleção e a apresentação” (WOLF, 2008: 229) diferencia-se sim, para atingir e alcançar um público específico, para vender anúncios, gerar receita e ser economicamente viável.

Não coincidentemente um dos fundadores da VICE, o canadense Shane Smith é uma das pessoas mais ricas de seu país, com uma fortuna de cerca de 1,4 bilhão de dólares². Em 2016, ele também figurou na lista das pessoas mais poderosas do ‘mundo dos negócios’ do Canadá³.

Além do lado business, que a VICE não trata de esconder, o profissionalismo do veículo pode ser percebido em sua rede internacional de canais digitais. Ela é a responsável por operar o primeiro canal online de vídeos originais, uma produtora de vídeo e cinema; um selo musical e uma agência interna de serviços criativos, além de todo o staff jornalístico.

A VICE também está muito bem acompanhada em uma join-adventure que contempla a A&E Networks e a Walt Disney Company. Dentre seus anunciantes no Brasil já figuraram marcas como Skol Beats, Spotify, Martini e Vivo. Estas relações denunciam o óbvio caráter com fins lucrativos do negócio. Ou seja, a VICE não é um site alternativo considerando esse ponto de vista.

A sucursal brasileira também possui produtos específicos de geração de conteúdo.

E o caso dos canais digitais Noisey, inteiramente voltado para o universo da música; o Thump, dedicado exclusivamente à música eletrônica; o Motherboard, criado para celebrar a cultura da ciência e tecnologia; o NSFW sobre sexo e o The Creators Project, canal sobre o mundo das artes e da indústria criativa.

O estudo de caso que apresentamos procura identificar em que medida a VICE Brasil representou uma inovação no jornalismo. Nesse sentido, verificamos que não se trata de algo assim tão novo, mas da aplicação do que se entende como “jornalismo gonzo”, uma prática surgida nos idos anos 1960, a partir de um conjunto de inovações promovidas pelos movimentos que deram origem ao New Journalism.

Neste trabalho, apresentamos o resultado de uma pesquisa que incluiu em seus procedimentos metodológicos a análise de conteúdo, a observação e a entrevista com participantes da antiga VICE Brasil, antes das mudanças promovidas pela sede em 2019/20. A partir dos dados obtidos, verificamos que se reproduziam várias características do que se compreende como jornalismo gonzo.

Este artigo surgiu como parte dos resultados e estudos promovidos dentro de um projeto de pós-doutorado desenvolvido na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e do projeto de pesquisa “Jornalismo alternativo na era digital”, do grupo de pesquisa Comunicação, Tecnologia e Sociedade, desenvolvido no Centro Universitário Internacional (Uninter) desde 2015.

SOBRE OS MÉTODOS DE PESQUISA

A análise de conteúdo foi realizada diariamente durante um mês, entre 13 de junho de 2016 e 13 de julho de 2016. O estudo realizado adotou procedimentos de análise documental e de conteúdo. No primeiro caso, consideramos a consulta ao site e aos seus conteúdos como um procedimento que incluiu a busca e a catalogação de informações, conforme indica Moreira (2005). No caso da análise de conteúdo, utilizamos um procedimento que permitisse a quantificação de dados considerando a técnica de análise categorial proposta por Fonseca Jr. (2005).

O período de monitoramento deu-se em turnos variados. No primeiro dia acessava-se pela manhã, no segundo à tarde, no terceiro à noite e assim sucessivamente, incluindo finais de semana. O objetivo era possibilitar uma abordagem aleatória para as coletas a fim de evitar resultados distorcidos por questões, como postagens de jornalistas que atuam em apenas um dos períodos ou postagens com temáticas definidas por período.

Para cada dia uma postagem, disposta em destaque na *homepage*, deveria ser analisada, observando 42 aspectos, divididos entre propriedades informativas, recursos textuais, recursos visuais e recursos em áudio. Caso o conteúdo fosse repetido em relação ao dia anterior, o pesquisador deveria se ater ao destaque secundário ou equivalente, privilegiando a atualidade do texto.

A terceira opção em caso de repetição seria a lista de últimas notícias, caso houvesse, ou abas disponíveis na *home*. Por fim, caso todos os textos se mantivessem os mesmos no próximo turno de coleta, o pesquisador deveria repetir os dados do dia anterior, o que ocorreu raramente.

Um pré-teste foi realizado uma semana antes da pesquisa começar com duas bolsistas do projeto, a fim de identificar possíveis falhas ou inconsistências na planilha e o tempo médio para realizar a tarefa. Os pesquisadores levariam de 10 a 15 minutos diários para realizar o trabalho.

Os elementos dispostos na planilha e que foram analisados em cada um dos conteúdos consideraram os seguintes aspectos:

- Recursos textuais: existência de *lead*, intertítulos, negritos, *links* internos, *links* externos, *tags*, gravatas, publicações relacionadas, espaço para comentários, proposição de ação, origem e autoria do conteúdo e algum outro elemento textual a ser considerado.
- Recursos visuais: existência de fotos, vídeos, plataforma para vídeo, uso de gráficos, *prints* e ilustrações, além de origem e autoria dos conteúdos.
- Recursos em áudio: existência de conteúdo exclusivo em áudio, plataforma para áudio, origem e autoria.

Além desses dados, também se deveria inserir o título da publicação, a disposição na *home* no momento da análise, o *link* da postagem, os dias e horas da postagem e da visualização. Considerou-se importante essa diferenciação, pois as páginas são dinâmicas, os conteúdos mudam de lugar frequentemente ou podem ser atualizados ou retirados do ar. Os pesquisadores também poderiam fazer anotações (no campo notas) sobre questões que lhes chamaram atenção para serem observados. Essas anotações tiveram a missão de funcionar como um diário de campo.

O preenchimento foi monitorado diariamente pelo coordenador e revisões eram feitas a cada final de semana para garantir que houvesse rigor no trabalho. Esta etapa foi considerada fundamental para evitar com que os dados fossem invalidados ou que o preenchimento tivesse ocorrido diferentemente entre os pesquisadores, o que invalidaria qualquer análise comparativa entre os sites.

Uma segunda etapa da pesquisa consistiu na observação do ambiente de trabalho. Entramos em contato com a redação da VICE Brasil, em São Paulo para fazer a observação dos procedimentos de produção *in loco* e realizar uma entrevista semiestruturada com o então editor responsável pelo veículo, André Marelsonka e a jornalista Débora Lopes.

A VICE

A VICE chegou no Brasil em 2010 e até 2013 contava com apenas quatro pessoas na redação. Hoje são mais de vinte. A equipe brasileira é formada por recém-formados nas escolas de jornalismo e por profissionais advindos de veículos como a extinta MTV Brasil, Ele & Ela, Revista Trip e outros veículos que buscavam se diferenciar pela linguagem adotada já lá nos anos 1990.

A média de idade da redação não passa dos trinta anos. Não há nenhum impedimento para que os jornalistas trabalhem de *shorts* tadel verde limão ou regatas, nem mesmo que usem grandes fones de ouvidos plugados nas últimas playlists indies do Spotify. A empresa, no entanto, não abre mão de que todos tenham que registrar suas folhas-ponto diariamente como revelou a repórter Débora Lopes (2016).

Fundada em 1994 na cidade de Montreal, estado de Quebec, no Canadá, por Shane Smith, Gavin McInnes e Suroosh Alvi (LINDOSO, 2007: 202) a VICE começou como uma simples revista impressa chamada VOICE of Montreal e depois VICELand. Desde o início a revista era pautada pela cultura alternativa, sempre com um tom crítico e descontraído.

No início da década de 2000, a VICE migrou para as plataformas tecnológicas e passou a fazer uso das novas mídias com grande intensidade e desenvoltura. Hoje, apenas a versão canadense possui uma revista impressa, sendo que no resto do mundo a VICE existe apenas no “mundo líquido digital” (BAUMAN, 2007).

Em 2010, a Fast Company⁴ elegeu a VICE como a 3ª companhia de mídia mais inovadora do planeta, definindo-a como uma “bíblia hipster, de identidade secreta e superpoder de mídia”. Foi essa bíblia hipster do novo jornalismo contemporâneo pós-digital (LONGO, 2014) que o grupo de pesquisa em Comunicação, Tecnologia e Sociedade⁵ foi conhecer in loco na Vila Uberabinha, em São Paulo, no dia 17 de julho de 2016.

Na ocasião foram entrevistados André Maleronka⁶, editor-chefe responsável pela VICE Brasil desde sua fundação e a repórter e host Débora Lopes⁷, no veículo desde 2012.

Fundo preto, com fontes que lembram pichações e estilo street, fotos grandes, palavrões, gírias, texto técnico, textos longos contrastantes com textos curtos, política, sexo, sociedade, drogas, música, tecnologia, reportagens de profundidade, relatos superficiais que se transformam em matéria. Enfim, a VICE Brasil segue os moldes das plataformas VICE ao redor do mundo, um emaranhado visual e linguístico que parece desafiar os limites éticos e estéticos do jornalismo ao mesmo tempo em que preservam uma profunda preocupação com a produção de informação de qualidade.



Figura 1: Site do VICE Brasil: www.VICE.com/pt_br (imagem de tela)

O visual e a programação do site e de todas as plataformas são padronizadas e já vêm importadas da matriz da VICE. Indubitavelmente, o público-alvo são os jovens. As notícias são separadas em inúmeras seções, algumas genuinamente brasileiras como o Noisey e outras internacionalizadas, como o VICEland, canal produzido em parceria com a Disney e dirigido ao público millenials⁸, a geração que nasceu entre os anos 1980 e 2000 (RAINER, 2011).

Algun desavisado poderia achar que se trata de um site de música RAP, porém o site apresenta uma fácil e intuitiva interface. Apesar de ser uma plataforma rica em conteúdos de vários tipos, como vídeos, gifs, tags, hiperlinks e fotos ocupando toda a página, a diagramação do texto mantém as boas práticas do design. Seu espaço é bem delimitado com brancos ao redor que ajudam na legibilidade. Pode-se afirmar que o texto ainda é o ator principal e de que “a boa comunicação e uma paixão por contar histórias permanecem sendo habilidades essenciais” também no design editorial (CALDWELL, ZAPPATERRA, 2014: 7).

As manchetes sempre buscam “pescar” a atenção imediata do leitor. Por vezes, o texto não corresponde ao esperado. É o caso das matérias-relato, em que o jornalista simplesmente relata um fato ou uma experiência particular como, por exemplo, “Comi um Menu Completo de Insetos”⁹, em uma notória aplicação do jornalismo gonzo.

O logotipo mais parece uma arte de rua, porém, a fonte utilizada nas manchetes e no corpo do texto, são extremamente conservadores em termos de design: serifadas, contrastantes, nítidas e bem

legíveis; o que representa mais uma característica de respeito ao texto e à redação produto da prática jornalística.

JORNALISMO GONZO E A VICE: APROXIMAÇÕES

Ao som dos Rolling Stones, The Beatles, no embalo do movimento hippie, acompanhado por autores como Jack Kerouak e inspirados por John Fante o jornalismo gonzo surgiu com características contra culturais, propõe a subversão e força os limites do jornalismo até as beiras do nonsense e do absurdo, ou, apenas dá ênfase para o jornalismo dos chamados *fait divers*.

Surgido nos Estados Unidos na década 1960, na esteira do movimento chamado New Journalism, o jornalismo gonzo preza pela liberdade de expressão, é confessional, sem censura e propõe “a transposição da barreira essencial que separa o jornalismo da ficção: o compromisso com a verdade” (LACERDA, 2009: 07).

O jornalismo gonzo surgiu enquanto acontecia a Guerra do Vietnã e concomitantemente ao movimento literário Beatnik.

Nos últimos 200 anos, várias mudanças no exercício da profissão estão associadas às inovações tecnológicas (Kovach e Rosenstiel, 2001). E curiosamente, foi em diferentes crises que movimentos importantes nasceram na história do Jornalismo, como o jornalismo investigativo, o jornalismo gonzo, o *new journalism* e o *civic journalism*, a partir dos Estados Unidos, principalmente, mas com reflexos nas coberturas de todo o mundo (Neveu, 2010) (KISCHINHEVSKY et.al, 2011, p. 26).

Pena (2005, p. 48) propõe a colocação do jornalismo gonzo, assim como o New Journalism, na categoria de sub-gênero do jornalismo literário. Já Krette Jr (2010: 101) o definirá como “a versão mais radical do New Journalism” e defende que “Jornalismo Gonzo desmascara o simulacro de realidade imposta pela grande mídia e faz relembrar a máxima linguística de que o homem só existe ‘na’ e ‘pela’ linguagem”.

No Brasil ele serviu de ferramenta contra a ditadura militar com iniciativas como o Pasquim (KRETTE JR., 2010: 100) e manteve-se vivo em publicações como a Revista Trip e a Revista Piauí. Com a internet o gênero se proliferou. Werneck (2004, p. 524).

Sentencia que o estilo é sim jornalismo, mas não o jornalismo usual, onde “o repórter, em nome da imprescindível busca da objetividade, se sente desobrigado de servir ao leitor mais que uma pilha de informações descarnadas – como se fosse isso a realidade”.

O gonzo se expressa livremente “sem caretice” (DA SILVA, 2010, p. 109) utilizando-se da parresía de Foucault (1995), a partir da qual dizer a verdade não é apenas relatar o que aconteceu, mas “utilizar a fala franca no

espaço público, sem bajulação, e assumindo riscos impostos por essa fala no espaço público. Foi com essa postura que Hunter Stockton Thompson criou o jornalismo gonzo” (RITTER, 2016, p. 109).

A saga de Thompson deu origem às reportagens compiladas no livro ‘Hells Angels’, de 1967, um verdadeiro tratado sobre o que viria a ser definido como jornalismo gonzo. O livro mostra o repórter convivendo com motociclistas e praticando um jornalismo “assentado em uma apuração levada às últimas consequências” (MENEZES, 2007: 14) uma vez que o jornalista não apenas oculta ou pode esconder sua identidade, mas como também pode se lançar como protagonista principal dos acontecimentos, condicioná-los ou modificá-los com sua atitude (HIDALGO et. Al, 2013).

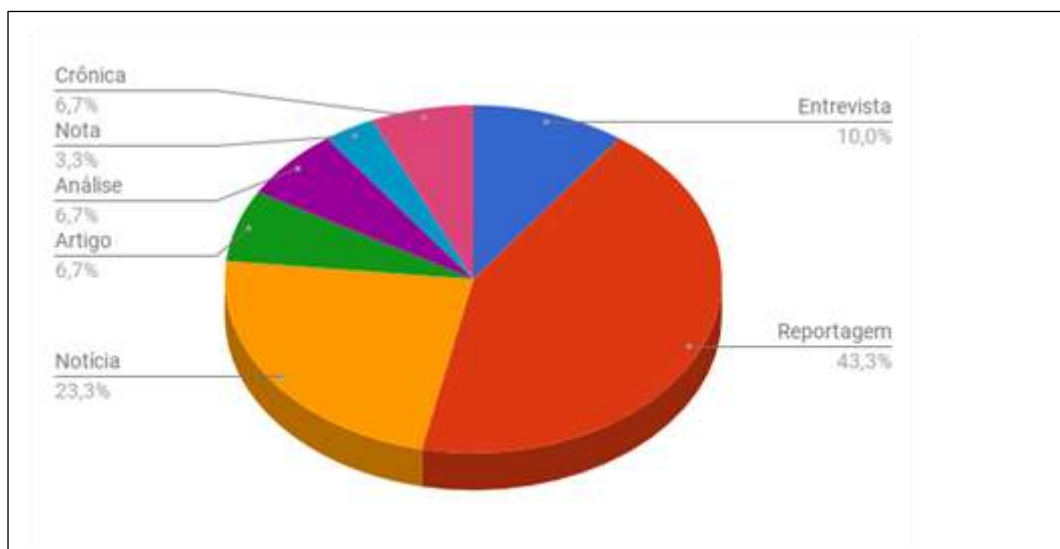
O jornalismo gonzo se caracteriza pelo

envolvimento profundo e pessoal do autor no processo de elaboração da matéria. Não se procura um personagem para a história; o autor é o próprio personagem. Tudo que for narrado é a partir da visão do jornalista. Irreverência, sarcasmo, exageros e opinião também são características do Jornalismo Gonzo. Na verdade, a principal característica dessa vertente é escancarar a questão da impossível isenção jornalística tanto cobrada, elogiada e sonhada pelos manuais de redação. (THOMPSON, 2004b)

Por tudo isso, é quando a VICE vai para a rua que se percebe a diferença. Reportagens de profundidade, com muita entrevista e abordagens inovadoras. Segundo Makeronka (2016), hard news não é o forte do veículo, que em todas as matérias busca uma visão até então não apresentada pelos concorrentes. Fiel ao tipo de jornalismo proposto a VICE opta por conteúdos de pouca factualidade, com enfoque em temas comportamentais e de genérico interesse humano, por vezes baseadas em uma curiosidade mórbida ou escatológica, e por outras em um hedonismo voyer, características marcantes do chamado soft news, conforme define Tuchman (1978) e que é mais recorrente na “reportagem”, gênero jornalístico que aborda temas ou assuntos a partir de uma perspectiva de aprofundamento, ultrapassando “os limites impostos pela mera descrição factual, apresentando impactos, contexto, desdobramentos e antecedentes, entre outros elementos que incrementam o tema de que trata” (COSTA, 2010, p. 249).

Uma vez que a reportagem é “o” produto do jornalismo gonzo, pressupõe-se que um site que se referencia nesse tipo de jornalismo só poderia ser reconhecido como gonzo a partir do momento em que se apresentam conteúdos que se enquadram no gênero em questão.

Gráfico 1 – Postagem segundo gênero jornalístico



Fonte: Autor

Do total coletado, 43,3% das matérias eram do gênero “reportagem”, seguida de “notícias” (23,3%) e “entrevistas” (10%). Percebe-se que apesar da linguagem de redação pouco convencional se comparado a jornais estabelecidos, os formatos do produto jornalístico da VICE Brasil são os mesmos do que o de outros veículos.

Também são percebidos critérios de noticiabilidade, tanto nos assuntos abordados quanto nas escolhas feitas das notícias que ficaram em destaque na homepage. Para Traquina (2004), o jornalismo define-se, principalmente, pelo processo de produção de notícia e pelo trabalho rotineiro do jornalista. Na observação in loco realizada pelo grupo de pesquisa confirmou-se uma típica rotina de produção na VICE Brasil, desde reuniões de pautas até o contato com fontes, apuração e confirmação de dados até, aprovação por um editor até o fechamento da matéria. Isso refletiu-se nos dados que externaram os formatos consagrados do jornalismo como sendo também os produzidos pela VICE Brasil.

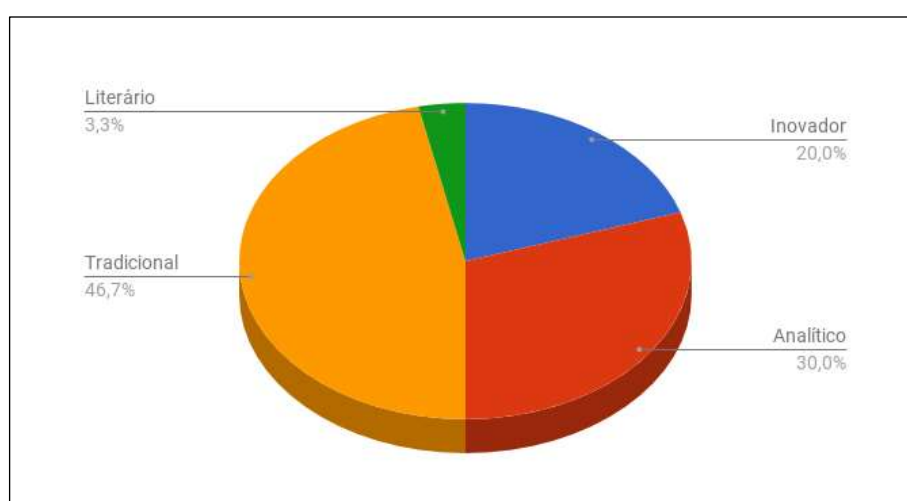
Uma das características marcantes presentes na linguagem é o uso da irreverência, expressa pelo uso de ironia, descrição de cenas e uso de palavras incomuns. Na VICE é recorrente o uso de palavrões no meio das reportagens: “sai naturalmente, mas não deve ser algo forçado nem o fim em si”, afirma a ex-repórter da VICE, Débora Lopes (2016). “É como a molecada fala”, segundo Maleronka (2016). A linguagem, portanto, é um recurso que surpreende, promovendo uma distinção da VICE em relação aos demais veículos, ao mesmo tempo em que a aproxima de um determinado nicho.,

Isso comprova uma estratégia de mercado da VICE, associada aos tempos atuais em que o jornalismo, de modo geral, passa por uma série de transformações que exigem a reelaboração do modelo de

negócios, tendo a segmentação como uma de suas principais características. Noblat (2016, p. 151), por exemplo, afirma que “o jornal só atrairá mais leitores, principalmente mulheres e jovens, se oferecer o que lhes interessam todos os dias. No caso dos jovens, os jornais erram porque escrevem sobre eles”, quando deveriam escrever para eles.

Alguns títulos da VICE comprovam esse risco: “Vinte Horas num Clube de Striptease em Nova York”¹⁰, “Sério, Não Coma sua Placenta”¹¹, “Quando o Beijo Grego Dá Ruim”¹² ou “Quem a Transfobia Matou no Brasil em 2016?”¹³.

Gráfico 2 – Postagens conforme estilo textual



Fonte: Autores

Quanto ao estilo dos textos, é necessário a soma dos estilos inovador, analítico e literário para se ultrapassar o estilo tradicional. Esse dado denota que apesar da linguagem considerada vanguardista, o estilo tradicional de reportagem ainda é o mais utilizado. Foram identificadas as presenças do lead, sublead e do formato da pirâmide invertida em 46,7% das matérias coletadas. Considerou-se inovador, 20%, quando esse formato não prevalecia de alguma forma, como por exemplo matérias de estilo relato, onde, na maioria das vezes, o repórter/personagem iniciava contando suas experiências. O analítico, 30%, normalmente refere-se a análises de produtos culturais como álbuns de música, filmes, livros e seriados.

Dentre outras práticas do jornalismo gonzo, A VICE adota a escrita em primeira pessoa e a não fidelidade ao assunto principal da reportagem. O autor relativiza uma série de questões e atua como sujeito da ação narrada podendo criar situações para escrever (NECCHI, 2009: 108). No filme ‘Medo e Delírio’ (EUA, 1998) o diretor Terry Gilliam retrata uma viagem de Thompson para Las Vegas onde ele deveria cobrir uma corrida de motos no deserto de Navarra, mas, “em vez de trazer uma cobertura fiel

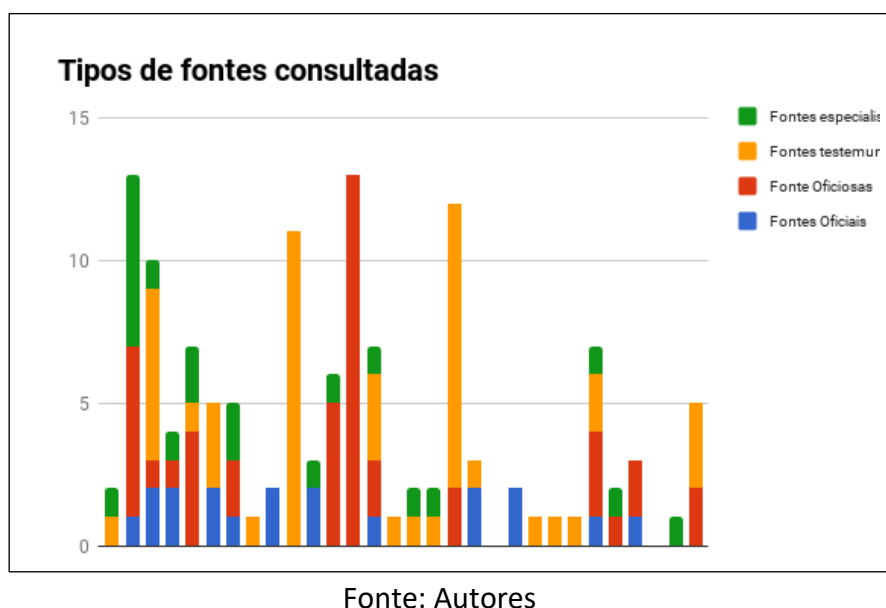
dos eventos, as reportagens feitas por Thompson focaram na fragilidade do american way of life” (BARBEIRO DE LIMA, 2013, p. 222).

As reportagens publicadas pela VICE dão ênfase para a subjetividade do discurso jornalístico. As reportagens “O que Senti Depois de Passar 70 Dias Deitado numa Cama pela Ciência”¹⁴, “Ganho a Vida Sendo Injetada com Radiação”¹⁵ ou “Fiquei Várias Semanas Xingando uma Maçã para Ver se Ela Apodrecia Mais Rápido”¹⁶ tornam evidentes os processos de experimentação por parte do repórter, que narra os acontecimentos a partir do seu ponto de vista, seguindo o padrão de relatos pessoais.

Outra característica própria da prática do jornalismo gonzo verificada nas reportagens da VICE é “a experimentação de estados de consciência alterados” (DA SILVA, 2010: 109). São alguns exemplos as matérias “Passei três Semanas sem Gozar e Depois Perguntei para um Professor o que Significavam todos os Sentimentos que Estava Sentido”¹⁷, “Por que a Geração Z não Curte Beber ou Usar Drogas”¹⁸, “Pessoas nos Contaram a Pior Vez em que os Pais as Pegaram Chapadas”¹⁹, “Quais os Efeitos da Cocaína 100% Pura”²⁰, “Dá para Reverter os Efeitos de Longo Prazo das Drogas com Exercício, Alimentação Saudável e Vitaminas?”²¹ e “Tomar o Nootrópico Modafinil me Fez Amar o Trabalho e Odiar as Pessoas”²². As manchetes aparentemente chocantes, no entanto, não impediram a VICE Brasil de ganhar três dos cinco primeiros prêmios do V Prêmio Latinoamericano de Periodismo Sobre Drogas²³.

A prevalência das matérias catalogadas era de fonte própria, ou seja, produzidas pela própria VICE. Porém, vale ressaltar que muitas delas vinham de redações da VICE de outros países.

Gráfico 3 – Tipos de fontes consultadas



Um dos critérios de noticiabilidade da VICE são histórias inusitadas. A elas, procura-se dar outro viés para as abordagens jornalísticas. Por isso se nota a grande presença das fontes humanas. Muitas vezes, a fonte é o próprio jornalista, outra característica do jornalismo gonzo que coloca o repórter como personagem ou protagonista dos acontecimentos relatados (DA SILVA 2010: 109). Fontes oficiais são, no caso das matérias da VICE Brasil, relatos de experiências de terceiros, que não o próprio repórter.

Por isso, como expressado anteriormente, no jornalismo gonzo nem sempre é possível certificar-se da veracidade ou não dos fatos relatados. Fontes de especialistas e oficiais são utilizadas da mesma maneira que em redações estabelecidas, busca-se confirmação de informações que ajudarão a dar maior credibilidade ao produto jornalístico.

Essa premissa faz aumentar a autoria dos conteúdos por parte dos próprios jornalistas da VICE, o que a diferencia de outros veículos que sucumbiram ao avanço dos releases enviados por assessorias de imprensa às redações – e que muitas vezes são publicados com alguma ou nenhuma edição, checagem ou apuração – e das notas prontas de agências de notícias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo gonzo pode ser entendido como uma negação da objetividade cínica do jornalismo canônico (VECCHI, 2009: 108). Por outro lado, o estilo nunca foi aceito com unanimidade pelos teóricos da comunicação (LACERDA, 2009, p. 4). Até mesmo Tom Wolfe (1976, p. 9) admite que aqueles que fizeram parte do New Journalism – em que inclui o gonzo – não tinham a intenção consciente de criar um novo jornalismo que “fosse capaz de causar tal estrago no mundo literário (...) provocar pânico, roubar da novela o trono de maior dos gêneros literários”.

Meio século depois, o gonzo tem demonstrado fôlego. Isso revela um estilo adaptável à nova realidade do jornalismo, principalmente pela força de sua narrativa verborrágica e espontânea. O gonzo mantém a mesma matéria-prima de suas origens e dela continua altamente dependente: histórias de pessoas reais, nem que para contá-las com mais beleza e sinceridade se utilize de um pouco de ficção, ironia e desalento com a realidade. E caso o jornalista, partícipe do acontecimento, não encontre a tal ‘realidade’, isso tão pouco será impedimento para que ele escreva a reportagem mesmo assim. O fim não importa e sim o caminho percorrido e as experiências vividas.

A durabilidade e o reconhecimento que a VICE têm alcançado nos últimos anos representa uma importante evidência da capacidade do jornalismo gonzo em oferecer produtos jornalísticos capazes de responderem às demandas da chamada crise do modelo de negócios do jornalismo. A aposta no

estilo, no relato de experiências e nos temas abordados surgem como alternativas para o diálogo com uma geração reconhecida pela avidez na busca de conteúdos segmentados, que os ajudem a se diferenciarem socialmente mas também a entenderem melhor o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBEIRO, H.; DE LIMA, P. R. Manual de jornalismo para Rádio, TV e Novas Mídias. São Paulo: Elsevier, 2013.

BAUMAN, Z. Vidas de consumo. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, 2007.

CALDWELL, C.; ZAPPATERRA, Y. Design editorial: jornais e revistas / mídia impressa e digital. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

COSTA, L. Gêneros jornalísticos. In: MARQUE DE MELO, José. Gêneros jornalísticos no Brasil. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

DA SILVA, G. R. (Org.). Novos jornalistas: para entender o jornalismo hoje. São Paulo: Laranja Pontocom, 2010.

FONSECA JR., Wison. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert. RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.208-239.

KISCHINHEVSKY, M.; IORIO F. M.; DIAS VIEIRA, J. P. (Org.) Horizontes do jornalismo: formação superior, perspectivas teóricas e novas práticas profissionais. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

LACERDA, L. M. O jornalismo gonzo: um possível diálogo entre Hunter S. Thompson e Arthur Veríssimo. In Anais. 2º Encontro Regional Norte de História da Mídia. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

LINDOSO, F. (org). Rumos [do] Jornalismo Cultural. São Paulo: Summus editorial, 2007.

MENEZES, V. Daqui desse lugar: 100 artigos sobre jornalismo, política e pertencimento. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

MOREIRA, Sonia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

NECCHI, V. A (im)pertinência da denominação “jornalismo literário”. In. Estudos em Jornalismo e Mídia - Ano VI - n. 1 pp. 99 – 109. UFSC, 2009.

NOBLAT, R. A arte de fazer um jornal diário. São Paulo: Contexto, 2002

PENA, F. O jornalismo Literário como gênero e conceito. IN Revista Contracampo, UFF. Rio de Janeiro, 2007.

RAINER, T. S.; RAINER J. W. The millennials: connecting to America's largest generation. Nashville, Tennessee: B&H Group, 2011.

RITTER, E. Parresía jornalística: a coragem da verdade no jornalismo literário. In. Imaginário, Sociedade e Cultura: diálogos transversais e Comunicação. Santos Ruy, K., Sifuentes, L. Porto Alegre: Edipucrs, 2016.

THOMPSON, H. S. Hell's angels: medo e delírio sobre duas rodas. São Paulo: Conrad, 2004.

THOMPSON, H. S. A grande caçada aos tubarões: histórias estranhas de um tempo estranho. Rio de Janeiro: Conrad do Brasil, 2004.

TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: EDUFSC, 2004.

TUCHMAN, Gaye. Making news: a study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

WERNECK, H. A arte de sujar os sapatos. In TALESE, G. Fama & Anonimato. São Paulo: Companhia das Letras, 2004;

WOLF, M. Teorias das comunicações de massa. São Paulo: Martins Fontes, 200

WOLFE, T. El Nuevo Periodismo. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

Capítulo 2

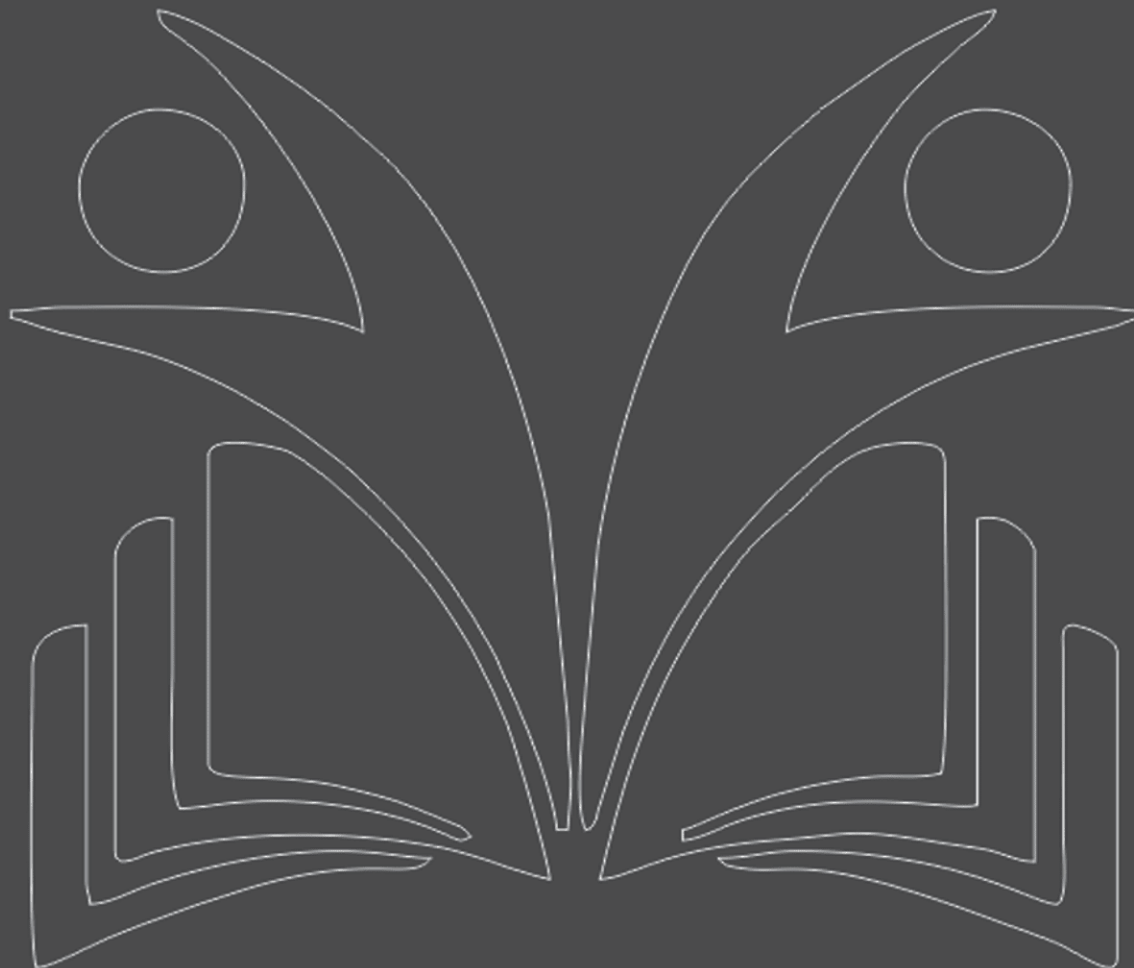


10.37423/220305554

ENTENDENDO O PROCESSO SAÚDE - DOENÇA PELAS LENTES DA INTERDISCIPLINARIDADE E DA INTERSECCIONALIDADE: A COVID-19 COMO REFERÊNCIA

Pablo de Oliveira Lopes

Universidade Federal do ABC



Resumo: Em meio à pandemia de Covid-19, a crise econômica e as desigualdades sociais a ela relacionadas tornam-se ainda mais evidentes, inclusive no campo da saúde. Numa perspectiva interdisciplinar e interseccional, realizamos uma pesquisa qualitativa, exploratória, de caráter bibliográfico e documental, e nos propomos a discutir a importância de se compreender o processo saúde-doença por meio de critérios que não se baseiem apenas na visão biomédica. Analisamos os textos que tratam da Covid-19, publicados na coluna Rico Vasconcelos, de janeiro de 2020 a junho de 2021, e verificamos quantos artigos com essa temática foram postados e se foram elaborados levando-se em consideração as desigualdades sociais, os condicionantes e os determinantes em saúde.

Palavras – chave: Covid-19. Interdisciplinaridade. Interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

O Brasil atravessa grave crise econômica, marcada por expressivo número de desempregados e aumento da parcela populacional dedicada às atividades informais. Segundo Balassiano (2020), a década de 2011 a 2020 foi a pior em termos de crescimento econômico dos últimos 120 anos; a taxa real de crescimento do produto interno bruto (PIB) do período foi -0,1%. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020) –, em dezembro de 2020, havia 14,1 milhões de desempregados, ou seja, 14,3% da população economicamente ativa. No contingente ocupado, 38,8% dos trabalhadores ou 32,7 milhões de pessoas trabalhavam informalmente (sem carteira assinada ou por conta própria, sem registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, o CNPJ). Portanto, há um significativo quinhão de trabalhadores que não tem direito a férias remuneradas, décimo terceiro salário e afastamento das atividades laborais por problema de saúde.

E em meio à pandemia da Covid-19, a crise econômica e as desigualdades sociais a ela relacionadas tornam-se ainda mais evidentes, inclusive no campo da saúde. De acordo com Collucci (2021), a doença causada pelo novo coronavírus foi mais letal entre pessoas negras do que entre as brancas no estado de São Paulo, ao longo do ano de 2020, quando 46,7 mil pessoas morreram em decorrência da enfermidade. Os dados colocam São Paulo, unidade da federação em que 40% dos habitantes são negros, na liderança da desigualdade racial no país, durante a pandemia, e escancaram disparidades já existentes. No Brasil, conforme Borret et al (2021), os indivíduos em situação econômica mais vulnerável são, em sua maioria, negros: representam 75,2% do total. Para as autoras, as modernas sociedades ocidentais estão organizadas com base em preceitos socioeconômicos e culturais capitalistas e colonialistas. A hierarquização social por meio do sistema raça-gênero-sexualidade-classe é necessária para manter tal organização; os quatro elementos citados são marcadores sociais de diferença, atuam como matrizes que sustentam o sistema e são primordiais para a manutenção de relações de poder e opressão sobre determinados grupos populacionais. São esses marcadores que explicam a dificuldade que pessoas LGBTQIA+ e negras encontram para acessar os serviços de saúde.

Tendo em vista essa perspectiva interdisciplinar e interseccional, realizamos uma pesquisa qualitativa, exploratória, de caráter bibliográfico e documental, cujo problema proposto é: como são elaborados os textos sobre a Covid-19 na coluna do infectologista Ricardo Vasconcelos? Para responder a essa pergunta, nos propomos a analisar as 18 publicações em que a doença aparece como tema, discutindo se há um entendimento do processo saúde-doença por meio de critérios que não estejam assentados somente na visão biomédica.

Ricardo Vasconcelos é médico, clínico geral e infectologista, e trabalha na área de tratamento e prevenção da infecção pelo HIV e de outras infecções sexualmente transmissíveis, e com pesquisas clínicas relacionadas à Profilaxia Pré Exposição (PrEP) ao HIV. Dedicar-se a uma coluna de divulgação científica, que aborda, sobretudo, os seguintes temas: HIV, AIDS e pessoas LGBTQIA+.

INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSECCIONALIDADE: A COVID-19 E SUAS RELAÇÕES COM A VULNERABILIDADE

No dia 31 de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, informou-se sobre casos de pneumonia de etiologia desconhecida, cujo surto foi vinculado a um mercado de frutos do mar e animais vivos. Pouco tempo depois, o agente etiológico envolvido foi identificado: era um novo coronavírus, o SARS-CoV-2, que, segundo Zhu *et al* (2020), é diferente do MERS-CoV e do SARS-CoV, e constitui-se no sétimo membro da família dos coronavírus que infectam seres humanos. Ainda de acordo com os autores, células epiteliais das vias aéreas humanas foram usadas para isolar o vírus. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (2020), em 30 de janeiro de 2020, o Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, declarou que o surto era uma emergência de saúde pública de importância internacional. Inicialmente, a maioria dos casos relatados era da China ou de pessoas com histórico de viagem para aquele país.

A doença causada pelo novo coronavírus recebeu a denominação Covid-19, em referência ao tipo de vírus (do inglês, Coronavirus disease) e ao ano de início da epidemia (2019). A Covid-19 é uma doença respiratória aguda, que pode levar a grave comprometimento orgânico sistêmico. Trata-se de uma doença infectocontagiosa para a qual não há tratamento, mas que pode ser evitada com a aplicação de vacina.

Além da vacinação, as medidas preventivas não farmacológicas são parte do armamento disponível contra a Covid-19. São recomendados o distanciamento social, a lavagem frequente das mãos e o uso de máscaras faciais. Tais medidas apontam para uma questão importante a ser discutida: a vulnerabilidade. Os indivíduos mais vulneráveis à infecção causada pelo SARS-Cov-2 não são apenas as pessoas que têm doenças crônicas e os idosos, mas também as que não podem seguir as orientações recomendadas pelas autoridades de saúde.

O conceito e a ideia de vulnerabilidade surgem, no campo da saúde, na década de 1980, por conta da epidemia de HIV/AIDS, na tentativa de se explicar mudanças que ocorriam no perfil de pessoas afetadas pela epidemia (BORRET *et al*, 2021). Anteriormente, vigorava a definição de grupo e

comportamento de risco: se um grupo era de risco, suas características eram identificadas e sobre tais pessoas recaíam as medidas preventivas. A consequência dessa visão foi a estigmatização e o isolamento de gays, travestis, profissionais do sexo e usuários de substâncias injetáveis.

O chamado comportamento de risco responsabilizava e culpabilizava a pessoa por suas atitudes, sem levar em conta a existência de fatores sociais que influenciavam suas ações. A noção de vulnerabilidade permitiu que se avaliasse como as dinâmicas sociais e culturais relacionam-se com questões individuais na construção de situações de fragilidade que participam do processo saúde-doença.

Afinal, biológico e social mantêm laços estreitos.

Borret et al (2021) definem as dimensões da vulnerabilidade, que apresenta três componentes: individual: viés comportamental de tomada de decisões; social: aspectos sociais que compõem os contextos diversos - relações econômicas, gênero, sexualidade, etnia/raça; e institucional ou programático: insere-se, nesse contexto, o papel dos serviços de saúde, em articulação com outras instituições, como educação, segurança pública e justiça. No campo institucional, dos serviços e da produção científica, considera-se impossível separar ciência, cultura e meio social na área da saúde (BORRET et al, 2021). A ciência não é neutra e relaciona-se com política, economia e sociedade, sendo usada como ferramenta de produção e manutenção de desigualdades. Como pessoas construídas dentro da cultura, profissionais da saúde tendem a olhar para o outro a partir de sua perspectiva, o que facilita o processo de reprodução (consciente ou não) de opressões e marginalizações. Conforme Borret et al (2021), a colonização produziu a lógica da hierarquização e da inferiorização dos grupos sociais colonizados. A categoria racial foi criada como critério de classificação social para justificar a escravização e a imposição da cultura europeia, produzindo desigualdades com base em atributos fenotípicos – racismo. O etno e o eurocentrismo controlam a subjetividade humana ao impor a vivência do homem cis, branco, heterossexual e cristão, colocando na marginalidade as identidades que fogem a esse padrão.

As estruturas capitalistas deram continuidade a formas de dominação mesmo após o fim das colônias. O capitalismo é a base do colonialismo do poder no mundo globalizado, que se articula em três vertentes: a do poder, a do saber e do ser (BORRET et al, 2021). A colonialidade do ser aponta o eurocentrismo como forma de controle da subjetividade humana, ao condenar à marginalidade as identidades que não estejam dentro do padrão europeu.

A colonialidade do saber discute o eurocentrismo como determinante no modo de produzir e validar o conhecimento, impondo o método científico moderno como norma; o Iluminismo (séc. XVIII) colocou o homem como objeto de estudo, determinando como modelo de homem o indivíduo cisgênero, branco, heterossexual, cristão e fez generalizações a partir disso (BORRET et al, 2021).

Olhar para pessoas como seres sociais e integrais leva ao reconhecimento dos distintos marcadores sociais de diferença que incidem sobre elas, oprimindo-as. Por vezes, tais marcadores agem concomitantemente. Para compreendê-los, pode-se lançar mão da interseccionalidade: por meio dela, analisa-se os laços existentes entre racismo, patriarcado, divisão de classes e questões de gênero e sexualidade, sustentados pelo sistema capitalista.

É necessário, portanto, ter uma visão interdisciplinar. Considerar, simultaneamente, os efeitos de questões distintas, como raça, gênero e classe social requer a integração de conhecimentos oriundos de diversas áreas do pensamento. Informações, dados e intervenções práticas não podem ser fragmentadas em partes, e colocados em compartimentos. Ao contrário: é plausível que eles sejam considerados, integralmente, e articulados, estabelecendo conexões que os unam e os levem a produzir sentido. Um sentido maior, que seja capaz de esclarecer, elucidar e lançar luz sobre dúvidas e questões multifacetadas.

Tanto é assim que Morin (2003) afirma que a inteligência parcelada, compartimentalizada e reducionista esfacela os problemas e torna unidimensional o que é multidimensional. A infecção causada pelo novo coronavírus é um desses problemas multidimensionais, que não devem ser fracionados.

Vacinas foram desenvolvidas para a profilaxia da Covid-19; elas serão a principal medida preventiva contra a doença. Entretanto, ainda não há doses suficientes para vacinar todos os brasileiros adultos rapidamente. Assim, para reduzir a transmissão do vírus, as autoridades de saúde recomendam o distanciamento social, o uso de máscaras e a lavagem frequente das mãos. O racismo incide diretamente sobre tais medidas preventivas não farmacológicas:

[...] o racismo também condiciona a adoção de medidas preventivas para Covid-19, considerando que o distanciamento social, a principal medida elencada pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2020), não é um privilégio de todos, em especial no Brasil, onde negras e negros representam a maioria dos trabalhadores informais, de serviço doméstico, comercial, da alimentação, transporte, armazenamento e correio, que se mantiveram ativos, mesmo durante a pandemia. (GOES, RAMOS E FERREIRA, 2020, p. 4).

As autoras afirmam ainda que a higienização das mãos é outra medida difícil de ser colocada em prática, já que muitas residências, em diversas regiões do país, não contam com água encanada e saneamento básico.

Para população negra, o cenário da pandemia se associa às condições desiguais determinadas pelo racismo estrutural e institucional, visto que ela tem menos acesso aos serviços de saúde e está em maior proporção entre as populações vulneráveis, que secularmente vivenciam a ausência do Estado em seus territórios. A pandemia desnuda o quanto o Brasil é um país desigual e pouco avançou na superação do racismo. (GOES, RAMOS E FERREIRA, 2020, p. 4).

Ainda segundo Goes, Ramos e Ferreira (2020), é preciso discutir a distribuição de negros e negras no espaço geográfico das grandes metrópoles nacionais, marcadas fortemente pela segregação residencial racial. A segregação cria condições adversas à saúde, pois, historicamente, as residências de pessoas negras são precárias, com moradias inadequadas, sem acesso a serviços básicos de saneamento, água potável, postos de saúde, farmácias e espaços para recreação. Segundo Caldeira (2000), a segregação, social e espacial, é uma característica significativa das cidades; o espaço urbano é organizado segundo padrões de diferenciação social e de separação.

Acerca da urbanização, Barreto (2017) afirma que, em 2014, 54% da população mundial viviam em áreas urbanas. Em 1950, eram 30%. Na América do Norte, 82% dos habitantes residem em cidades; na América Latina e no Caribe, esse percentual chega a 80%.

Barreto (2017) pondera que a urbanização intensa ocorreu devido à transferência da população rural para o meio urbano. E o conceito de urbano pode englobar aglomerações com milhares de habitantes e também cidades gigantescas com milhões de pessoas. Tais aglomerações criam um leque de problemas e desafios que repercutem na saúde de maneira desigual entre os grupos sociais. O autor afirma que os padrões de desigualdades existentes nas sociedades tornam-se mais evidentes nestes espaços restritos.

Bairros pobres e periféricos, com elevada densidade populacional, são terrenos férteis para a propagação do SARS-Cov-2, vírus transmitido por gotículas emitidas ao falar, espirrar, tossir. Segundo Kilomba (2019), os bairros segregados em que as pessoas negras residem as impedem de acessar recursos e bens.

Conforme Mariani et al (2019), as cidades de Porto Alegre (RS), Vitória (ES), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Salvador (BA) figuram entre as cinco cidades do país mais segregadas racialmente. Entre elas, São Paulo aparece como epicentro da epidemia no país.

Para a população negra do Brasil o cenário da pandemia se associa às condições desiguais determinadas pelo racismo estrutural e institucional, já que ela tem menos acesso aos serviços de saúde e está inserida no contingente das populações vulneráveis, que secularmente vivenciam a ausência do Estado em seus territórios.

DUAS PANDEMIAS RETRATADAS EM ARTIGOS CIENTÍFICOS

Homens que fazem sexo com homens, trabalhadoras do sexo e mulheres transexuais são grupos populacionais em que a soroprevalência da infecção pelo HIV permanece alta; e considerando o distanciamento social exigido pela pandemia da Covid-19, percebe-se por que se torna difícil o acesso destas pessoas aos serviços de saúde, o que atrapalha o diagnóstico de novos casos e o acompanhamento das pessoas que vivem com o HIV.

Conforme Alves et al (2021), estudos epidemiológicos apontaram que idade avançada e doenças crônicas são fatores que aumentam o risco de gravidade da infecção pela Covid-19, o que se pode aplicar aos pacientes que vivem com o HIV, por possuírem maior suscetibilidade ao desenvolvimento de enfermidades como diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica e doenças pulmonares, quando comparados com indivíduos da mesma faixa etária, não infectados pelo Vírus da Imunodeficiência Humana.

Dada a necessidade de se olhar com cautela para os indivíduos que vivem com o HIV para analisar as consequências clínicas que a Covid-19 pode causar à saúde das pessoas vulneráveis imunologicamente, Alves et al elaboraram um artigo intitulado ‘Consequências clínicas da COVID-19 em pessoas com HIV/AIDS: uma revisão integrativa da literatura’, cujo objetivo foi identificar as características da Covid-19 e as consequências clínicas que essa enfermidade pode acarretar às pessoas que vivem com o HIV, usando a Revisão Integrativa da Literatura (RIL) como método para elaboração da pesquisa.

A RIL permite a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos previamente levados a cabo. Para Alves et al (2021), a RIL é extremamente relevante na área da Saúde e citam as etapas que compõem a Revisão Integrativa: elaboração da pergunta norteadora, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa. Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), devido à complexidade de informações na área da saúde, tornou-se essencial o uso de recursos capazes de determinar etapas metodológicas mais

concisas e de proporcionar aos profissionais melhor utilização das evidências obtidas em inúmeros estudos.

Souza, Silva e Carvalho (2010) acrescentam ainda que a RIL se configura como instrumento da Prática Baseada em Evidências (PBE). E a PBE, por sua vez, caracteriza-se por uma abordagem voltada ao cuidado clínico e ao ensino fundamentado no conhecimento e na qualidade da evidência. Ela abarca a definição do problema clínico, a identificação das informações necessárias, a condução da busca de estudos na literatura e sua avaliação crítica, a identificação da aplicabilidade dos dados obtidos junto às publicações e a determinação de sua utilização na prática clínica.

Para Souza, Silva e Carvalho (2010), a PBE levou à necessidade de produção de todos os tipos de revisões de literatura: a sistemática, a meta-análise e integrativa. Os dois primeiros não contemplam, por exemplo, importantes questões relacionadas aos cuidados de enfermagem e/ou ao impacto da doença ou do tratamento. Já a revisão integrativa, por conta de sua abordagem metodológica, permite a inclusão de métodos diversos que têm o potencial de desempenhar um importante papel na PBE.

Souza, Silva e Carvalho (2010) definem os três tipos de revisão. Começam com a meta-análise, método que combina as evidências de múltiplos estudos primários a partir do emprego de instrumentos estatísticos, com a finalidade de aumentar a objetividade e a validade dos achados. O delineamento e as hipóteses dos estudos devem ser muito semelhantes, ou até idênticos

Sobre a revisão sistemática, apontam que se trata de uma síntese rigorosa de todas as pesquisas relacionadas a uma questão específica, com enfoque nos estudos experimentais, os chamados ensaios clínicos randomizados. Difere-se de outros métodos de revisão, pois busca superar possíveis vieses em cada uma das etapas, seguindo um método minucioso de busca e seleção de pesquisas.

Finalmente, segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), a revisão integrativa é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, que permite a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Ela reúne dados da literatura teórica e empírica e incorpora um enorme leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular.

Findadas tais colocações, voltamos a observar a pesquisa desenvolvida por Alves et al, que buscou responder a seguinte pergunta: quais as características e consequências clínicas da Covid-19 em pessoas vivendo com HIV presentes na literatura científica? Os autores utilizaram as bases digitais MEDLINE (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*), pertencente à Biblioteca

Virtual em Saúde (BVS), e a PubMed, da *United States National Library of Medicine*. Nelas, os descritores empregados foram 'Covid-19' ou *corona virus disease* ou *sars-cov-2 and HIV patient and clinical outcomes*. Como critérios de inclusão, foram selecionados somente artigos disponíveis, integralmente, e de acesso gratuito, independente do ano ou idioma de publicação.

Na plataforma PubMed, foram encontrados 37 artigos com base nos descritores usados, resultando em 25 artigos analisados. Já na plataforma MEDLINE, foram selecionados 18 artigos, dos quais 17 foram analisados. Assim, 42 artigos foram lidos, avaliados integralmente, e selecionados de acordo com os critérios de exclusão. 13 artigos foram excluídos por apenas tangenciarem o recorte temático proposto; 8 artigos tinham como foco principal o tratamento da Covid-19; 4 artigos possuíam o HIV como critério de exclusão; 5 artigos foram excluídos por repetição, uma vez que foram publicados em ambas as plataformas utilizadas, e 1 artigo foi excluído por ser disponibilizado apenas parcialmente de maneira gratuita.

Segundo Alves et al (2021), a partir dos critérios de inclusão e exclusão, 11 artigos responderam ao problema de pesquisa. E como conclusões, os pesquisadores apontam que o quadro clínico apresentado pelos pacientes coinfectados por Covid-19 e HIV não demonstrou diferenças se comparado a pacientes sem HIV. Outras comorbidades influenciaram nas consequências da evolução clínica dos pacientes, independente da coinfecção com HIV. Dessa forma, os resultados apresentaram discrepâncias, não sendo possível evidenciar o agravamento clínico da Covid-19 pela presença do HIV.

Os autores alegam que se faz necessário reconhecer os fatores limitantes do estudo: a pequena amostragem das pesquisas e a baixa diversidade de estudos epidemiológicos analíticos acerca da população vivendo com o HIV. Alves et al (2021) recomendam que sejam realizados novos estudos, que contemplem de maneira integral o paciente com HIV, com ampla amostragem e mensuração de causa e efeito, possibilitando diferenciar, de maneira mais evidente, a influência do HIV na evolução do quadro clínico dos pacientes com coronavírus.

Alves et al (2021) relatam que os achados demonstraram que as outras comorbidades prevaleceram nas consequências da evolução clínica dos pacientes, independente da coinfecção com o HIV. E finalizam destacando que o estudo se torna relevante por sintetizar resultados de estudos internacionais, colaborando com a discussão e estimulando novas pesquisas que evidenciem as características e consequências clínicas da Covid-19 em pacientes com HIV.

A INFECÇÃO CAUSADA PELO SARS-COV-2 E A COLUNA DO RICO VASCONCELOS

Analizamos os textos que tratam da Covid-19, publicados na coluna do Rico Vasconcelos, de janeiro de 2020 até junho de 2021. Em 18 de 71 artigos (25,35%), o infectologista aborda tal temática. Em todos eles, é estabelecida uma interface com a infecção pelo HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana), a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) ou outra infecção sexualmente transmissível (IST), viés que consideramos interdisciplinar, já que propõe o diálogo entre doenças distintas.

Em 14 dos 18 textos (77,77%) sobre a Covid-19, o médico já indica, no título, a correlação entre HIV/AIDS/outra IST e o novo coronavírus ou a doença por ele causada, como se vê a seguir: “Ratreamento de contatos é tão importante na covid-19 quanto nas ISTs”; “Vacina da AstraZeneca produz boa resposta imune em pessoas vivendo com HIV”; “Entenda por que pessoas que vivem com HIV serão priorizadas na vacinação”; “Pessoas que vivem com HIV podem e devem tomar a vacina contra covid-19”; “E se a vacina contra covid-19 aumentar o risco de infecção por HIV?”; “PrEP pode proteger contra covid-19 e se expande pelo Brasil, mostra estudo”; “Pessoas vivendo com HIV têm maior risco de desenvolver covid-19?”; “Covid-19 pode aumentar o número de casos e mortes por HIV/Aids”; “Pesquisa de vacina contra o HIV é adiada devido à pandemia de coronavírus”; “Qual a necessidade de manter a PrEP durante a quarentena?”; “HIV e coronavírus, a história que repete os mesmos erros”; “Como a pandemia de coronavírus pode impactar na de HIV/Aids?”; “Aprendizados da epidemia de HIV que são úteis para a de coronavírus”; e “Medicamento para HIV pode funcionar para o novo coronavírus chinês”.

Nas outras publicações, ainda que o título não deixe claro o paralelo traçado entre diferentes infecções, isso pode ser percebido quando se lê o texto. Em “Por que devemos parar de usar o termo grupos de risco para o coronavírus”, o autor afirma que o uso de tal expressão (“grupos de risco”) remete à pandemia do HIV:

O incômodo sem dúvida vem do paralelo que faço com a história da pandemia do HIV. Durante a primeira década dessa história, no momento em que também tínhamos mais dúvidas do que respostas, já observávamos que as infecções por HIV e as mortes em decorrência da Aids, num momento em que não havia ainda tratamento antirretroviral eficaz, se concentravam de maneira desproporcional em alguns subgrupos da população. Homens gays e bissexuais, mulheres transexuais e travestis, trabalhadores do sexo e usuários de drogas injetáveis eram alguns dos chamados Grupos de Risco para o HIV. (VASCONCELOS, 2020, sem página).

No texto “Somente com intervenções biomédicas e comportamentais vencemos as pandemias”, Vasconcelos (2020) fala do papel de especialistas e autoridades sanitárias diante do surgimento de

novas doenças infectocontagiosas e reúne informações sobre as ISTs (Sífilis e infecção pelo HIV), a Covid-19 e ainda traz outra doença infecciosa: a Dengue. O colunista afirma que os casos de Dengue seguem aumentando no país, já que não conseguimos eliminar a água parada em recipientes nos quintais das casas e não convencemos as pessoas a vestir roupas de manga comprida durante o dia. Ele se refere a mudanças comportamentais que dizem respeito ao combate à Dengue. Já em “USP faz estudo para avaliar eficácia de profilaxia contra covid-19”, Vasconcelos (2020) aborda pesquisa realizada na Universidade de São Paulo para avaliar se medicamentos antirretrovirais usados na prevenção da infecção causada pelo HIV são eficazes também contra a Covid-19. Por fim, em “Como ficou a sua vida sexual durante a pandemia de covid-19?”, o autor reflete sobre a vida sexual dos indivíduos, durante a pandemia, e pondera que esse é assunto pouco discutido. Ele afirma que apesar de a Covid-19 não ser uma IST, a troca de secreções oriundas das vias aéreas ocorre enquanto se consuma o ato sexual. Assim, quando se beija alguém com Covid-19, é grande a probabilidade de transmissão do vírus.

A interdisciplinaridade aparece com mais veemência no artigo de opinião intitulado “Rastreamento de contatos é tão importante na covid-19 quanto nas ISTs”, publicado em 21 de maio de 2021, em que Ricardo Vasconcelos começa seu texto tratando de duas áreas de atuação: Infectologia e Epidemiologia.

Infectologia é a especialidade que se dedica ao estudo, prevenção e tratamento das doenças infecciosas. Uma das características que todas essas doenças têm em comum e que nos permite agrupá-las é o fato de poderem ser transmitidas. Infectologistas cuidam de "doenças que se pega". A sua irmã epidemiologia, por sua vez, procura compreender os padrões de ocorrência das doenças em uma população. Por esse motivo, infectologia e epidemiologia costumam andar juntas. (2021, sem página).

No trecho acima destacado, o autor traduz com nitidez a importância da troca de conhecimento, da comunhão entre especialistas e, portanto, da interdisciplinaridade. Interdisciplinaridade que aparece na concepção de Bilge (2009, p. 70, apud Hirata, 2014, p. 62-63), que, na verdade, considera que a interseccionalidade remete a uma teoria que é mais que interdisciplinar: é transdisciplinar, e visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Bilge refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

Nos 14 textos em que trata da Covid-19, Ricardo Vasconcelos lida com a orientação sexual enquanto eixo de diferenciação social, já que a temática LGBTQIA+ é citada em várias oportunidades, sobretudo quando o autor refere-se à infecção causada pelo HIV e à AIDS. Aqui, gostaríamos de incluir nessas categorias de diferenciação sexual o HIV – viver com o HIV pode ser considerado um marcador social da diferença. Sabe-se que sobre pessoas infectadas por esse vírus recaem, historicamente, o preconceito e a discriminação. Em “HIV e coronavírus, a história que repete os mesmos erros”, Vasconcelos (2020) escreve sobre o surgimento do HIV, no começo dos anos 1980. O infectologista considera que, desde aquela época, pesquisadores, governantes e a sociedade civil têm se dedicado à compreensão do vírus. Apenas alguns mandatários seguiram em um rumo contrário a esse, menosprezando uma importante questão de saúde pública. Como exemplo, Vasconcelos cita o ex-presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. Por cinco longos anos, Reagan não falou nada sobre a nova pandemia que se alastrava. Um dos motivos para o silêncio, segundo Ricardo Vasconcelos, era o fato das mortes estarem ocorrendo quase todas entre homens gays, grupo desprezado pelo governo do então presidente conservador.

Outro governante citado por Rico Vasconcelos é o ex-presidente sul-africano Thabo Mbeki, que, na década de 1990, ignorou a existência da pandemia em seu país e não disponibilizou o tratamento antirretroviral para as pessoas infectadas. Conforme Vasconcelos (2020), a atuação do presidente sul-africano é considerada uma das principais causas da disseminação do HIV naquele país, que tem hoje mais de 7 milhões de pessoas infectadas e uma prevalência da infecção na população geral em torno de 18%.

Além da menção aos governantes que negaram a existência do HIV, o colunista também faz uma comparação entre o vírus que causa uma IST e o novo coronavírus.

Quando fazemos um paralelo com o momento atual que estamos vivendo, fica claro que o mundo dá voltas e que alguns fatos se repetem de forma praticamente igual. Temos agora uma nova pandemia de coronavírus em curso. De acordo com o que aprendemos com a passagem desse vírus na China e na Itália, se nada for feito para conter sua disseminação, um número muito grande de pessoas ainda perderá suas vidas em decorrência dessa infecção no resto do mundo. (VASCONCELOS, 2020, sem página).

Para Vasconcelos (2020), da mesma forma que com o HIV, a despeito das mortes já registradas e da transmissão comunitária, temos atualmente, chefes de estado menosprezando o coronavírus. Segundo o infectologista, na pandemia atual, a velocidade da disseminação viral chama mais a atenção dos epidemiologistas. De acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde, o HIV demorou cerca de 11 anos para infectar meio milhão de pessoas em todo mundo. Já o SARS-Cov-2 atingiu essa

marca em menos de três meses de pandemia. Conforme o autor, a forma de transmissão do novo coronavírus determina a velocidade de crescimento do número de casos de Covid-19, porém a comparação mostra a dimensão do problema de saúde pública que estamos enfrentando.

A coluna de Ricardo Vasconcelos presta-se à divulgação científica e tenta fazê-lo lançando mão de elementos que dizem respeito não só ao universo médico, anatomoclínico, mas também a outras dimensões do conhecimento: históricas, ao recorrer ao passado para trazer informações acerca do surgimento da epidemia de HIV, e, depois, estabelecer uma comparação com a Covid-19; sócio-políticas, quando aborda a atitude de chefes de estado diante das pandemias; interdisciplinares: ao considerar o papel da medicina, da política, da sociologia e da história na compreensão do processo saúde-doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa científica tem se debruçado sobre a temática que envolve a Covid-19 e o HIV/AIDS, como apontou a pesquisa desenvolvida por Alves et al. Foram mais de 50 artigos identificados, o que mostra a relevância do assunto e a importância dada a ele pela comunidade científica mundial.

Considerando o significado das questões relacionadas ao processo saúde - doença têm na vida das pessoas, notamos que os profissionais dedicados à divulgação científica já reservaram e ainda têm reservado espaço de destaque à Covid e ao HIV/AIDS.

A mídia influencia costumes, dita pautas de diálogos entre cidadãos e está presente na retórica dos atores sociais: na contemporaneidade, a mídia assumiu um papel fundamental nos processos de produção de sentidos, introduzindo transformações significativas nas práticas discursivas cotidianas.

É que observamos quando se trata da AIDS e da Covid-19: notícias inicialmente advindas do exterior serviram de base para as publicações nacionais sobre ambas as enfermidades. Duas infecções causadas por vírus, com efeitos distintos sobre o organismo humano, mas igualmente capazes de estabelecer estigmas, rótulos e estereótipos sobre determinados grupos populacionais, como homossexuais, no caso do HIV/AIDS, e profissionais de saúde e pessoas com doenças crônicas, no caso da Covid-19. O uso da expressão 'grupo de risco' aplicado ao noticiário que envolve as duas doenças é outra semelhança notória quando se fala das duas doenças.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mayara Mayer. et al. (2021).

Consequências clínicas da COVID-19 em pessoas com HIV/AIDS: uma revisão integrativa da literatura. R. Saúde Públ. Paraná, v. 4, n.1, p. 108 – 118, (março 2021). Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/463/192>. Acesso em 13 de julho de 2021.

BALASSIANO, Marcel. (2020). Década cada vez mais perdida na economia brasileira e comparações internacionais. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/decada-cada-vez-mais-perdida-economia-brasileira-e-comparacoes-internacionais>. Acesso em 27 de março de 2021.

BARRETO, Mauricio Lima. (2017). Desigualdades em Saúde: uma perspectiva global. Ciência e Saúde Coletiva, v. 22, n.7, p. 2097-2108.

BORRET, Rita Helena. et al.

(2021). Vulnerabilidades, interseccionalidades e estresse de minorias. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; Lopes Junior, Ademir. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba, Manole, p. 59-71.

CALDEIRA, Teresa. (2000). Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Edusp/Editora 34., p. 211-301.

COLLUCI, Cláudia. (2021). Com pandemia, SP registra 25% de mortes a mais entre negros e 11,5% entre brancos em 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/03/com-pandemia-sp-registra-25-de-mortes-a-mais-entre-negros-e-115-entre-brancos-em-2020.shtml>. Acesso em 23 de março de 2021.

GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara O.; FERREIRA, Andrea J. F. (2020). Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3.

KILOMBA, Grada. (2019). Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, Cobogá.

MARIANI, Daniel et al. (2015). O que o mapa racial do Brasil revela sobre a segregação no país. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-maparacial-do-Brasil-revela-sobre-a-segregacao-no-pais>. Acesso em 23 de março de 2021.

MORIN, Edgar.(2003). A necessidade de um pensamento complexo. Representação e complexidade. Rio de Janeiro, Garamond, p. 69-77.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. (2020). Orientações sobre prevenção e controle de infecção para instituições de longa permanência no contexto da COVID-19. Orientação provisória. 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51982/OPASBRACOV1920031_por.pdf?sequence=5. Acesso em 18 de agosto de 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de.(2010).Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein, v. 8, n. 1, p. 102 -106. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 de julho de 2021.

ZHU, Na. et al. (2020). A Novel Coronavirus from Patients with Pneumonia in China, 2019. *N Engl J Med*, v. 382, n. 8, p. 727-733. Disponível em:

<https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/nejmoa2001017>. Acesso em 18 de agosto de 2020. Fontes primárias

VASCONCELOS, Rico. (2020). Aprendizados da epidemia de HIV que são úteis para a de coronavírus. Disponível em:

<https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/02/28/aprendizados-da-epidemia-de-hiv-que-sao-uteis-para-a-de-coronavirus/>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2020). Como a pandemia de coronavírus pode impactar na de HIV/Aids. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/03/20/como-a-pandemia-de-coronavirus-pode-impactar-na-de-hiv-aids/>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2021). Como ficou a sua vida sexual durante a pandemia de covid-19? Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/rico-vasconcelos/2021/04/30/como-ficou-a-sua-vida-sexual-durante-a-pandemia-de-covid-19.htm>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2020). Covid-19 pode aumentar o número de casos e mortes por HIV/Aids. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/05/15/covid-19-pode-aumentar-o-numero-de-casos-e-mortes-por-hiv-aids/>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2021). Entenda por que pessoas que vivem com HIV serão priorizadas na vacinação. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/rico-vasconcelos/2021/04/02/entenda-por-que-pessoas-que-vivem-com-hiv-serao-priorizadas-na-vacinacao.htm>: Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2020). E se a vacina contra covid-19 aumentar o risco de infecção por HIV? Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/rico-vasconcelos/2020/10/30/e-se-a-vacina-contr-covid-aumentar-o-risco-de-infeccao-por-hiv.htm>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2020). HIV e coronavírus, a história que repete os mesmos erros. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/03/27/hiv-e-coronavirus-a-historia-que-repete-os-mesmos-erros/>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2020). Medicamento para HIV pode funcionar para o novo coronavírus chinês. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/01/31/medicamento-para-hiv-pode-funcionar-para-o-novo-coronavirus-chines/>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2020). Pesquisa de vacina contra o HIV é adiada devido à pandemia de coronavírus. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/04/10/pesquisa-de-vacina-contr-o-hiv-e-adiada-devido-a-pandemia-de-coronavirus/>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2021). Pessoas que vivem com HIV podem e devem tomar a vacina contra covid-19. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/rico-vasconcelos/2021/01/08/pessoas-que-vivem-com-hiv-podem-e-devem-tomar-a-vacina-contr-covid-19.htm>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2020). Pessoas vivendo com HIV têm maior risco de desenvolver covid-19? Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/06/12/pessoas-vivendo-com-hiv-tem-maior-risco-de-desenvolver-covid-19/>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico.(2020). Por que devemos parar de usar o termo grupos de risco para o coronavírus. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/04/17/por-que-devemos-parar-de-usar-o-termo-grupos-de-risco-para-o-coronavirus/>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2020). PrEP pode proteger contra covid-19 e se expande pelo Brasil, mostra estudo. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/07/03/prep-pode-protger-contr-covid-19-e-se-expande-pelo-brasil-mostra-estudo/>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2020). Qual a necessidade de manter a PrEP durante a quarentena? Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/04/03/qual-a-necessidade-de-manter-a-prep-durante-a-quarentena/>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2021). Rastreamento de contatos é tão importante na covid-19 quanto nas ISTs. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/rico-vasconcelos/2021/05/21/o-rastreamento-de-contatos-e-tao-importante-na-covid-19-quanto-na-sifilis.htm>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2020). Somente com intervenções biomédicas e comportamentais vencemos as pandemias. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/04/24/somente-com-intervencoes-biomedicas-e-comportamentais-vencemos-as-epidemias/>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2020). USP faz estudo para avaliar eficácia de profilaxia contra covid-19. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/05/08/usp-faz-estudo-para-avaliar-eficacia-de-profilaxia-contr-covid-19/>. Acesso em 03 de julho de 2021.

VASCONCELOS, Rico. (2021). Vacina da AstraZeneca produz boa resposta imune em pessoas vivendo com HIV. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/rico-vasconcelos/2021/05/14/vacina-astrazeneca-produz-boa-resposta-imune-em-pessoas-vivendo-com-hiv.htm>. Acesso em 03 de julho de 2021.

Capítulo 3

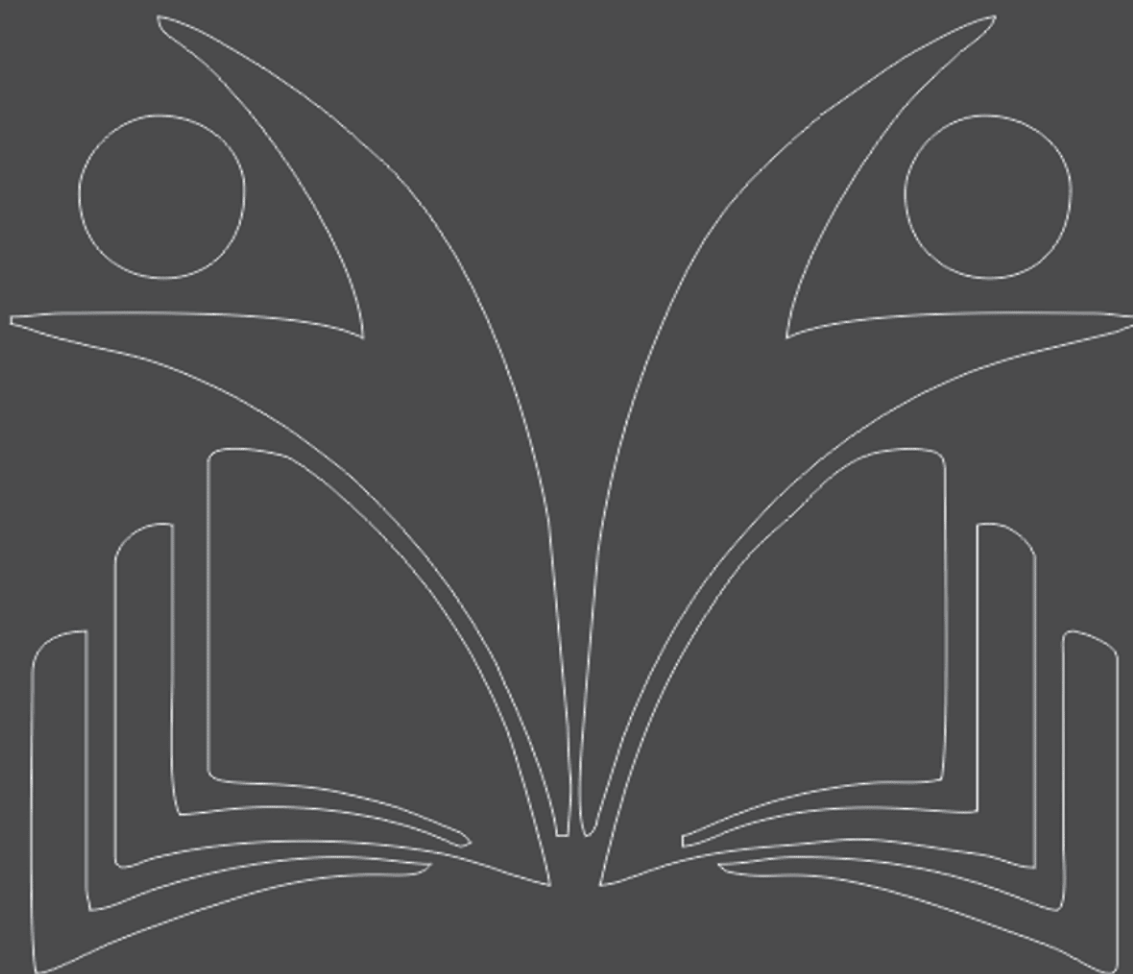


10.37423/220305570

UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS INTERAÇÕES SOCIAIS SOBRE A SAÚDE MENTAL

MAGNO PINTO DE OLIVEIRA

MAGNO PINTO DE OLIVEIRA



Resumo: O presente artigo visa analisar a influência das interações sociais sobre a saúde mental percorrendo um percurso que passa pelo fenômeno social, o mental e suas conexões com as relações desenvolvidas por cada um dentro da coisa social, tendo como objetivo principal mostrar como as interações sociais exercem papel protagonista neste processo de desenvolvimento, estabelecimento e manutenção do estado mental ou no aparecimento dos transtornos. Para tanto foi realizada uma pesquisa de revisão de literatura que culminou com o entrelaçamento de perspectivas de diferentes autores que vão das ênfases as relações sociais aos manuais diagnósticos, expressando como resultado claro a força exercida pelas conexões estabelecidas por cada ser humano sobre a saúde. Para tanto foi resgatada literatura relevante para a fundamentação do trabalho sendo junta ao que se tem de mais novo no estudo da temática. Os resultados obtidos corroboram e assinalam a força das interações sociais sobre a saúde mental, a necessidade de se pensar nessa relevância e na criação de novas formas de protagonizar esse contexto dentro e fora de qualquer panorama que venha abordar tal temática.

Palavras-Chave: Saúde Mental; Interações Sociais; Influência.

1 INTRODUÇÃO

As interações humanas desde os primórdios se constituem em quanto fonte principal para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da espécie. A cultura, os padrões sociais de certo e errado, a comunicação, a ética, as ciências e seus conceitos e a própria constituição das sociedades, todos esses contextos descendem ou são influenciados pelas interações desenvolvidas por cada ser. Estreitando o foco de análise e tendo como tal a saúde mental, torna-se fundamental o estudo das interações humanas como fator protagonista tanto na manutenção do equilíbrio mental como no aparecimento de transtornos.

Desta forma falar de saúde mental como consequência de interações sociais se constitui em uma tarefa complexa. A compreensão do tema saúde mental e de sua representatividade apresenta um histórico de difícil entendimento, ao longo da história a saúde psicológica ou a perturbação foi tratada das mais diversas formas, tratada no sentido de compreendida.

No atual cenário a diversidade de interações e influências que um indivíduo desenvolve e recebe sobre sua completude é enorme e compreender todo esse panorama é fundamental para saber como a saúde e em específico a mental é afetada e mantida com qualidade é de extrema relevância tanto para a compreensão da questão como para o desenvolvimento de ferramentas facilitadoras da manutenção dessa saúde e para melhorias.

O objetivo central desse trabalho é mostrar como as interações sociais operam sobre a Saúde Mental, tanto no que se refere a seu florescimento como na sua perturbação, desta forma torna-se indispensável o estudo das interações humanas com o objetivo de melhor compreender como estas afetam a saúde e em especial a mental de cada indivíduo, para tanto é utilizado a metodologia de revisão da literatura pertinente ao tema em livros, relatórios e artigos científicos, com o intuito de constituir um trabalho rico de informações sobre a temática de forma clara e objetiva, expondo as principais concepções sobre o tema com o fundamento de oferecer as melhores respostas aos questionamentos aqui levantados.

2 O SOCIAL E O MENTAL

A humanidade, desde os primórdios, tem dificuldade em lidar com as diferenças e com as dissonâncias do senso e convivência comum. Se formos observar quase todo ou todo comportamento humano é consequência ou produz consequências na coletividade, desta forma toda construção do Ser enquanto Ser é permeada de interações sociais. Deve-se compreender que seja qual for o comportamento

emitido por um indivíduo, seja ele de menor ou maior complexidade é invariavelmente fruto de suas relações com o seu meio social em algum ponto.

No decorrer da vida, um indivíduo entrará necessariamente e conseqüentemente em contato com várias pessoas em sociedade e, a depender das motivações, anseios, participará de arranjos de convivência diferentes. Vinculamo-nos aos outros por meio de contratos ou pactos associativos, cujo material ligante está definido pela necessidade ou interesse comum (LANDIM, et al., 2010).

Interpretando essas colocações do autor em seu eixo central, extrai-se claramente que os indivíduos estão ligados direta ou indiretamente a sociedade como forma de conseguir suprir suas necessidades e nessas tentativas vão se construindo gradativamente em seres sociais, desta forma suas composições adquirem conformação diversas e conseqüentemente também com o fenômeno mental ou seja sua própria formação enquanto ser humano é fruto desse contexto social e das interações desenvolvidas no mesmo em um formato não estático e sim contínuo.

Para (DALGALARRONDO, 2008, p. 389) “O ser humano deve ser compreendido em suas duas dimensões básicas: sua constituição, seu funcionamento biológico (natureza) e o conjunto de experiências interpessoais; e a sua história e o contexto social no qual vive e foi formado (cultura)”. Interpreta-se com a colocação que o ser humano deve ser entendido em duas dimensões, destacando uma delas o meio social onde o indivíduo vive e foi formado, e quando se fala em formado não pode se interpretar ou restringir essa composição apenas no sentido biológico, ela deve ser abrangente e abarcar a formação mental. Nesse sentido pode se compreender que o aspecto social ocupa lugar de destaque quando se fala da questão mental.

Elias (apud TOURINHO, 2009), afirma que as sociedades modernas com suas atividades, que exigem cada vez mais a especialização do indivíduo para a realização de tarefas, provoca nas pessoas uma necessidade cada vez maior de desenvolver o comportamento autocontrolado e, conseqüentemente, a inibição de impulsos espontâneos, o que pode a longo prazo gerar conseqüências relativamente significantes para a saúde do indivíduo.

Nas interações entre organismo e ambiente sempre estarão presentes interações com o ambiente interno de cada ser, seja biológico, seja histórico, da mesma maneira que estão presentes em interações sociais. Estes aspectos em que o ambiente está sendo examinado são inseparáveis. Dois organismos interagem situados no espaço e no tempo, e nessa interação são imprescindíveis os processos biológicos de cada indivíduo e como esses refletem sobre o comportamento, bem como as experiências passadas de cada um com como seu meio social e cultural. (TODOROV, 2012).

Quando se fala das questões sociais e mentais, é normal que haja um diferenciamento, pois cada dimensão é composta por suas particularidades e especificidades, o social ligado a questões de cunho coletivos, como movimentos culturais, trabalho em grupo entre outros, já as questões mentais estão ligadas a individualidade a subjetividade, mas se formo realizar uma análise minuciosa dessas dimensões iremos ver que uma é indissociável da outra e ambas estão impregnadas uma da outra.

A citação a seguir faz ligação ao mencionado e o corrobora:

Mesmo aqueles que se destacam como revolucionários são inteiramente produtos convencionais dos sistemas que subvertem. Eles falam a língua, usam a lógica e a ciência, observam muitos dos princípios éticos legais e empregam as habilidades práticas e o conhecimento que a sociedade os concedeu. Uma pequena parte de seu comportamento pode ser excepcional, talvez dramaticamente excepcional, e teremos que procurar razões excepcionais em suas histórias idiossincráticas. (Atribuir suas contribuições originais a seu caráter taumaturgo como homens autônomos não constitui, é claro, qualquer explicação (SKINNER, apud TOURINHO, 2009, p. 163).

Fazendo menção ao colocado e a citação, fica claro que embora fala-se das duas dimensões social e mental em separado, mas por mais que cada pessoa seja autêntica em suas produções elas descenderam em algum ponto do ambiente social e histórico o qual cada ser está inserido, e na outra mão por mais coletivo e que tenha um caráter sociável, o social vai depender da produção mental individual de cada um somada a outras em ligação direta com a história produzida.

Ivic (2010) expressar que o ser humano se caracteriza por uma sociabilidade primária. De forma mais incisiva e categórica: ele [o indivíduo] é geneticamente social. Pegando essa colocação como base e acrescentando a ela, pode se destacar que essa natureza geneticamente social vai ter papel protagonista no desenvolvimento e consequentemente na formação do indivíduo como um todo. Nesse sentido o ser humano vai ter em todas suas dimensões algum aspecto formado ou em formação pelo social. Em foco principal a dimensão mental do indivíduo, e neste tocante tanto a saúde mental como uma psicopatologia terão suas raízes no contexto sociocultural onde o indivíduo viveu e vive, pelas interações históricas, presente e futuras.

3 SAÚDE MENTAL E SUAS CONEXÕES COM AS INTERAÇÕES SOCIAIS

De acordo com Amarante (2007), o percurso histórico da saúde mental no Brasil e em alguns outros países do mundo é uma história de várias lutas. Abarca muitos personagens e seus caminhos; mobilizações, debates e rupturas. Um contexto de jogos de poder, da emergência dos jogos de verdade. O lugar de onde podemos nos posicionamos para construir, narrar essas histórias, já aponta,

de alguma maneira, nosso comprometimento político, afetivo, cotidiano com aquilo que estamos enunciando.

Nesse mesmo sentido parece nítido e evidente as conexões entre as interações sociais estabelecidas pelos seres humanos e a saúde mental apresentada, mas por muitas vezes estas conexões entre as interações sociais e saúde mental são relegadas a um segundo ou até terceiro plano como fator primário e central na compreensão da mesma e em seu estabelecimento e planejamento.

Segundo a American Psychiatric Association (APA) (2014), os limites entre normalidade e patologia podem variar em diferentes culturas com relação a tipos específicos de comportamentos. Os limiares de tolerância e aceitação quanto a normalidade para sintomas ou comportamentos específicos são diferentes conforme a cultura, o contexto social, família e as interações desenvolvida nessas instâncias.

Já para a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2001), a saúde mental, a saúde física e a social são fios da vida estreitamente entrelaçados e profundamente interdependentes que estabelecem entre as relações que promovem o equilíbrio de várias dimensões do Ser, em especial a saúde mental, o mental como dimensão prioritariamente formada com o entrelaçamento desses contextos, em foco o social e histórico.

Apoiado na interpretação do mencionado é necessário traçar um percurso das bases das interações sociais a sua influência na formação e manutenção ou perturbação da saúde mental, essa tarefa se constitui de extrema complexidade, mas para clarificar tal perspectiva, segui a citação a frente:

Nos últimos anos, novas informações dos campos da neurociência e da medicina do comportamento trouxeram expressivos avanços à nossa maneira de ver o funcionamento mental. Está a tornar-se cada vez mais claro que o funcionamento mental tem um substrato fisiológico e está indissociavelmente ligado ao funcionamento físico e social e aos ganhos em saúde (OMS, 2001, p. 32).

Fica claro que a saúde mental é essencialmente formada pelo contexto social, esse vai exercer influência não só na composição e manutenção desta forma de saúde, mas extrapola esse campo ao ter ação direta sobre a imagem social da condição física que posteriormente vai atingir diretamente a mental. De acordo com Elias (1994) “os indivíduos que expressam maior valorização das normas da civilidade do que da saúde reprimem sons naturais os quais são interpretados como não aceitáveis para o momento ou na própria sociedade”.

Apoiado nessa colocação que os indivíduos que dão maior valorização os padrões normativos da sociedade tendem a reprimir seus sentimentos naturais, pois os mesmos podem ser reprimidos pelo meio social, também pode ser interpretado que esses mesmos terão dificuldades nas interações sociais em expressar seus sentimentos e desejos com medo da repressão social que alguns desses sentimentos e desejos podem vir a sofrer, e com isso tendem a guardar essas expressões para si o que a longo prazo somado a outros fatores vão afetar diretamente a saúde psicológica dos mesmos.

Neste mesmo sentido Jorge-monteiro e Madeira (2007) destacam que o preconceito e a discriminação, são responsáveis pela produção de sentimentos de não-aceitação e pela redução do desejo de estabelecer relações e contatos sociais, fato esse que tem ação negativa na saúde mental.

Para Rodrigues e Madeira (2009), o contato social tem importância fundamental no equilíbrio das doenças, e em especial as mentais. Essa posição não deve ser interpretada como superficial, haja visto que o contato social vai fornecer uma vastidão de possibilidades que são formadas nas interações sociais e vão gradativamente formando o indivíduo em suas mais variadas dimensões.

Muitas vezes se diz que “a natureza humana é a mesma no mundo todo”. Isto pode caracterizar que os processos comportamentais são os mesmos onde quer que sejam encontrados - que todo e qualquer comportamento varie do mesmo modo como as mudanças na privação ou no reforço, que as discriminações sejam compostas do mesmo modo, que extinção ocorra com a mesma linearidade. Este enunciado pode ser tão correto quanto a colocação de que a respiração, digestão e reprodução humana são as mesmas em todo o mundo. Sem dúvida, há diferenças pessoais nas frequências com as quais várias mudanças ocorrem em todas essas áreas, mas os processos básicos de interações podem ter propriedades relativamente constantes. O destacado pode também significar que as variáveis independentes que determinam o comportamento sejam as mesmas em todo o mundo. As heranças genéticas diferem enormemente, e os ambientes tem probabilidade de mostrar mais diferenças que similaridades, grande número das quais pode ser atribuído a variáveis culturais. Todo esse contexto tem como um alto grau de individualidade. Com todo esse emaranhado de diferenças e semelhanças do efeito de um ambiente social no comportamento pode ser inferido ponto por ponto de uma análise daquele ambiente social que uma pessoa foi formada (SKINNER, 2003).

Vygotsky (1991) expõe que toda forma elementar de comportamento pressupõe uma reação e interação direta à situação-problema confrontada pelo organismo (o que pode ser representado pela fórmula simples $S \rightarrow R$). Por outro lado, a estrutura de operações com signos requer um elo intermediário entre o estímulo e a resposta, esse elo entre o estímulo e a resposta pode ser

interpretado como a composição da influência das interações sócias sobre cada indivíduo, pois ao receber o estímulo o organismo acrescenta a ele sua carga histórica pessoal e só depois produz sua resposta, neste sentido os homens vão criando o meio social e por ele sendo criado em um ciclo vital para a composição de todas as dimensões de cada Ser.

Para corroborar essa posição veja (SKINNER,1978, p. 3) que expressa: “Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez são modificados pelas consequências de sua ação”. É possível colocar que esses homens serão além de modificados por essas consequências de suas ações, mas também acrescentaram a sua composição em especial a dimensão mental em suas bases fortes mecanismos que funcionaram como alicerces a sua saúde mental.

O meio social e as interações desenvolvidas pelas pessoas vão se constituindo em quanto fonte primaria para a formação dos indivíduos, costumes, hábitos de vida, cultura, língua e outros serão absorvidos gradativamente por cada pessoa para sua introdução no convívio social, uma boa absolvição e desenvolvimento desses aspectos dão a cada um suas potencialidades e fragilidades frente a saúde e a doença, e a saúde mental não fica fora desse panorama.

Para Vygotsky (1991), anteriormente a controlar seu próprio comportamento, a criança começa a desenvolver o controle do ambiente com a ajuda da fala. Isso produz novas relações com o ambiente e em especial o social, além de uma nova organização do próprio comportamento. A criação dessas novas formas caracteristicamente humanas de comportamento cria, mais tarde, o intelecto, e constitui a base do trabalho produtivo: a forma especificamente humana de usar instrumentos e se relacionar com o mundo ao seu redor, produzindo assim alterações neste que vão posteriormente ser refletidas em cada indivíduo, gerando formas particulares de responder que caracterizaram o comportamento socialmente humano.

É nestas interações desenvolvidas por cada ser humano desde muito cedo em uma forma continua que se estabeleceram as conexões entre a formação e modo de responder ao mundo de cada indivíduo. É essa formação e modo de responder que irão compor posteriormente aquilo que será apontado como uma forma saudável ou patológica de se relacionar com o mundo. Especialmente a saúde mental tem suas raízes impregnadas no social e possivelmente por isso vai ser analisada sob a ótica da funcionalidade diferencial característica que cada pessoa vai estabelecer no seu responder em dadas situações se são ou não saudáveis ou patológicas. E está funcionalidade na interação é vista sob as mais diversas dimensões, em destaque, funções psíquicas, processos comportamentais e comportamento verbal.

De acordo com Skinner (1978), uma criança começa a adquirir o comportamento verbal quando vocalizações relativamente não-padronizadas, reforçadas seletivamente, assumem gradualmente formas que produzem consequências apropriadas numa dada comunidade verbal. Assim fica claro que desde muito cedo o social é absorvido pelas pessoas em sua construção, começando pela fala e posteriormente com os padrões sociais do que é certo e errado, e é neste sentido que as propensões ou suscetibilidade a saúde e a patologias vão se assentar.

A Saúde mental e suas conexões com as interações sociais tornam se nítidas quando se compreende que toda constituição do indivíduo descende em algum momento do contexto social, pois não é obscuro que é pela troca com o outro, e na relação com o outro que cada Ser torna o que é e suas expressões são desenvolvidas no meio. A expressão de saúde mental ou o desequilíbrio de um indivíduo é essencialmente ligada e derivada do contexto social o qual cada um viveu, vive e as relações com as possibilidades futuras de ganhos a partir das interações desenvolvidas e estabelecidas, é dentro desse contexto social, histórico e futuro que a saúde mental ou a psicopatologia se alicerça e daí então é exibida em suas mais deferentes formas dada a multiplicidade de influências recebidas, não excluindo o social como agente primário e central da questão.

Todorov (2012), pontua que Skinner postula que aquilo que acontece dentro do organismo difere apenas na dimensão do acontecimento, contudo esses eventos têm a mesma dimensão física e que ambos os comportamentos privados/externos são regidos pelas mesmas forças, neste caso o ambiente externo, e que devemos buscar na interação do indivíduo com seu meio as causas para seu comportamento, desta forma é fundamental pensar em uma perspectiva integrante, onde a saúde mental assim como os padrões comportamentais bebem da mesma fonte para seu surgimento, desenvolvimento e manutenção sem negar o ser humano como material pensante e criador de interações.

4 AS CONSEQUÊNCIAS DAS INTERAÇÕES SOCIAIS SOBRE A SAÚDE MENTAL

As interações sociais podem ter suas consequências sobre a saúde mental analisadas sobre duas perspectivas: a primeira delas diz respeito a potencialização da mesma no sentido do estabelecimento, desenvolvimento e manutenção e a segunda forma de análise tange ao caminho do desequilíbrio, da patologia, da psicopatologia que assim como a saúde tem suas bases plantadas no terreno social e histórico onde cada indivíduo viveu, vive e desenvolve suas interações sociais.

Dalgalarondo (2008), destaca que o conceito de saúde e de normalidade em psicopatologia é uma questão de grande controvérsia e debates. Claro, quando se trata da abordagem a casos extremos, cujas alterações comportamentais e mentais são de intensidade acentuada, longa duração e relativamente claras, o delineamento das fronteiras entre o normal e o patológico não é tão problemático e difícil. Entretanto, há muitos casos limítrofes, nos quais estabelecer a delimitação entre comportamentos normais e suas formas consideradas patológicas é bastante difícil. Nessas situações, o conceito de normalidade em saúde mental ganha especial relevância. Aliás, o problema não é exclusivo da psicopatologia, mas de toda a medicina.

Compreender como as consequências das interações sociais operam sobre o homem e seu psiquismo é fundamental no delineamento das fronteiras entre o normal e o patológico. Torna-se necessário destacar, da ênfase e registrar que essa necessidade no entendimento de como as interações sociais operam sobre os próprios indivíduos que as produzem, pois para a conceituação do que é normal e patológico são utilizados parâmetros observados na dinâmica do relacionamento social.

Dalgalarondo (2008), em seu livro psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais cita vários critérios de normalidade que são utilizados, sendo eles: normalidade como ausência de doença, normalidade ideal, normalidade estatística, normalidade como bem-estar, normalidade funcional, normalidade como processo, normalidade subjetiva, normalidade como liberdade, normalidade operacional. Todos esses critérios visam o estabelecimento de fronteiras entre a normalidade e aquilo considerado patológico, assim em uma análise mais ampla e em ligação com a coisa social, pode-se colocar que toda forma de normalidade ou patologia recebeu ou recebe influência do social em sua composição e em sua conceituação ou em seu próprio status da coisa que é.

Continuando neste sentido, a saúde mental como campo e como patrimônio individual é invariavelmente descendente do extrato das interações sociais e da dinâmica desenvolvida em seu núcleo como fator preponderantemente de maior influência.

Rodrigues e Madeira (2009), destacam que o suporte social é indicado por estudiosos de várias áreas do conhecimento como um fator fundamental na proteção e na promoção da saúde tanto em âmbito coletivo como de forma individual, sendo que a forma individual vai necessariamente precisar em maior grau do suporte social para manutenção da saúde de sujeito em seus diversos aspectos.

Para Amarante (2000), a alienação mental e, por extensão, a doença mental compõem-se como categoria do negativo, a negação necessária à composição de uma funcionalidade 'positiva' que se afirmava como norma. Um padrão só começa a ser regra fazendo regra e essa função de correção

emergir da própria infração. Ainda para o citado autor, as categorias "normalidade" e "patologia" são essencialmente criadas para normatizar. O normal e o patológico são referências 'criadas' no registro do saber e como tal é fruto do social e por meio de dispositivos prático-discursivos, 'produtores' de normativas que impõem aos seres vivos padrões de comportamento e de compreensão do que é patológico e normal dado o relativo entendimento dessas dimensões no bojo das interações desenvolvidas por cada um dentro da coletividade. Pode-se destacar que os debates, ou pelo menos o fascínio, sobre a origem ou causas dos transtornos mentais existe quase que praticamente desde a origem do homem. Os próprios termos sobre 'o problema mental', desde o primitivo conceito pineliano de 'alienação mental', passando pela 'doença mental', e agora com 'transtorno mental' e 'distúrbio mental', que são os conceitos adotados atualmente pela Psiquiatria e Psicologia, não têm significados muito úteis para representar aquilo que pretendem definir, pois conclui-se necessitando de referências ao conceito de normalidade (AMARANTE; TORRE, 2010).

O conceito de transtorno mental e de saúde mental não são fáceis, pois um vai quase que sempre precisando buscar referência no outro para mostrar o que é e suas diferenças em relação ao outro, mas o que ambos têm em comum é a busca pelas respostas as suas dúvidas do seu objeto de análise. Nesse longo percurso percorrido até uma resposta conclusiva a respeito do transtorno mental ou saúde as interações sociais aparecem como protagonistas na influência do desenvolvimento dos transtornos mentais como da saúde mental e ainda vai ter papel central na própria conceituação resultante da análise realizada.

O entendimento dos processos de formação dos transtornos mentais vem se mostrando desafiador desde de início do campo psiquiátrico. A incessante busca por determinantes somáticos, que pudessem ajudar na conceituação em termos biológicos destes fenômenos, promovendo e conferindo legitimidade não somente às categorias patológicas, mas consequentemente à própria psiquiatria, esteve quase que presente como objetivo em vários momentos do percurso histórico da disciplina. O esclarecimento da etiologia dos transtornos mentais é idealmente, uma etapa fundamental e essencial para a finalidade de elaboração e desenvolvimento de práticas diagnósticas, terapêuticas e preventivas mais eficazes. Todavia, mesmo com todos os esforços empreendidos, das diversas e variadas teses elaboradas e das disputas que movimentaram o campo, ainda hoje se conhece bem pouco sobre os caminhos que certamente conduzem à formação dos transtornos mentais (FREITAS-SILVA; ORTEGA, 2016).

É fundamental destacar que embora ainda não haja de forma clara a identificação de caminhos que claramente vão resultar em transtornos mentais, pode se destacar alguns pontos que vão certamente ter relevância na formação e desenvolvimento dos transtornos mentais. O fator social e as interações sociais desenvolvidas em seu bojo vão ser responsáveis por grande parte pelo aparecimento da patologia.

Ainda é relevante mencionar que a inclusão de variáveis morais e intelectuais na caracterização dos transtornos mentais revelam um campo complexo, no qual a complicações em se determinar os fatores, ou a inter-relação de fatores sociais, culturais, físicos, genéticos, espirituais e ideológicos que inaugura ou consolida um debate que permanece ainda hoje produzindo dúvidas e novas teses sobre a etiologia dos distúrbios mentais (AMARANTE; TORRE, 2010).

Esquirol (apud AMARANTE; TORRE, 2010, p. 153), coloca que “a loucura é o produto da sociedade e das influências morais e intelectuais”. Apoiado nesta colocação fica claro que saúde mental e o transtorno vão se utilizar do material social para vir à tona. É no contato com o social que o indivíduo vai se constituindo como ser humano em todas suas dimensões, é nesse contato com o outro que cada pessoa vai absorvendo de acordo com suas necessidades o material que vai resultar em sua formação como pessoa. A grande questão é que durante o processo de interações estabelecidas com o meio social e conseqüentemente com o que nele existe aparecem os problemas. Um indivíduo ao entrar em contato com outro não absorve somente o que dele necessita, acaba por adquirir também outras necessidade e material não necessário à sua vivência. Desta forma o acúmulo dessas necessidade e material não necessário resulta em uma sobrecarga que vai afetar negativamente a saúde mental de cada um.

Mesmo com todos os esforços feitos pelas pessoas para serem aceites numa determinada categoria social, a não aceitação e rejeição são características frequentemente observadas na vivência social. Claro que muitas rejeições são resultantes das preferências de cada indivíduo pelo seu histórico de interações, de inclinações, de objetivos de um indivíduo com relação a outro, de valores partilhados por indivíduos de um grupo que não são consonantes com os indivíduos de outro grupo (JORGE-MONTEIRO; MADEIRA, 2007).

As conseqüências das interações sociais sobre a saúde mental podem ser diversas a depender do material resultante e absorvido pela pessoa fruto das interações desenvolvidas pela mesma. O contato com o contexto social desperta várias e distintas necessidades, essas podem vir a serem atendidas ou não, nesse sentido toda a parte do indivíduo fruto do contexto social impregnado em cada ser carrega

em se potencial para desenvolver saúde e a patologia, levando em conta o já mencionado aqui que todas as dimensões que compõem uma pessoa são entranhadas do componente social e histórico em algum ponto, fica claro que o contato social terá grande parcela de contribuição no desenvolvimento da saúde mental ou patologia.

De acordo com Todorov (2012), sendo uma vez, estabelecido padrões de comportamentos apropriados, suas consequências agem por meio de processos semelhantes para permanecerem ativas na produção de conexões entre o emissor e sua fonte de estimulação. Se, por acaso, o meio se modifica, formas antigas de comportamento desaparecem enquanto novas consequências produzem novas formas de comportamento. Nesse panorama os seres humanos estão em constatação de evolução e, neste processo, formas e padrões de comportamento estão sempre sendo criados e extintos. Durante esses processos aqueles comportamentos que melhor auxiliem a adaptação do indivíduo ao meio serão selecionados. Entretanto, durante esse percurso evolutivo, é possível também a instalação de comportamentos que, ao longo do seu desenvolvimento, vão tendo um distanciamento das reais circunstâncias que lhe propiciaram o florescimento e suporte em sua manutenção como formas funcionais de interações.

Seguindo a análise nesse sentido, alterações no meio social e consequentemente na relação do indivíduo com esse contexto vão acarretar a extinção e produção de novas formas de comportamentos, mas nesse processo de extinção e criação nem sempre acontece exatamente como deveria, as extinções de padrões de comportamentos podem levar consigo formas importantes que fornecem recompensas para a pessoa o que pode sumarizar com prejuízo significativo a saúde. Já de forma oposta a extinção pode concluir-se que as formações de novos padrões comportamentais funcionais irão produzir benefícios de grande valor, como habilidades sociais, diversificação de contatos, hábitos de vidas saudáveis e muito mais, mas também pode criar formas disfuncionais de interações, essas formas disfuncionais acabam por produzirem sofrimento, dor e consequências prejudiciais à saúde.

Todorov (2012), aponta que nas interações organismo-ambiente continuamente estão presentes interações com o ambiente interno, seja biológico, seja histórico, da mesma maneira que estão presentes em interações sociais. Os quatro aspectos nos quais o ambiente está sendo analisado são claramente indissociáveis. Os indivíduos interagem situados no espaço e no tempo, e nessa interação são relevantes processos biológicos internos a cada organismo, bem como as experiências históricas de cada um com outras interações sociais.

Espelhando-se no dito no parágrafo anterior, parece claro agora que é do social e na relação com o mesmo, sendo dele absorvido o conteúdo protagonista para assim cada organismo se constituir como tal em todas suas dimensões, não sendo diferente a saúde mental de cada um e a essa dimensão pode ser atribuído as maiores influências advindas das interações sociais estabelecida nas conexões desenvolvidas pelas pessoas. Nesse contexto através das conexões estabelecidas por cada indivíduo com o meio social sendo material deste meio é absorvido pelos indivíduos de acordo com suas demandas, mas é nesse percurso de via dupla que ao dá e receber do social que vai ocorrendo a modelagem do organismo. Essa modelagem vai ocorrer de maneira vasta indo desde aspectos físicos aos componentes psicológicos que formam a saúde mental objeto aqui de análise.

Seguindo nesta linha de raciocínio, as consequências das interações sociais sobre a saúde mental podem ser tanto positivas quanto negativas, basta um pequeno desequilíbrio nessa interação sujeito-meio social para haver danos extremos à saúde mental de qualquer sujeito. Observa-se a citação a seguir:

Transtornos mentais são definidos em relação a normas e valores culturais, sociais e familiares. A cultura proporciona estruturas de interpretação que moldam a experiência e a expressão de sintomas, sinais e comportamentos que são os critérios para o diagnóstico. A cultura é transmitida, revisada e recriada dentro da família e de outros sistemas sociais e instituições. A avaliação diagnóstica, portanto, deve considerar se as experiências, os sintomas e os comportamentos de um indivíduo diferem das normas socioculturais e conduzem a dificuldades de adaptação nas culturas de origem e em contextos sociais ou familiares específicos (APA, 2014, p. 14).

Em análise se os transtornos mentais são caracterizados em relação incapacidade de adequação as normas, valores culturais, sociais e familiares pode se colocar que é nestas dimensões que se acentuam tanto como já foi dito a definição, como as causas para o desenvolvimento de uma boa saúde mental como também para o transtorno, sendo nesse entrelaçamento que se encontra a chave para explicar as consequências das conexões estabelecidas entre o sujeito e o meio social.

Enquanto isso para alguns autores como Szasz (1980), é atribuído sustentamento de que as doenças mentais não existem, claramente o autor não sugeriu ou expressa em suas palavras que as circunstâncias sociais e psicológicas às quais é atribuído este rótulo e fixado também não existam. Desta forma tanto quanto as intercorrências pessoais e sociais que se tinha na Idade Média, os problemas humanos contemporâneos são suficientemente reais.

Neste sentido a argumentação tange no rumo da sustentação que os transtornos mentais são frutos em veia principal do resultante das interações e conexões estabelecidas por cada sujeito com seu meio

social e cultural, tanto no destino de sua definição pela ruptura de normais e leis estabelecidas, como pelo fato do desequilíbrio nestas mesmas dimensões na capacidade de absolvição do meio social daquilo que realmente é necessário para suprir suas necessidades e não provocar uma instabilidade entre o fluxo da via de entrada e saída do conteúdo através de suas interações com todas as dimensões possíveis de contato, aqui em especial destaque a social como protagonista na influência da manutenção da saúde mental ou em sua perturbação com um transtorno.

Em Szasz (1980) é possível compreender que a capacidade de cada indivíduo de realizar suas próprias escolhas com total liberdade de coerções vai depender de suas condições internas e externas. Suas condições internas, isto é, seu caráter, personalidade ou mentalidade, entendendo suas aspirações e desejos, bem como suas aversões e autodisciplina o alavancam a se movimentar de várias maneiras, ou o esbarram. Suas condições externas, isto é, sua formação biológica e seu meio físico e social compreendendo às suas capacidades de seu corpo, o clima, cultura, leis e tecnologia de sua sociedade o impulsionam a agir de determinadas maneiras ou de outras. Desta forma essas condições representam e caracterizam a extensão e qualidade das opções de um ser humano em geral, quanto mais controle o homem obtém sobre suas condições internas e externas, tanto mais livres se tornam, assim enquanto que o insucesso na aquisição de tal controle, ou a perda do referido, o escraviza. Há, todavia, uma complexa limitação e importante ao exercício da liberdade dos homens, a liberdade dos outros homens. Nesta linha de compreensão as condições do ambiente externo que o homem procura controlar incluem outras pessoas e instituições sociais, formando uma rede complexa de interações e interdependências que podem em resultante proporcionar condições propícias a manutenção de sua saúde através do exercício de sua liberdade ou um contexto rígido onde este vai resultar em condições adversas para a manutenção do equilíbrio de suas interações e conexões, o que vai em estância última culminar em prejuízo a sua saúde mental em detrimento do contexto social no qual tenta se adaptar

Para ilustrar a argumentação e oferecer base para a análise aqui desenvolvida, observa-se a seguir a citação:

É apenas na sociedade que a criança pequena, com suas funções mentais maleáveis e relativamente indiferenciadas, se transforma num ser mais complexo. Somente na relação com outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto (ELIAS, apud TOURINHO, 2009, p. 33).

Apoiando-se na passagem em destaque e análise desenvolvida aqui fica claro e evidente que desde muito cedo cada sujeito em contato com o outro, com o social vai se constituindo como

ser humano em um processo contínuo de interações que visão saciar as necessidades fruto da própria existência, nesse processo contínuo e dinâmico cada pessoa vai se construindo em suas diversas dimensões, assim um pequeno desequilíbrio na conexão estabelecida pode gerar efeitos devastadores a saúde mental ou em contrário o estabelecimento de um processo dinâmico e fluente de contato com o meio social, o que vai resultar na construção de uma saúde mental plena.

Todorov (2012), vem destacar que em todas as correntes teóricas da psicologia, o histórico de interações organismo-ambiente desempenha um papel relativamente considerável na explicação de interações presentes e consequentemente na situação atual do organismo.

Não resta dúvidas o quão vasta pode ser a influência das interações sociais sobre a saúde mental, essa vastidão não pode ser dimensionada devido a sua amplitude e magnitude, mas sem sobra dúvidas as interações sociais desenvolvidas por cada ser humano vai ter papel protagonista na manutenção ou perturbação da saúde mental.

5 RESULTADOS E DISCURSÃO

Os resultados aqui obtidos através da análise realizada da influência das interações sociais sobre a saúde mental são claros e nítidos e apontam no sentido de que as interações sociais desenvolvidas por cada sujeito vão exercer papel protagonista no desenvolvimento, estabelecimento e manutenção da saúde mental de cada um ou pode também exercer o mesmo papel só que de forma inversa e proporcional.

Com esse resultante cabe pensar formas e dispositivos para identificar interações sociais que podem oferecer risco a saúde mental e minimizar as mesmas como também encontrar e criar novas condições de relacionamentos sociais e potencializa-los com o intuito da obtenção de uma saúde mental plana e funcional as demandas da contemporaneidade cada vez mais exigentes.

6 CONCLUSÃO

A luz dos resultados obtidos fica reluzente que a constituição de cada sujeito e consequentemente todas suas dimensões formadoras são em consequência principal das interações sociais desenvolvidas desde muito cedo, aqui em especial a mental, sendo assim a saúde mental é fruto das interações sociais e de tudo que compõem estas.

A análise dos resultados expostos deixa claro e nítido o papel protagonista das interações sociais como influenciador da saúde mental ou perturbação da mesma, tudo vai depender das espécies de interações desenvolvidas por cada um e o resultante extraído destas.

O caminho até o estabelecimento de uma adequada saúde mental e funcional não é uma receita pronta, mas inúmeros fatores podem ajudar os indivíduos a conseguir esse equilíbrio, fatores esses que em grande parte estão ligados a condições que envolvi questões sociais e que estabelecem conexões com tais, desta forma o contexto social mesmo quando não afeta diretamente a saúde mental das pessoas demonstra tal poder indiretamente, sendo esses argumentos sustentados pela longa pesquisa aqui exposta.

Em última colocação destaca-se que os achados aqui revelados expõem que as interações sociais desempenham papel principal na formação da saúde mental de cada pessoa, mas não deve ser levada como fator único, entretanto, devido a sua extensão como influenciante, deve-se reforçar a necessidade de se destacar tal condição a fim de estimular a criação de novos mecanismos que possam desenvolver maneiras de trabalhos que protagonizem o contexto social e sua relevância no cenário da saúde mental.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, P; TORRE, E. H. G. Medicalização e determinação social dos transtornos mentais: a questão da indústria de medicamentos na produção de saber e políticas. In: R. P. Nogueira (Org.) Determinação social da saúde e reforma sanitária. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.
- AMARANTE, P. Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007. 120 pp. (Temas em Saúde).
- AMARANTE, P, org. Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, Loucura & Civilização collection. 316 p. ISBN 978-85- 7541-319-7, 2000.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-V (5ª Ed.). Porto Alegre: Artmed, 2014.
- DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- ELIAS, N. O processo civilizador. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FREITAS-SILVA L. R; ORTEGA. F. A determinação biológica dos transtornos mentais: uma discussão a partir de teses neurocientíficas recentes. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 32(8): e 00168115, ago, 2016.
- IVIC, I. Lev Semionovich Vygotsky. Edgar Pereira Coelho (org.) – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- JORGE-MONTEIRO, F; MADEIRA, F. Considerações sobre doença mental e comunicação social. Lisboa: Análise Psicológica, 1 (XXV): p. 97-109, 2007.
- LANDIM, F.L. P, et al. Estudo-síntese: interfaces da análise de rede social com o campo da saúde mental. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Colet,18 (4): p.527-35, 2010.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Saúde mental: nova concepção, nova esperança, Genebra: Relatório mundial da saúde, 2001.
- RODRIGUES, V. B; MADEIRA, M. Suporte social e saúde mental: revisão da literatura. Revista da faculdade de Ciências da Saúde. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN 1646-0480.390-399, 2009.
- SKINNER, B, F. Ciência e comportamento humano. 11ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SKINNER, B, F. O comportamento verbal. São Paulo: Cultrix, 1978.
- SZASZ. T. Ideologia e doença mental: ensaios sobre desumanização psiquiátrica do homem. 2 Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- TODOROV, J. C. A psicologia como estudo de interações. Brasília: Instituto Walden4, 2012.
- TOURINHO, E. Z. Subjetividade e relações comportamentais. São Paulo: Paradigma, 2009.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 4ª edição brasileira. São Paulo – SP: Martins Fontes, 1991.

Capítulo 4



10.37423/220305571

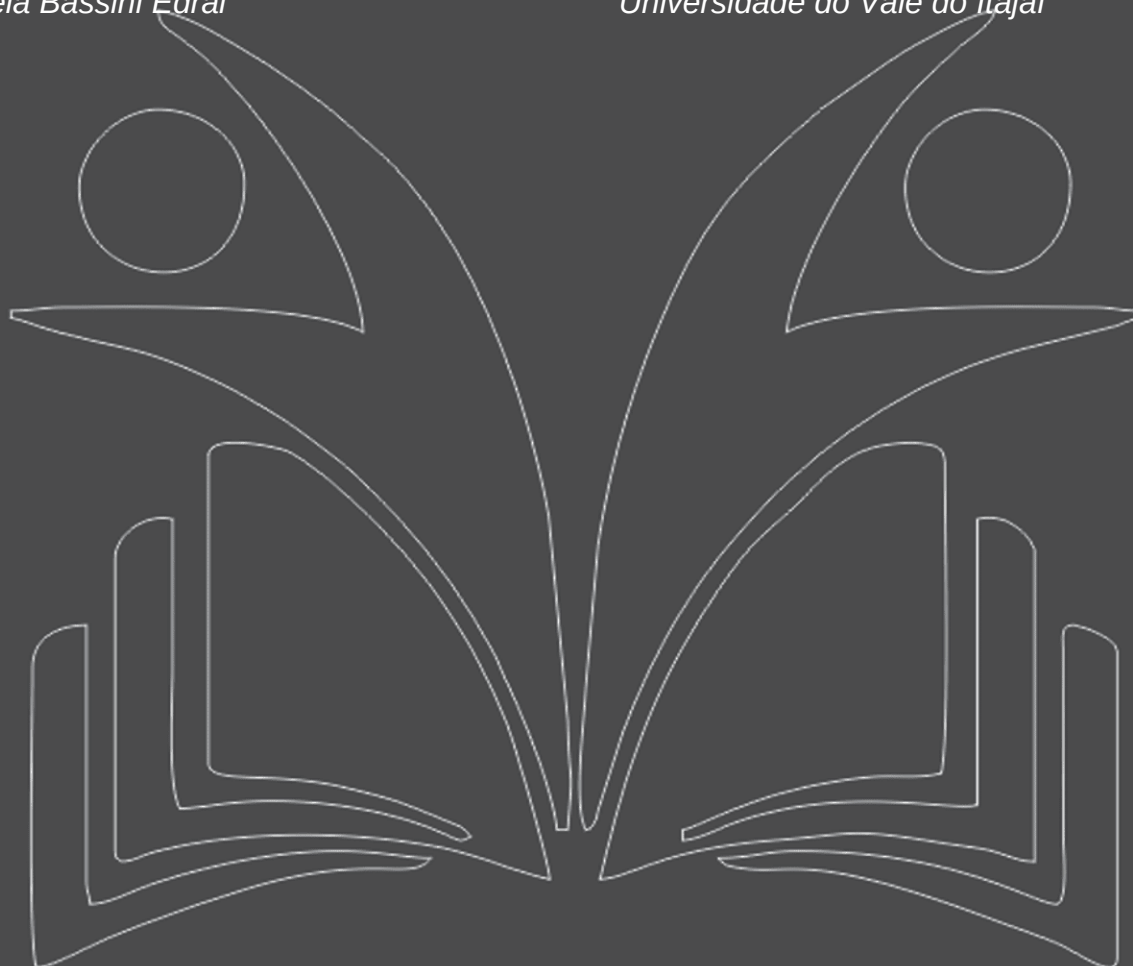
ERA UMA VEZ, MAS NÃO ERA BEM ASSIM: AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS NARRATIVAS A BELA ADORMECIDA E MALÉVOLA

Marina Eing Barbosa

Universidade do Vale do Itajaí

Adriana Stela Bassini Edral

Universidade do Vale do Itajaí



Resumo: O objetivo desse artigo é perceber as diferenças entre as narrativas *A Bela Adormecida* e *Malévola*, localizando ambos como produtos da Indústria Cultural. Com caráter exploratório e de natureza qualitativa, o método utilizado foi a análise de conteúdo. Para esta pesquisa, pensou-se nos objetos de estudo como produtos culturais que obedecem a ordem do consumo, a partir das teorias de Jameson (2006) e Sarlo (1997), além da identidade do sujeito pós-moderno, conforme Hall (2006). Assim, percebeu-se como as mudanças nas narrativas podem indicar diferentes noções de identidades a partir da lógica do Capitalismo Tardio. Como resultado, entendeu-se como o consumidor traz desafios mercadológicos à Indústria Cultural, para que pareça constantemente atualizada e, conseqüentemente, consumida.

Palavras-chave: Narrativas Cinematográficas. Indústria Cultural. Identidade Cultural.

INTRODUÇÃO

A Indústria Cultural, termo proposto por Adorno e Horkheimer (2002), é de grande esclarecimento da lógica na qual a contemporaneidade se pauta: a reprodução em massa de produtos culturais. Trata-se basicamente, de repetições para vender, em que o espectador desta indústria se identifica com elementos para que se sinta confortável e consuma o produto oferecido no mercado. (FELINTO, 2007). Porém, o espectador admira certa inovação neste mesmo produto. Assim, a mistura do já conhecido, juntamente com características supostamente inovadoras, gera um sentimento de familiaridade e curiosidade, que desperta tanto a atenção do sujeito para aquilo que ele já conhece, como interesse para aquilo que ele ainda não conhece. Jameson (2006) é um dos autores que concordam com esta perspectiva do debate sobre produtos culturais. Ele utiliza o termo *pastiche* para identificar uma característica marcante da cultura contemporânea: o “apetite do consumidor por um mundo transformado em puras imagens de si mesmo e por pseudo-eventos e espetáculos” (JAMESON, 2006, p.18). Isto significa que o espectador é um consumidor de imagens, e para continuar a lógica de consumo é preciso que os objetos consumidos – nesse caso, narrativas cinematográficas – tenham elementos constantes de inovação em sua forma e conteúdo, se adequando aos gostos do consumidor.

Neste contexto, o filme *Malévola*, produzido em 2014 pela Walt Disney, possui algumas características diferentes quando comparado ao filme de mesmo tema, *A Bela Adormecida*, feito em 1959 pela mesma produtora. As duas narrativas parecem se utilizar dos mesmos elementos, como a existência dos mesmos personagens e uma estrutura narrativa que se parece. Nesse sentido, o espectador que assiste ao filme *Malévola* sabe que o mesmo está ligado ao mundo dos contos de fada de *A Bela Adormecida*. Porém, é possível perceber elementos que se diferem durante a narrativa, principalmente no final de *Malévola* em que, a princesa é acordada pelo beijo da fada, ao invés do príncipe encantado.

Aqui, a problematização ganha corpo: estas mudanças na narrativa podem estar associadas a uma estratégia mercadológica, no sentido de que estas atualizam o seu discurso no próprio discurso da sociedade, que são questionados e repensados. Há que se pensar, portanto, na lógica do Sujeito Pós-moderno, que Hall (2006) define como contraditório, desprovido de uma única identidade e composto por fragmentos identitários que se esquivam de uma subjetivação estável. A partir deste questionamento, pensando especificamente nos filmes *Malévola* e *A Bela Adormecida*, faz-se a

pergunta de pesquisa: quais são as diferenças percebidas entre as narrativas A Bela Adormecida e Malévola, sob a perspectiva de um pensar sobre o sujeito pós-moderno?

Para tanto, essa pesquisa tem como objetivo perceber diferenças entre as narrativas A Bela Adormecida e Malévola, identificando suas relações com possíveis novas representações de um sujeito pós-moderno. Para cumprir o objetivo geral, pensa-se os objetivos específicos: a) localizar os objetos culturais Malévola e A Bela

Adormecida como produtos da Indústria Cultural; b) comparar as diferenças entre as narrativas; e c) perceber como essas mudanças podem indicar diferentes noções de identidades a partir da lógica do Capitalismo Tardio.

A escolha dos objetos se dá por uma observação da autora ao assistir Malévola (2014), uma versão de A Bela Adormecida (1959), e se questionar o que a Disney gostaria de transmitir para seus espectadores. A mesma história foi narrada com diferentes discursos e pontos de vista, bem como um desfecho inesperado, opostos ao discurso da primeira obra, também reproduzida pela mesma indústria de entretenimento.

Este artigo tem como base os conceitos de Indústria Cultural a partir das leituras de Adorno e Horkheimer (2002), bem como Benjamin (1975) e Debord (2013), com o propósito de localizar o debate sobre mercadorização da cultura na atualidade, levando em consideração as propostas de Arendt (1997) sobre a cultura e Sarlo (1997) sobre o zapping. Para pensar sobre a contemporaneidade, utiliza-se os conceitos de Sujeito Pósmoderno de Hall (2006), bem como a subjetividade entendida por Jameson (2006) na lógica cultural do Capitalismo Tardio.

A INDÚSTRIA CULTURAL

O debate sobre a Indústria Cultural traz o seguinte questionamento: em que medida há uma participação - independente se ativa ou passiva - do espectador na produção dos objetos culturais. A fim de localizá-los como produtos da Indústria Cultural, é preciso pensar nas teorias de Adorno e Horkheimer (2002) e Jameson (2006), que explicam que não haveria nada no objeto cultural que poderia determinar seu público consumidor. O que limitaria as escolhas do consumidor, entretanto, seria justamente o papel da Indústria Cultural, cujo objetivo, na visão de Adorno (2002), é reforçar o lugar em que o sujeito se encontra na sociedade por meio da manipulação via comunicação de massa.

Hannah Arendt (1997) percebe que anteriormente à industrialização da cultura já havia um grupo de pessoas que consumia produtos culturais. A autora diz que o conceito de sociedade, ao sofrer

mudanças a partir do surgimento da industrialização, é agora chamada sociedade de massas. Ela completa: "[...] é essencialmente uma sociedade de consumo em que as horas de lazer não são mais empregadas para o próprio aprimoramento ou para a aquisição de maior status social, porém para consumir cada vez mais e para entreter cada vez mais" (ARENDT, 1997, p. 264). A autora mostra como essa transformação descentraliza o conceito de objeto cultural, banalizando-o. Surgindo a partir da reprodução maquínica, a Indústria Cultural passou a se utilizar de elementos já presentes na sociedade, com o intuito mercadológico de consumo.

Qualificando o momento em que a Indústria Cultural ganha seu formato mais abrangente como Capitalismo Tardio, Jameson (2006) utiliza o termo *pastiche* para identificar uma característica marcante da cultura contemporânea, que seria um “apetite do consumidor por um mundo transformado em puras imagens de si mesmo e por pseudoeventos e espetáculos” (p.18). Isto significa que o espectador ocupa o lugar desse consumidor de imagens e, para continuar a lógica de consumo, é preciso que os objetos consumidos – nesse caso, narrativas cinematográficas, tenham elementos constantes de inovação em sua forma e conteúdo, se adequando aos gostos do consumidor.

Na visão de Adorno e Horkheimer (2002), Jameson (2006) e Hannah Arendt (1997), a Indústria Cultural moldaria o sujeito a gosto do capital e é um espaço de reforço, de uma partilha social, sendo a arte a única redentora da cultura. Essa questão ganha novos contornos a partir das teorias de Debord (2013) e Benjamin (1975). Debord afirma a onipresença do mercado (ou espetáculo) em todas as relações sociais: “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (2013, p.14). Sendo assim, o espetáculo, instrumento que abarca toda a sociedade, não permite outras mediações que não essas dentro da lógica do próprio espetáculo. Nesse sentido, enquanto Arendt (1997), Adorno e Horkheimer (2002) e Jameson (2006) percebem na arte uma maneira de livrar os espectadores da alienação, Debord afirma que nem mesmo na arte há essa possibilidade, pois ela também está dentro da lógica cultural desse Capitalismo Tardio.

O conceito de Indústria Cultural, assim, se transformou na sociedade do espetáculo, devido a “um extraordinário aperfeiçoamento técnico dos meios de se traduzir a vida em imagem” (KEHL, 2015, p. 71) e inclusive, nada mais escapa desta indústria, que se totaliza como a forma de mediação de todas as relações sociais, inclusive das antes consideradas políticas, como as artes. A produção industrial de imagens, o trabalho alienado e o fetiche da mercadoria podem ser encontrados tanto nos textos de Adorno, quanto nos textos de Debord, que complementa quando diz que, mesmo quando o sujeito

não se encontra literalmente consumindo produtos culturais, ele se encontra consumindo imagens que a Indústria Cultural produz para seu lazer e identifica-se com elas.

Se tudo é espetáculo, a tarefa da crítica à Indústria Cultural não está mais na percepção da mesma como alienadora ou não, mas sim perceber em seus objetos quais novos efeitos podem ser produzidos, e a partir de quais contextos sociais esses produtos podem ser atualizados ou renovados. Uma vez que “o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou toda a vida social” (KEHL, 2015, p.72), cabe à crítica da Indústria Cultural identificar como as novas estéticas desses produtos trazem em si parte da subjetividade do consumidor.

O SUJEITO PÓS-MODERNO E O CONSUMO

Para conseguir entender a questão da subjetividade, Hall (2006) descreve três tipos de sujeitos: o Sujeito Iluminista, cuja identidade seria imutável e voltada para a razão do sujeito; o Sujeito Sociológico que, mesmo tendo sua essência, moldava-se a partir da interação com outros sujeitos; e o Sujeito Pós-moderno, cuja identidade possui uma característica subjetiva e sofre mudanças de acordo com o momento em que se está vivendo: “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2006).

A partir desse sujeito pós-moderno, é possível perceber como todos os produtos da Indústria Cultural poderiam ser considerados pequenos fragmentos de identidades culturais. Hall (2006) reforça que o sujeito vai moldando sua identidade, a partir dos produtos que consome, de acordo com sua identificação em relação ao objeto consumido.

Se há identificação, seria porque os produtos estão se moldando a este sujeito para que exista uma identificação. Então pode-se pensar que há elementos em discursos dos objetos culturais, mais especificamente produtos do cinema, que se modificam com o intuito de adaptar-se a esta nova identidade pós-moderna, para garantir essa identificação.

[...] em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2006, p.10).

De acordo com Hall (2006), o evento responsável por este fenômeno de mudança é conceituado como reprodutibilidade técnica, conceituado por Benjamin (1975) da seguinte maneira: quando há

reprodução e esta é multiplicada, ocorre um fenômeno de massas, que resulta em um abalo da tradição, relacionado com os movimentos de massa hoje produzidos, fenômeno no qual surge o Sujeito Pós-moderno de Stuart Hall (2006).

O autor ainda complementa que "seu agente mais eficaz é o cinema" (BENJAMIN, 1975, p.14), referindo-se à reprodução de obras de arte, ao abalo da tradição e os movimentos de massa.

Dentre as mudanças que acabam por acelerar a interação entre produtores e consumidores que permite essa constante mudança nos produtos culturais seria o *zapping*.

Sarlo (1997) define esse termo como um movimento de troca de canais - poder adquirido pelo espectador ao utilizar o controle remoto. O resultado desse novo equipamento, que se torna certa "potência" nas mãos do espectador, é a própria estratégia da Indústria Cultural: a velocidade na troca de cenas e movimentos de câmera, com o intuito de preservar a atenção do espectador. Sarlo explica que há uma relação bilateral entre a Indústria Cultural e seu consumidor, pois esta deve moldar-se ao gosto do mesmo para manter-se como produto cultural, assim como despertar interesse no espectador, para que haja continuidade de sua produção e consumo. A autora acrescenta que há um movimento da Indústria Cultural que tenta deixar suas imagens cada vez mais atraentes. Ou seja, sabendo da presença do gosto e, portanto, da subjetividade do espectador, fica com a Indústria Cultural a tarefa de se adequar técnica e esteticamente aos gostos desse consumidor assíduo, na busca por produtos que se identifiquem com as subjetividades do espectador. Pensando assim, os produtos vão se diferenciando para serem consumidos e não produzidos independente dessas subjetividades. O *zapping* mostra o desafio que o consumidor traz ao capitalismo para atualizar assim, seus discursos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa se caracteriza como qualitativa, de caráter exploratório e natureza bibliográfica, pois trata-se de conceitos imensuráveis e intangíveis. A análise de conteúdo é uma técnica de investigação realizada através de uma descrição objetiva, com o auxílio de categorias e códigos, unidades de contexto e classificações, que consiste em categorizar e classificar elementos que constituem o significado de uma mensagem ou discurso (BARDIN, 1977).

Na prática, a metodologia procura conhecer aquilo que está por trás do discurso, presente na narrativa dos filmes escolhidos, onde os objetos de pesquisa são assistidos, descritos, analisados e tratados. A finalidade da classificação dos elementos, é deduzir dados a respeito da situação sociológica, histórica,

cultural e técnica em que, no caso, os filmes foram realizados e consumidos (BARDIN, 1977; SANTOS, 2012).

Os objetos estudados foram escolhidos por pertencerem a uma mesma narrativa sobre o conto de *A Bela Adormecida* dos Irmãos Grimm (1812) e Perrault. O primeiro filme estudado foi produzido pela Walt Disney, *A Bela Adormecida*, de 1959. O filme foi dirigido por Les Clark e Eric Larson. Levando até dez anos para ser finalizado, este foi um dos primeiros filmes a usar todos os recursos do formato widescreen e foi o primeiro longa-metragem animado a ser filmado em bitola 70mm. O filme foi indicado ao Oscar e Grammy por causa de sua trilha sonora. O segundo filme a ser analisado é *Malévola*, considerado uma releitura do filme anterior. Lançado em 2014 nos cinemas, foi produzido no estúdio Walt Disney Pictures, pelo diretor Robert Stromberg, produtor Joe Roth e sua narrativa foi escrita por Linda Woolverton. Ao contrário do primeiro, não é apresentado através de um livro. A história é narrada por uma voz feminina, representada por Aurora, que conta ao espectador o conto sob o ponto de vista da antagonista Malévola.

A ANÁLISE DAS NARRATIVAS: A PERSONAGEM PRINCIPAL

Aurora é uma menina meiga, loira, de olhos claros, que possui duas personalidades muito diferentes nos dois filmes. O primeiro, retrata uma garota que sonha poder um dia encontrar alguém que a ame. No segundo, seu sonho é morar no Reino de Moor. Os valores e prioridades da menina encontram-se completamente diferentes, quando comparados os dois filmes, o que nos mostra que estas encontram-se em contextos sociais relativamente distintos, apesar dos filmes serem retratados no mesmo contexto histórico. Suas características físicas, incluindo figurinos, mantêm-se semelhantes, enquanto as características subjetivas das personagens sofrem alterações drásticas de um filme para o outro. Estes elementos reforçam a teoria de Stuart Hall (2006), Jameson (2006) e Sarlo (1997), quando os autores dizem que os produtos se moldam às características subjetivas do Sujeito Pós-moderno, para que exista uma identificação, aceitação e consumo do produto.

Malévola é um ser perverso e maligno em *A Bela Adormecida*, enquanto que no filme que leva seu nome (2014), é apresentada como um ser mais humanizado, que possui qualidades e defeitos, assim como sentimentos bons e ruins. A vilã apresentada na primeira obra cinematográfica enquadra-se como Sujeito Iluminista, descrito por Stuart Hall (2006), presente em um contexto histórico-social onde havia ou o “bem” ou o “mal”. As fadas representam o “bem”, enquanto Malévola, o “mal”. Porém, a personagem hoje é classificada como Sujeito Pós-moderno, devido ao encontro destes dois

elementos unidos, presentes na mesma personagem. Malévola não é mais considerada bruxa. No filme de 2014, é também uma fada. Percebe-se que não há mais dualidade onde o sujeito é um ou outro, mas sim os dois: o “bem” e o “mal”, dentro desta mesma Malévola. Este elemento também é esclarecido nas características subjetivas das demais personagens, mas principalmente pelo desfecho da obra, onde Aurora narra: “no fim, meu reino foi unificado não por um herói ou um vilão, mas por alguém que era tão herói, quanto vilão.

E seu nome era Malévola”. A obra (2014), acompanhou esta mudança de Sujeito Iluminista para Pós-moderno, justamente repensando a personalidade da personagem, a partir destas novas subjetividades, que permitem que o “bem” e o “mal” estejam presentes em uma mesma pessoa, o que era visto como impossível, pelo Sujeito Iluminista. Esta adaptação às subjetividades do Sujeito Pós-moderno, faz com que este se identifique com a personagem e passe a consumir este produto cultural.

Figura 1: esquema sobre as intersecções dos objetos culturais na lógica do Capitalismo Tardio.



Fonte: desenvolvido pela autora.

Pensando assim, a narrativa se diferencia para manter-se como produto mercadológico, onde uma produção independente dessas subjetividades fracassaria.

Neste caso, Walt Disney Pictures como Indústria Cultural, obteve sucesso na busca do desenvolvimento de um produto que se identifique com as subjetividades do espectador, adaptando-os à cultura conforme esta sofre mudanças. Assim, é possível relacionar esse aspecto da narrativa com o que Jameson (2006) anuncia como a lógica cultural na sociedade do espetáculo - ou o Capitalismo Tardio: a constante mudança das imagens mercadológicas para que à estas, se atribua uma

identificação com o espectador/consumidor, fazendo dos produtos culturais simples simulacros a serem consumidos e descartados. Nesse sentido, o “supermercado cultural” de Hall (2006), em que as subjetividades se dão pelo consumo dessas imagens com as quais os consumidores se identificam, funciona tanto para o Sujeito Pós-moderno, cujo anseio é a busca por novos produtos culturais que reforcem sua possibilidade de se identificar como um sujeito, quanto para a Indústria Cultural que, sabendo dessa lógica de consumo, não cessa de propor novas narrativas que possam ser consumidas por esses sujeitos. As personagens de *Malévola*, portanto, parecem caminhar por esse limiar: ela leva tanto elementos característicos da narrativa *A Bela Adormecida* (1959), como parece atualizar suas personagens a gosto do espectador.

O FIGURINO E O SIMULACRO

Um dos elementos que parecem clarear a lógica do Capitalismo Tardio e como seus produtos se atualizam gradualmente é a escolha do figurino das personagens de ambas as narrativas. Enquanto o filme de 1959 possui um figurino que remete às vestimentas utilizadas no século XIV, em *Malévola* os estilos são atualizados, mas ainda com certas semelhanças ao figurino de *A Bela Adormecida*.

Figura 2: As personagens Bela Adormecida (Aurora) nos filmes de 1959 e 2014.



Fonte: imagens do Google, colagem produzida pela autora.

Nessa mesma lógica de pensamento é importante perceber que, para além da questão tecnológica, pensa-se na relação do figurino com a lógica da Indústria Cultural.

Como os dois filmes são produzidos pela mesma máquina - a indústria cinematográfica-, podemos perceber que eles se utilizam das mesmas lógicas estéticas propostas por Jameson (2006), exemplificadas na crítica ao filme *Body Heat*:

[...] tudo no filme conspira para narrar sua contemporaneidade oficial e possibilitar ao espectador uma recepção da narrativa como se ela fosse ambientada em uns anos 30 eternos, para além do tempo histórico real.

Essa abordagem do presente através da linguagem artística do simulacro, ou do pastiche do passado estereotípico, empresta à realidade presente, e à abertura da história presente, o encanto e a distância de uma miragem reluzente (JAMESON, 2006, p.48).

Se é possível pensar pela via de Jameson no que tange ao pastiche, ambos os filmes se encontram no mesmo esvaziamento da história, tendo em mãos a ferramenta da linguagem artística que, menos preocupada com qualquer proposta de “veracidade histórica” do que com a atenção do espectador, se utiliza de simulacros que representam não um passado, ao qual não se tem acesso, mas um simulacro de um passado eterno que nunca existiu.

Assim, de 1959 a 2014, essa lógica só parece se enaltecer e ganhar o aparato da tecnologia a seu favor. As distâncias entre as datas de produção revelam uma evolução nas condições de produção dos filmes no quesito tecnológico: por ser uma animação de 1959, percebe-se que não há muitos detalhes na vestimenta da Bela Adormecida, o que poderia ser diferente nos dias de hoje. Já no filme *Malévola* é apresentado como a tecnologia possibilitou o aparecimento de novos detalhes nas vestimentas, a ponto de receber uma indicação ao Oscar por melhor figurino.

Nesse sentido, pensa-se como o apagamento de elementos que poderiam representar esse passado inexistente vai desaparecendo a cada remake da narrativa. Toma-se aqui o figurino das fadas como exemplo, trazendo na Figura 3 imagens dos dois filmes em que as fadas estariam disfarçadas de camponesas.

Figura 3: fadas dos filmes de 1959 e 2014, respectivamente.



Fonte: imagens extraídas do Google, montagem realizada pela autora.

Enquanto na primeira, percebe-se uma tentativa de simplificar suas roupas, dando a elas um figurino que poderia remeter a uma imagem de um plebeu, no filme de 2014 essa preocupação se distancia do figurino, dando espaço para a magia e adereços que “embelezariam” o cenário, levando a mesma para o lado mais fantástico. Essa mudança parece estar de acordo com que Jameson explica sobre a lógica do pastiche, “em que tentativas desesperadas de recuperar um passado perdido, são agora refratadas pela lei inexorável da mudança da moda e da emergente ideologia das gerações” (JAMESON, 2006, p.46). Em consequência disso, pensa-se na mudança de um filme para o outro, onde o passado é usado como referência - referência essa que a um simulacro e não a um passado real - “é gradualmente colocado entre parênteses e depois desaparece de vez, deixando apenas textos em nossas mãos” (p.46), sendo nesse caso uma narrativa fantástica cada vez mais desinteressada em apresentar qualquer tipo de referência histórica.

As modernizações destes elementos percebidos no figurino da obra remetem a essa nova subjetividade das personagens, assim como ao padrão de moda atual, sem que se percam suas características. De acordo com Hannah Arendt (1997), existe uma sociedade que influencia estas escolhas de produção, e inspira as características físicas presentes na personagem. Porém, além de elementos de repetição, há elementos que trazem uma conotação inovadora, com o objetivo de atrair a atenção do espectador, assim como concorda Sarlo (1997) em suas teorias.

O CENÁRIO E AS IMAGENS

Entre *A Bela Adormecida* e *Malévola*, o que há em comum nas duas produções quanto ao cenário e aos efeitos cinematográficos é o investimento realizado nas produções. *A Bela Adormecida* foi a segunda produção da Disney mais cara na época.

Porém, há uma distância evidente na construção do cenário no que tange à evolução tecnológica. Logo na primeira cena de *Malévola*, o reino da protagonista é mostrado em detalhe: possui criaturas fantásticas e efeitos cinematográficos muito bem realizados, graças à atualização constante da tecnologia cinematográfica. É importante lembrar que, de acordo com a época, há também uma super-produção no filme *A Bela Adormecida*, clara no momento em que o livro se abre. É aparente a mudança na técnica artística, utilizada enquanto o livro está fechado, diferenciando a realidade e a fantasia, dentro do livro, representada por animação. A técnica cinematográfica utilizada para a produção de *A Bela Adormecida* fora uma das mais inovadoras e caras, senão a mais, da época em que

foi realizada. Porém, devido ao avanço da tecnologia, esta técnica não surpreende mais o espectador nos dias de hoje. *Malévola* (2014) atrai o consumidor para além da realidade em seu cenário.

É possível perceber nesse sentido, como a indústria cinematográfica caminha por onde Sarlo (1997) nos avisa: a produção que tende sempre ao uso da ápice tecnológica é característica da Indústria Cultural, que se baseia em imagens cada vez mais atraentes aos gostos do consumidor. Nesse caso, as duas narrativas cinematográficas, que se utilizam dos padrões mais inovadores de suas respectivas épocas, se adequam aos gostos desse consumidor, sempre em busca de inovação.

É possível observar no filme *Malévola*, que as cenas possuem um ritmo acelerado, repleto de cortes variados, em que mal se consegue perceber os detalhes produzidos nas mesmas. Uma possível relação que pode ser feita é justamente a lógica dos cortes e da velocidade das imagens que Sarlo anuncia juntamente com o conceito de *zapping*. Após a invenção do controle remoto, o desafio trazido à Indústria Cultural foca-se em prender a atenção do consumidor a dado canal. Isso se torna cada vez mais difícil em função da grande competitividade existente entre as produções culturais. Esse efeito da troca de canal e tantos novos cortes e recortes possíveis nas imagens consumidas pelo espectador acaba gerando novas colagens, acostumando o consumidor à velocidade das cenas.

Por exemplo, a cena em que *Malévola* derruba uma parede em cima dos tronos do rei e da rainha ou na primeira batalha, onde aparece uma criatura rugindo em direção ao espectador, entre muitas outras cenas, que ocorrem em um tempo médio de 4 segundos.

Uma maior velocidade passa a ser uma característica subjetiva do espectador nessa fase do Capitalismo Tardio, pois essa é a sua condição de consumir produtos cinematográficos.

A TRILHA SONORA

A música tema do filme *A Bela Adormecida*, adaptada do Ballet de Tchaikovsky, pode ser encontrada em *Malévola* como releitura. É reproduzida em compassos diferenciados, mais lentos e cantada por uma voz marcante, de Lana Del Rey. *Once Upon a Dream* pode ser ouvida no primeiro filme, na cena em que Aurora colhe flores no bosque e também é apresentada como valsa durante o terceiro ato, representando o final feliz. Porém em *Malévola*, a canção possui característica de contemplação e aparece apenas nos créditos do filme. A música foi muito mais utilizada para a divulgação da estreia do que na obra em si. A voz marcante da cantora no *trailer* representa *Malévola*, enquanto em *A Bela Adormecida* a letra é cantada por um coral formado pelos convidados da festa que são ouvidos, porém, não representados visualmente no momento que a princesa e o príncipe dançam a valsa.

Este é mais um elemento de repetição, com caráter inovador e objetivo de produção completamente mercadológico. Ao ouvir a versão de Lana Del Rey pode-se perceber que seu gênero musical é pop com um toque *indie*, e ao fundo há violinos que remetem às características de valsa. Os instrumentos entram em torno de 1m30s na música, representando claramente o pastiche e sua colagem de referências estéticas provida de diversas origens, referente ao termo utilizado por Jameson (2006). Este conjunto de gêneros musicais encontrados em uma mesma canção é característico da subjetividade do sujeito pós-moderno e suas identidades fragmentadas (HALL, 2006).

Pode-se perceber também, que coube à Indústria Cultural identificar esta subjetividade do consumidor, as características e tipo de produto que cabem a estas (DEBORD, 2013).

O BEIJO DE SEU VERDADEIRO AMOR

No filme *Malévola*, o cenário prende a atenção do espectador já no primeiro momento. Porém, no decorrer da história (2014), há uma cena de caráter subjetivo que possui um elemento muito inusitado: quando Aurora encontra-se desacordada, o príncipe a beija e a princesa não acorda. *Malévola*, que outrora havia sido traída pelo pai da menina, diz que o beijo não a acordou, pois acredita que o amor verdadeiro não existe.

Ela se emociona, pois cria laços com Aurora no decorrer do filme e gostaria de poder reverter a maldição. A fada em lágrimas lhe dá um beijo de despedida na testa e quando se vira para sair do aposento, a menina desperta. Há uma conotação materna de *Malévola* para com a menina. O amor fraterno entre mãe e filha, mesmo que esta não seja sua mãe biológica, encontra-se como amor verdadeiro no discurso do filme. Aceita-se outro amor redentor que não o de um homem por uma mulher nos dias de hoje. Também há modelos familiares que divergem do padrão encontrado no século passado. Este caráter incrivelmente inovador dentre os contos de fada, leva à conclusão de que há uma relação bilateral entre a Indústria Cultural e seu consumidor, pois esta deve moldar-se ao gosto do mesmo para manter-se como produto cultural, assim como despertar interesse no espectador para que haja continuidade de sua produção e consumo (HALL, 2006; SARLO, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como objetivo perceber diferenças entre as narrativas *A Bela Adormecida* e *Malévola*, identificando suas relações com possíveis novas representações de um sujeito pós-moderno, além de localizar os objetos culturais *Malévola* e *A Bela Adormecida* como produtos da Indústria Cultural,

comparar as diferenças entre essas duas narrativas e, por fim, perceber como essas mudanças podem indicar diferentes noções de identidades a partir da lógica do Capitalismo Tardio.

No que tange à localização dos objetos estudados como produtos da Indústria Cultural, percebe-se que estes se encontram como produtos culturais a partir do momento em que são consumidos por um espectador. Não há objeto cultural que não esteja dentro de uma lógica mercadológica e, para que estes se encontrem presentes no mercado, devem despertar o interesse do consumidor.

Ao comparar as diferenças entre as narrativas, é possível observar que há elementos tanto de repetição quanto de inovação. Hall (2006) e Felinto (2007) nos mostram que a identificação com elementos já presentes na memória do espectador, assim como características inovadoras, são essenciais para que o consumidor se interesse pelo produto cultural.

Em relação a como as mudanças entre as narrativas podem indicar diferentes noções de identidades a partir da lógica do Capitalismo Tardio, a transformação na identidade das personagens Malévola e Aurora, nas narrativas de 1959 e 2014, é perceptível, assim como a identidade do espectador nos contextos em que os filmes foram lançados.

Em *Malévola*, é possível encontrar identidades fragmentadas nas personagens, típico de um Sujeito Pós-moderno de Hall (2006). Esta mudança no sujeito desafia a Indústria Cultural na atualização de seus produtos e discursos. Chega-se à ideia de que, ao mesmo tempo que a Indústria Cultural se molda ao gosto do consumidor para se manter como produto cultural, o espectador responde com seu interesse, identificação e consumo do objeto, pois para que estes produtos se mantenham na indústria, estes devem atualizar-se conforme a sociedade e sua devida cultura se transforma. Porém, a mesma via é justificada pelo bom entendimento que a própria indústria tem de seu consumidor: para que o mesmo se identifique com elementos que ele já conhece, a Indústria Cultural sabe bem de seus aparatos para tornar o objeto cultural atraente a ponto de ser consumido.

Assim, esse consumidor de imagens, o sujeito pós-moderno, pode ser pensado a partir das próprias mudanças na narrativa. Quando Malévola deixa de ser simplesmente uma vilã para virar uma personagem complexa e com sentimentos contraditórios, ela está se identificando com essas novas narrativas do próprio sujeito, que se percebe sempre na contradição de suas identidades, que não conseguem mais se fixar no “bem” ou no “mal”, mas sim no “bem” e no “mal”. O que *A Bela Adormecida* de 1959 propõe, não chega a essa lógica contraditória: mesmo sendo um produto cultural e, portanto, entendedor das regras do mercado, sua narrativa é mais pautada numa possível essência heroica ou vilã do sujeito. Mas isso acontece justamente porque essa narrativa, para a época, se faz

vendável. Em *Malévola* (2014), quando o consumo já é a própria produtora de subjetividades, o mercado passa a não só permitir, como querer essas contradições na mesma personagem, justamente como o pastiche propõe, para que o consumo seja multifacetado, sem a necessidade de dicotomias.

Acredita-se que a maior limitação existente durante a escrita deste relatório foi entrelaçar as ideias dos autores uns com os outros. Porém, a fundamentação teórica pode auxiliar em futuras pesquisas, principalmente na análise de outros filmes como, por exemplo, *A Bela e A Fera*, que segue a mesma lógica de *Malévola*. Destaca-se a possibilidade de abranger esta pesquisa na questão do feminismo, dada a possibilidade de estudar noções de empoderamento da mulher nas versões modernas dos clássicos cinematográficos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialectic of enlightenment*. Stanford University Press, 2002.
- ARENDT, H. *Entre o Passado e o Futuro*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENJAMIN, W. *A Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução*. 1ª ed. São Paulo: S.A., 1975.
- DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Projeto Periferia, 2013.
- FELINTO, E. Videotrash: o YouTube e a cultura do “spoof” na internet. *Revista Galáxia*, São Paulo, 16 (1), p. 33-42, dez. 2007.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo moderno*. Ática: 2006.
- KEHL, M. R. O Espetáculo como Meio de Subjetivação. *Concinnitas*, 26(1), p. 71-85, jul. 2015.
- SANTOS, F. M. *Análise de Conteúdo: a visão de Laurence Bardin*. *Revista Eletrônica de Educação*, 6(1), p.383-387, mai. 2012.
- SARLO, B. *Cenas da Vida Pós-moderna*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

Capítulo 5

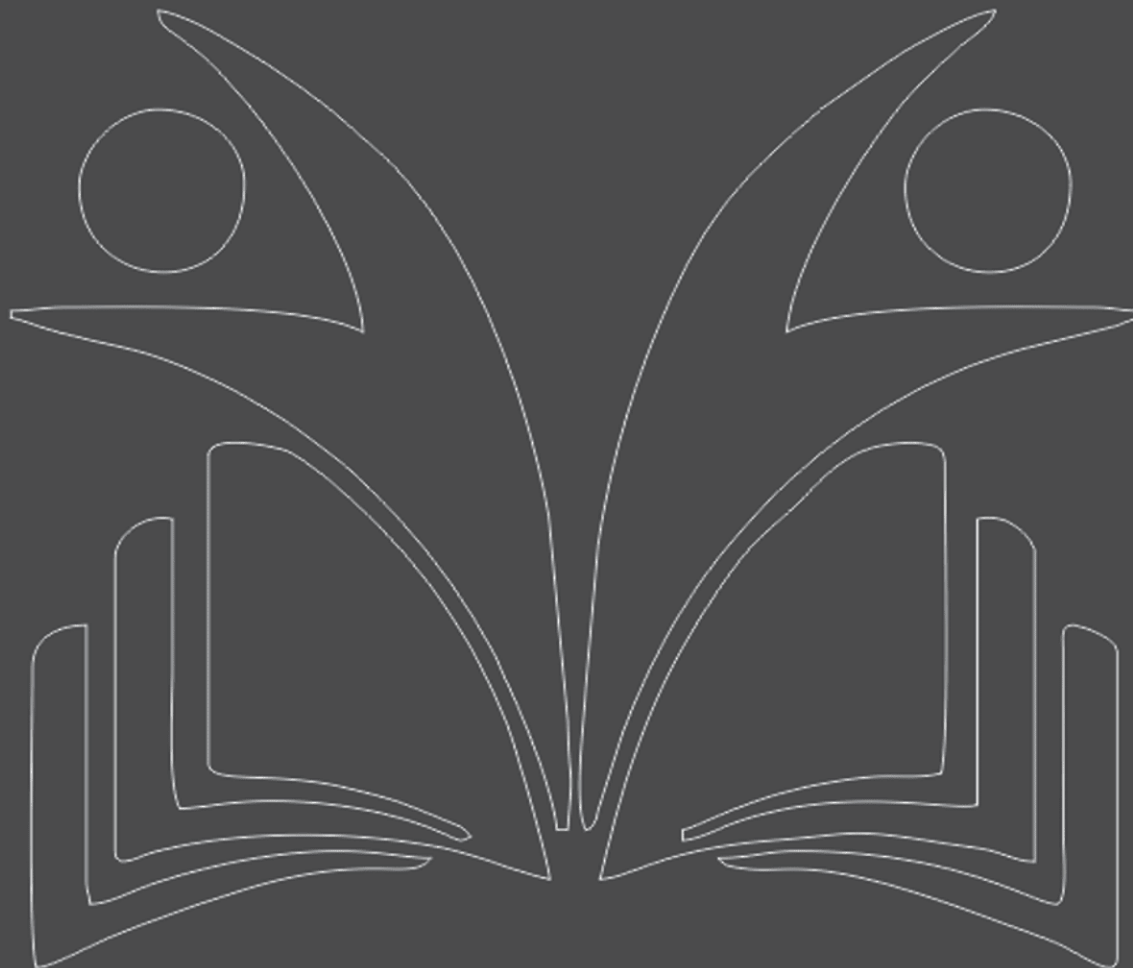


10.37423/220305572

OS DIREITOS INDÍGENAS MEDIANTE OS PRINCÍPIOS DO TELEJORNALISMO PÚBLICO: ANÁLISE DE REPORTAGENS DA TVE-TO

Adriana Tigre Lacerda Nilo

Universidade Federal do Tocantins UFT



Resumo: Este artigo apresenta uma análise de narrativas da TVE-TO, emissora pública de televisão, quanto às formas de abordar temáticas indígenas relacionadas aos Direitos dos Povos indígenas do Tocantins. Defendemos, nesta perspectiva de estudo, que o tratamento dado aos temas relacionados aos Direitos Indígenas configura-se, também, como um direito à Comunicação pública por parte da sociedade. Questionamos assim o papel educativo desta emissora pública de televisão. Na discussão do modelo público, adotamos entre autores latino-americanos; Martín-Barbero (2002), Becerra, Castillejo, Santamaria e Arroyo (2012) e (Coutinho, 2013), principalmente no dispositivo teórico-metodológico; para definição categorias de análise das narrativas. Assim, esperamos contribuir para debate em torno dos direitos indígenas, mediante a constatação das limitações da TVE-TO no cumprimento do Direito à Comunicação.

Palavras chaves: narrativas televisivas; telejornalismo público; cultura indígena; direitos indígenas.

FUNDAMENTOS À DISCUSSÃO TEÓRICA EM TORNO DA MISSÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

O pensamento dos autores latino-americanos Becerra, Castillejo, Santamaria e Arroyo (2012), de que a construção de um modelo de mídias públicas que atenda aos anseios da população e dos segmentos comprometidos com a prestação do serviço público de qualidade constitui-se num grande desafio, aplica-se cada vez mais à reflexão sobre sistemas de comunicação em países, deste continente. Neles a crise de representatividade política, ou de Estado, como preferem alguns cientistas políticos, interfere diretamente na gestão do conjunto das políticas públicas, inclusive a da Comunicação. Conforme destacam: “Na cultura midiática latino-americana, a preocupação em garantir a diversidade de conteúdos e a distância informativa não conseguiu, até o presente, um consenso sólido e estável por parte das diferentes forças políticas e sociais”. (BECERRA, CASTILLEJO, SANTAMARIA E ARROYO, 2012, p.39).

Assim, quando buscamos estudar e entender as narrativas televisivas, não podemos desconsiderar a inexorável ligação entre o texto (te) jornalístico e o contexto sócio-político e econômico, concebendo princípios dialógicos e dialéticos, pelos quais percebemos a reflexibilidade da relação linguagem, enquanto super-estrutura, com o mundo social e as suas estruturas de poder. Partindo de tais postulados, é imprescindível contextualizarmos as interferências do atual cenário brasileiro tanto em relação à gestão pública da Comunicação, onde se insere o sistema de radiodifusão público brasileiro, quanto no que diz respeito aos demais setores da sociedade, a exemplo das políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Por essa razão, entendemos ser necessário pontuar que, do mesmo modo como a Empresas Brasileira de Comunicação e a TV Brasil estão sob a ingerência do Poder Executivo Federal, no Governo Temer, entidades voltadas às questões indígenas, a exemplo da FUNAI, órgão na mesma esfera da administração pública federal, vêm passando por um processo de militarização, situação essa incongruente ao dever do governo no cumprimento das políticas públicas demandadas pelos povos indígenas. Aliás, a esse respeito lembramos que os direitos indígenas, inclusive o de serem consultados a cerca de tais decisões, estão assegurados, institucionalmente, na Convenção 169 da OIT-Organização Internacional do

Trabalho, da qual o Brasil é signatário.

Além do âmbito do poder executivo federal, levamos ainda em conta, o impacto deste cenário nacional no âmbito estadual, no qual outro conjunto de forças políticas, consonantes e dissonantes, é responsável pela gestão de uma emissora pública de televisão. Somente assim, acreditamos ser possível entender o desdobramentos de tais questões, mediante à complexidade da proposta de

analisar a pauta indígena em uma emissora pública de televisão. Em outras palavras, ressaltamos que a análise da narrativa da TVE-TO sobre os Direitos Indígenas implica numa metalinguagem pela qual, ao investigar o modo pelo qual um leque de temas relacionados aos indígenas do Tocantins é tratado, simultaneamente, estaremos avaliando a qualidade da comunicação proporcionada no estado, ao telespectador. Por fim, consideramos a importância de ressaltar que tanto aos indígenas quanto à população de modo geral, a comunicação constitui-se em um direito.

Retomando a linha de pensamento da escola latino-americana de teorias críticas da Comunicação, recorreremos a Martín-Barbero (2002, p.43), para quem é notável a incongruência da mídia televisiva, no que diz respeito ao cumprimento da sua missão no modelo público, cultural ou educativo.

Contraditória modernidade, a da televisão, nos países onde a desproporção do espaço social que o meio ocupa (pelo menos em termos da importância que adquire tudo que nele aparece), é, no entanto, proporcional à ausência de espaços políticos de expressão e negociação dos conflitos, e também a não representação, no discurso da cultura oficial, da complexidade e da diversidade dos mundos de viver e dos modos de viver dos seus povos. (MARTÍN-BARBERO, 2002, p.43)

Diante disto, concordamos com o pensamento de que entre os três pontos críticos que afetam a mídia pública, apontados por Becerra, Castillejo, Santamaria e Arroyo (2012, p.46-47); a crise de audiência, crise de legitimidade e crise institucional, os dois últimos parecem mais graves na conjuntura atual da comunicação pública brasileira.

ASPECTOS DIFERENCIAIS DA TRAJETÓRIA DA TVE TOCANTINS- EMISSORA

Para situar esta emissora pública, com outorga de universitária, enquadramento institucional, no que tange à dotação orçamentária, junto à Secretaria de Educação Estadual e linha editorial predominantemente governamental, devemos remontar à ocasião do Fórum das Emissoras do Campo Público de Televisão no Brasil. Esse espaço seria responsável por apresentar um panorama das TV's universitárias, comunitárias, estatais, educativas e culturais, com o propósito de repensar diretrizes e marcos regulatórios da radiodifusão pública, quando a então TV Palmas foi identificada como sendo universitária, devido à sua ligação patrimonial com a Unitins, Fundação Universidade do Tocantins.

Desde agosto de 2012, a referida televisão passou a adotar a sigla TVE-Tocantins, mesmo sem ter a sua outorga modificada por continuar vinculada à Unitins, Universidade do patrimônio do Governo estadual do Tocantins. A emissora apenas passou a ser administrada pela Fundação Estadual Redesat-TO, cuja lei de criação de nº 9662, data de 10/11/2011. Em relação ao vínculo com uma parceira (cabeça de rede), houve associações e buscas tanto da TV Cultura (SP) quanto da TV Brasil (Brasília);

desde fevereiro de 2011 a emissora em análise voltou a retransmitir a programação nacional da TV Brasil.

Entre as definições jurídico-administrativas que tem a resolver a TVE-TO, encontra-se diante do desafio de produzir “Informação que gera conhecimento”, conforme promete o seu slogan. Apesar de se inserir no quadro da comunicação pública que, no atual contexto político em que se encontra o nosso país, entre outros fatores já ressaltados, passa por uma série de contingências financeiras, a TVE-TO está sob nova gestão, devido à mudança na sua superintendência. Esse fato aponta para a possibilidade de que sejam revistas tanto a sistemática da sua produção quanto a avaliação da qualidade da programação própria. Esse material é elaborado em parte pelo Núcleo de Programação da emissora, e em parte pela Redação de jornalismo, que fica responsável pela cobertura noticiosa.

DIMENSIONANDO PRINCÍPIOS TEÓRICOS DOS DIREITOS INDÍGENAS E DO DIREITO À COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Do ponto de vista conceitual, adotamos a perspectiva da Comunicação como um direito público, escopo este no qual abordamos as temáticas indígenas, considerando o fato das principais demandas desses povos constituírem-se em direitos individuais e coletivos conquistados legalmente. Ou seja, justificamos tal procedimento porque tanto a comunicação pública no Brasil, quanto os temas fundamentais à preservação dos índios brasileiros são direitos assegurados na Constituição Brasileira de 1988.

Deste modo, concebendo o aspecto inexoravelmente imbricado, na relação forma x conteúdo, do nosso objeto de estudo, a narrativa da TVE-TO sobre temas que se constituem em Direitos Indígenas, analisaremos -concomitantemente- o tipo de abordagem da temática indígena e a sua relação com os preceitos da comunicação pública. Assim, mais especificamente, nos propomos a analisar se os temas relacionados aos povos indígenas são tratados como um direito das etnias referidas nas narrativas e/ou entrevistadas nas reportagens e, ainda se, a depender o tratamento dado a tais questões, a televisão cumpre o seu dever de propiciar o direito à comunicação, ao qual todo público telespectador do nosso país deve ter acesso, na condição de cidadão brasileiro, inclusive o indígena.

Antes de apresentar os fundamentos que nortearão a análise da temática indígena, destacamos que desde 2006, mais sistematicamente, instâncias no âmbito do Governo Federal, diversos Ministérios e a FUNAI, além de representantes dos governos dos estados, onde há território de povos indígenas e ainda, principalmente, os movimentos sociais e entidades do terceiro setor vêm dialogando em torno

da (re)definição de diretrizes nacionais para as políticas públicas indigenistas. Esta ressalva faz-se pertinente pelo fato de que as pautas jornalísticas voltadas a esta temática, seguindo o preceito básico da relevância social, devem estar (direta ou indiretamente) relacionadas às pautas dos movimentos indígenas e/ou indigenistas, incluso os temas relacionados às políticas públicas.

Nesse âmbito, ressaltamos que no contexto analisado existe uma coincidência, na concepção mais restrita do termo, ou seja, fatores que incidem num mesmo aspecto, mediante a constatação de ambos os agentes, comunicadores e gestores das políticas públicas se situarem no contexto público. Por esta razão, partimos do pressuposto que, sendo a TVE-TO vinculada à Fundação gestora (Redesat), configura-se como uma empresa estatal da administração pública direta¹ do Governo do Estado do Tocantins, situa-se na mesma esfera do poder executivo responsável pela gestão do conjunto das políticas públicas. Presume-se, de antemão, a interferência exercida na sua linha editorial, conforme a análise do corpus nos possibilita verificar, de modo a predominar a cobertura das ações governamentais afirmativas, em detrimento da abordagem de temas polêmicos, em relação aos quais o Governo estadual fosse questionado ou mesmo criticado por segmentos sociais, notadamente por representantes dos movimentos indígenas.

A propósito das interferências do contexto político nos textos jornalísticos das narrativas televisivas, embora não seja o foco deste trabalho observar as relações de poder no conjunto da sociedade, consideramos importante mencionar que no cenário da região norte, a presença do poder econômico dos empreendimentos do agronegócio, com incentivo governamental, torna o estado parceiro, para não dizer conivente ou refém, dos interesses privados em detrimento dos públicos, nos quais se situam as reivindicações indígenas.

CONTEXTUALIZANDO ASPECTOS CONCEITUAIS DA TEMÁTICA INDÍGENA FUNDAMENTAIS À DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE ANÁLISE DAS NARRATIVAS NA TVE.

Para definição das propostas prioritárias do movimento indígena brasileiro foi organizada, pela Comissão Nacional de Política Indigenista e FUNAI, e realizada em Brasília, em dezembro de 2015, a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, da qual resultou um Caderno de Propostas Priorizadas, que sistematizou as ações em seis grandes eixos de temáticos: 1. Territorialidade e o Direito Territorial dos Povos Indígenas, 2. Autodeterminação, Participação Social e o Direito à Consulta, 3. Desenvolvimento Sustentável de Terra e Povos Indígenas, 4. Direitos Individuais e Coletivos dos Povos Indígenas, 5. Diversidade Cultural e Pluralidade Étnica no Brasil e 6. Direito à Memória e à Verdade.

A título de esclarecimento do que será estudado nas narrativas analisadas adiante, nesse primeiro momento descreveremos, resumidamente, o teor de cada um dos seis eixos, conforme constam no Caderno de Propostas Priorizadas, publicado em abril de 2016, com base nas plenárias da referida conferência.

- I. Territorialidade e o direito territorial dos povos indígenas – Refere-se às seguintes questões: o reconhecimento de direito originário, o processo de demarcação, regularização, monitoramento, fiscalização e gestão de terras indígenas, as ações de proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato e a contribuição dos povos indígenas para a contenção do desmatamento.
- II. Autodeterminação, participação social e o direito à consulta- Refere-se ao direito à consulta, à participação social e à autodeterminação dos povos indígenas, com o reconhecimento da autonomia de cada povo indígena para definição de suas formas de organização social e política e do tipo de relação que quer estabelecer com as iniciativas públicas e agentes externos às suas comunidades.
- III. Desenvolvimento sustentável de terras e povos indígenas- Trata das políticas públicas e dos mecanismos de apoio à proteção dos territórios indígenas, tais como, as ações preventivas de proteção territorial, de gestão ambiental, de vigilância e de atividades produtivas.
- IV. Direitos individuais e coletivos dos povos indígenas – Acompanha e avalia a implementação de políticas públicas para os povos indígenas em áreas específicas, tais como; os direitos culturais e de identidade, os direitos à educação, à saúde e ao emprego, o direito à língua, entre outros.
- V. Diversidade cultural e pluralidade étnica no Brasil – Defende que as identidades culturais dos povos indígenas moldam diferentes realidades, nas quais se estabelecem distintas formas de convivência e interação com elementos culturais que os diferenciam do restante da sociedade brasileira, como língua, religião, modos de vida e formas de organização social.
- VI. Direito à memória e à verdade – Pleiteia o aperfeiçoamento das instituições democráticas para a efetivação de políticas públicas de garantia aos direitos humanos, considerando que a luta pela terra foi, e continua sendo, o eixo central das graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado.

DESCRIÇÃO DO CONJUNTO DAS REPORTAGENS E DA SELEÇÃO DE TRÊS UNIDADES DE ANÁLISE EMPÍRICA

Entre as onze reportagens produzidas no período entre a realização dos Jogos Mundiais Indígenas (outubro de 2015) até o Dia do Índio (19 de abril de 2016), dez foram veiculadas durante os JMPI e apenas uma no ano seguinte. Deste universo, oito se apresentam diretamente ligadas ao referido evento. São elas relativas aos seguintes sub- temas;^{1ª}. Transporte (indica de formas de acesso a arena dos jogos), ^{2ª}.Hospedagem (mostra opções de acomodação alternativa aos hotéis e pousadas),^{3ª}. Intercâmbio cultural (ilustra a oportunidade de interação entre diferentes povos indígenas e o público visitante), ^{4ª}. Alimentação (explica o funcionamento do setor gastronômico interno, para os

participantes indígenas e as pessoas que trabalham na logística do evento), 5ª. Jogos nativos (demonstra alguns dos torneios das etnias participantes do evento), 6ª. Apresentação Cultural (ilustra os rituais de dança, música e a pintura corporal de algumas etnias), 7ª. Fórum social indígena (refere-se aos debates reservados à Oca da Sabedoria) e a 8ª. Manifestação de indígenas contra a PEC 215.

Algumas dessas reportagens já foram analisadas em publicações anteriores² nas quais, mediante outras categorias de análise, investigamos desde o teor e o recorte dos temas tratados até a questão da representatividade das vozes sociais, razão pela qual apenas retomaremos, na contextualização do conjunto do corpus analisado, determinadas constatações que consideramos pertinentes para compreensão da cobertura da temática indígena por parte da TVE-TO. Uma delas refere-se ao fato de que metade das matérias, acima sublinhadas, ateu-se a situar os visitantes sobre como desfrutar da infra-estrutura interna, em torno da arena dos jogos, e externa, nas principais vias de acesso da cidade, montada pela Prefeitura Municipal e empresas parceiras.

Assim, cabe-nos ressaltar que a ligação direta destes quatro sub-temas sobre a infra- estrutura do evento estabelece somente uma relação indireta com a temática indígena, sumária e tangencialmente abordada durante os jogos mundiais, em relação aos quais eram alardeados, pelos divulgadores oficiais e boa parte da mídia, dados do contingente de 25 países e 24 etnias de povos indígenas participantes.

Com relação às outras quatro reportagens mais diretamente relacionadas à temática indígena, em duas delas (a dos Jogos nativos e a da Apresentação cultural) predominou a abordagem do caráter festivo do evento, com as manifestações culturais e os torneios entre as etnias presentes, em detrimento de uma única referência a temas densos (a relativa ao Fórum Social, cuja narrativa dispersa será pormenorizada adiante). Ainda no tocante a este lote no âmbito dos indígenas, especificamente em uma delas, a que referiu ao Manifesto contra a PEC 215, a tônica predominante da narrativa, desde os aspectos ressaltados pela repórter até a seleção das fontes entrevistadas, foi de lamentação e crítica à forma como se deu o protesto entre as apresentações da programação oficial do evento.

Deste modo, comentadas as oito reportagens produzidas em função dos JMPI, nos referiremos então às outras três que apresentam relação direta com a temática indígena e indireta com o evento dos jogos, tendo sido veiculadas, por esta razão, em outubro de 2015. São elas; a reportagem sobre o lançamento de um aplicativo de celular, tradutor de duas línguas de povos indígenas do Tocantins, e outra sobre um passeio de alguns índios a um Shopping Center da cidade. Além destas, a terceira,

veiculada em abril de 2016, foi sobre uma exposição de temas indígenas na semana em que se comemorava o Dia do Índio.

OS DIREITOS INDÍGENAS COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE NAS NARRATIVAS DE TRÊS REPORTAGENS DA TVE-TO ENTRE OS JMPI (10/2015) E O DIA DO ÍNDIO 19/04/2016

Com base em critérios de análise adotados na avaliação da qualidade da programação do telejornalismo público da TV Brasil, no que diz respeito ao modo de contemplar o interesse público e o direito à Comunicação (COUTINHO, 2013, p.28), dentro desta perspectiva, definimos como categoria de análise os direitos indígenas, para verificar de que modo as narrativas da TVE-TO tratam explicitamente de tais prerrogativas ou apresentam, implicitamente, alguma relação com temas definidos no âmbito dos seis eixos anteriormente expostos.

Com o intuito de selecionar reportagens que apresentassem diferentes vínculos à temática indígena e aos eventos a eles relacionados, escolhemos duas veiculadas durante os JMPI, sendo uma direta e outra indiretamente relacionada aos jogos mundiais, enquanto a terceira foi realizada em abril de 2016, com outro gancho factual; a comemoração do dia do índio, 19 de abril, cujas descrições foram feitas anteriormente.

1ª reportagem-vt- Traduzíndio-Sinopse e análise

Sinopse- A reportagem apresenta um aplicativo criado por alunos e professores da Universidade Federal do Tocantins, a UFT, em parceria com a Agência Tocantinense de Ciência e Tecnologia, a AGETC, o Traduzíndio, que possibilita a tradução de duas das línguas indígenas; a Akwe-Xerente e a Pahin-Apinajé para o idioma português-brasileiro e vice-versa.

Análise- Em termos de adequação à categoria de análise adotada, a pauta sobre o aplicativo Traduzíndio está contemplada em um dos seis eixos dos direitos indígenas; aquele que se refere à diversidade cultural e pluralidade étnica no Brasil, considerando-se, inicialmente, o teor da reportagem na divulgação de um produto de tecnologia da comunicação voltada à inclusão social dos indígenas, que, por outro lado, possibilita à sociedade, de modo geral, conhecê-los.

Observamos que na estruturação e desenvolvimento da sua narrativa, a reportagem apresenta o lançamento de um produto do mundo acadêmico, o citado aplicativo, destacando que, num primeiro momento, traduz a língua dos povos Akwe-Xerente e Pahin- Apinajé, originárias de dois dos 7 povos indígenas do estado do Tocantins³. O repórter entrevista um aluno da UFT e o Profº Drº George Brito,

identificado como diretor da AGETEC, ambos integrantes do projeto. O primeiro explica o funcionamento técnico do aplicativo e o segundo justifica a relevância social do produto.

Porém, ainda que o pesquisador tenha destacado a importância da acessibilidade proporcionada pelo aplicativo tanto para os indígenas quanto para o conjunto da sociedade, no sentido de possibilitar o conhecimento da cultura indígena e desmistificar estereótipos que tenha sobre os índios, na estruturação da narrativa não há um contraponto em outra perspectiva, a começar pela modo de ver do indígena.

Então, constatamos que mesmo tendo sido a reportagem veiculada no contexto dos JMPI, a narrativa não se reporta a qualquer representante da cultura indígena, preferencialmente integrante de uma das duas etnias cujas línguas foram contempladas pelo Traduzíndio, nem entrevista sequer algum indigenista de alguma organização não- governamental.

Esclarecemos que o exercício do dialogismo (não necessariamente do contraditório, conforme os princípios do jornalismo), daria margem, talvez, a um duplo efeito de sentido. Poderia possibilitar tanto que um indígena se posicionasse sobre a validade ou não deste recurso tecnológico de comunicação, avaliando a efetividade da sua contribuição ao entendimento da diversidade cultural e da pluralidade étnica, quanto proporcionaria ao telespectador um conhecimento que se espera da linha editorial de uma televisão pública, ou seja, sem se limitar ou condicionar a mera divulgação de um produto gerado por uma agência de tecnologia e pesquisa do governo do estado.

Neste contexto, dois aspectos precisam ser assinalados, sendo um de ordem política e outro, teórica. No primeiro caso, cabe-nos esclarecer que por discordar do caráter festivo dos JMPI, algumas etnias do Tocantins não participaram do evento realizado em Palmas, entre elas, a Apinajé. Deste modo, devido ao local de origem desse povo indígena ser a região do Bico do Papagaio, um fator de ordem operacional pode ter interferido para a realização da entrevista, apesar da alternativa entrevistarem um representante da etnia Awke-Xerente, que se encontra mais próxima. Algumas aldeias estão a 20km de Tocantínia, cidade que se situa a cerca de 80 km da capital do estado.

Quanto ao aspecto teórico, conforme abordamos em trabalhos anteriores, nos quais analisamos as formas de presença das vozes indígenas⁴, com base na teoria de enunciação polifônica (DUCROT, 1984), para a qual o “sujeito falante” (ser social) põe em cena dois ou mais enunciadores, (entendendo-se aqui enunciados como pontos de vista externados), não podemos associar, de forma direta e automática, o cargo ou papel social do entrevistado com a opinião ou perspectiva emitida.

Assim, contextualizando no universo investigado, não necessariamente um governante falará “em nome” do Governo que representa, do mesmo modo, nem sempre um indígena terá voz representativa das bases do seu povo. Dizendo com outras palavras, assim como um representante do Governo pode contemplar a perspectiva indígena na sua narrativa, com a qual esteja alinhado e comprometido em termos de cumprimento de direitos indígenas e adoção de política pública condizentes a esse povo, por outro lado, um indígena que esteja longe das bases e integrando uma assessoria governamental, pode falar em nome do governo, descomprometido politicamente com o seu ethos de origem e voz do seu povo.

Ainda com relação à análise desta narrativa sobre o aplicativo, sem temer uma eventual contradição acerca do que afirmamos anteriormente, devemos provocar uma possível leitura, questionando em que medida a narrativa sobre o aplicativo contempla a diversidade cultural e pluralidade étnica se se condicionarmos o conhecimento do Outro, no sentido daquele que é diferente, ao fato de poder “traduzí-lo”, isto é, de tornar a compreensão da sua língua comum à minha! Para reafirmarmos que sim, que contempla um direito indígena, de se fazer conhecer e ter a sua cultura respeitada, teríamos de confiar no êxito do caráter reflexivo do aplicativo, vislumbrando que as pessoas venham a conhecer as línguas Xerente ou Apinajé ao buscarem a tradução do português para uma das línguas indígenas. Do contrário, o aparato reforçará a perspectiva colonizadora, de simplesmente traduzir para o português a língua indígena, apagando as diferenças no reforço à predominância da cultura hegemônica da chamada sociedade envolvente.

2ª reportagem-vt- Fórum Social-Sinopse e análise

Sinopse- A reportagem começa com a abertura do repórter e se segue com quatro offs intercalados por duas sonoras. Apresenta a Oca da Sabedoria, local onde aconteceu o Fórum Social com debates de temas relacionados aos indígenas. A primeira entrevista é com um cacique Xavante e a segunda com um representante governamental.

Análise- Apesar das temáticas citadas, mudanças climáticas e o meio ambiente, relacionarem-se com a temática dos direitos indígenas, contemplados em dois dos eixos definidos na Conferência Nacional dos Povos Indígenas; o 1º- Territorialidade e o direito territorial dos povos indígenas e o 3º - Desenvolvimento sustentável de terras e povos indígenas, a narrativa construída pelo repórter, em conjunto com o depoimento dos entrevistados, não apresentou uma coerência interna de modo que se conhecesse a linha de pensamento de cada uma das partes. Na “deixa” para a sonora do cacique Jeremias Xavante, o repórter por meio de uma citação indireta, diz que o líder indígena destaca não

serem (os indígenas) contra o desenvolvimento, mas era preciso ter bom senso, numa provável referência implícita àqueles (fazendeiros ou governantes?) que não demonstram tê-lo. Tal menção não fica clara a quem se refere no apelo ao bom senso.

Na sonora, o cacique Jeremias diz que “o meio ambiente e o progresso podem muito bem andar juntos à medida que nós nos entendermos em relação a isso”. Novamente o repórter não faz a intermediação, no sentido de esclarecer a quem se referia o cacique quando usa o pronome na 1ª pessoa do plural. Ou seja; nós quem? Os indígenas que, em princípio representam a preservação do meio ambiente ou, do outro lado, fazendeiros e/ou governantes?. A narrativa delineada pelo repórter, enquanto fio condutor da reportagem, que poderia ser redefinida pelo editor de texto, no processo de edição, não estabelece tais nexos, o que interfere no efeito de sentido construído no conjunto da matéria.

Além disso, o representante do governo apenas menciona os temas que são o objetivo do debate, sem se posicionar sobre eles: "A percepção dos povos indígenas sobre a mudança climática, o papel governamental e todas as ações referentes a esses cuidados com a mudança climática hoje, esse é o principal objetivo da nossa reunião de hoje" (TVE-TO).

Tais informações poderiam constar no off que introduzisse uma sonora que, por sua vez, apresentasse outra perspectiva, provavelmente a de governantes sobre políticas públicas, visto que os fazendeiros não costumam estabelecer diálogo com lideranças indígenas e, desse modo, só poderiam ser questionados quanto aos seus posicionamentos em outro ambiente que não o Fórum.

Na realidade retratada pelo documentário “A Sombra de um Delírio Verde” que, segundo a reportagem, abre o debate; é dito que “os Guarani estão reivindicando pequenos pedaços do imenso território que eles tinham”, ou seja, por outro aporte de informações correlatas, a exemplo de outro documentário Martírio, de Walter Carelli, e demais informações de determinados segmentos da imprensa⁵ e, principalmente provindo de Observatórios da Comunicação⁶, seria possível saber que a questão é muito mais densa e complexa do que a evasiva e inócua narrativa transmitida nessa reportagem. Aliás, uma moção Povo Guarani-Kaiowá em manifesto denunciando a violência e contra o JMPI foi distribuída durante o evento⁷.

3ª reportagem-vt- Exposição pelo dia do Índio-Sinopse e análise

Sinopse- A reportagem apresenta uma exposição organizada pela Secretaria de Educação do Governo do Estado do Tocantins a respeito da cultura indígena, pela passagem do Dia do índio, no 10/04/2016

e traz algumas entrevistas com integrantes da pasta e pessoas que estavam, no local do evento, apreciando a mostra.

Análise- No seu modo de estruturação, o off de abertura da reportagem apresenta os objetivos da exposição e em seguida traz a entrevista com uma das integrantes da equipe da Seduc, a Prof^a Lídia Barroso, doutora em Antropologia, que destaca a importância de preservação dos territórios indígenas, em razão da biodiversidade neles contida. O teor da sua fala remete à questão da territorialidade, relacionada ao direito territorial dos povos indígenas, mas tal tema é apenas mencionado, sem ser desenvolvido ou explicado. Em seguida, a única pessoa entrevistada como observadora da exposição, apresentada também como funcionária pública, comenta apenas que se trata de uma oportunidade de ter mais conhecimento sobre o povo indígena. E a terceira sonora é com outra integrante da equipe pedagógica da Seduc que explica sobre o monitoramento pedagógico nas escolas da rede pública na aldeia.

Diante disto, percebemos que a narrativa está mais centrada no trabalho da Seduc tanto em montar a exposição alusiva ao dia do Índio, quanto em manter assessoria às escolas das aldeias, do que propriamente dedicada a focar algum dos temas que integram o amplo leque da temática indígena. Apesar de Palmas, capital do estado do Tocantins, contar com uma notável presença indígena nas universidades e no próprio funcionalismo público estadual, nenhum indígena foi entrevistado sobre a exposição, ou a respeito das ações de monitoramento da Seduc às aldeias, ou ainda quanto à pertinência de se abordar a temática indígena em decorrência da passagem do dia 19 de abril, uma data de efeito simbólico no calendário nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do nosso propósito de analisar a narrativa da TVE-TO sobre temas relacionados aos Direitos Indígenas e, ao mesmo tempo, observar a relação dos modos desta abordagem, com o cumprimento ou não dos preceitos da comunicação pública, avaliamos ser importante colocar algumas questões pontuais, de ordem operacional, antes de apontar as considerações finais relativas ao trabalho de análise.

Ressaltando que a própria amplitude do leque de temas indígenas, contemplados nos seis eixos que sistematizam o conjunto dos direitos desses povos, já representa um desafio à análise de qualquer narrativa, levamos em conta ainda nosso conhecimento técnico, não só teórico, do mundo televisivo. Queremos, com isso, dizer que a narrativa do tipo televisiva, ora analisada, apresenta características

específicas da linguagem audiovisual, típicas das rotinas de produção jornalística diárias, aqui referidas não como forma de justificar alguns dos problemas encontrados (até porque não era esse o nosso objetivo), mas como uma maneira didática de compartilhar o nosso conhecimento prévio do mundo televisivo em função do qual presumimos as limitações de naturezas diversas, que se fazem notar nas narrativas, tais como; a) pouca disponibilidade de profissionais no setor de produção para prospecção do tema em pauta, cuja apuração demandaria ida às aldeias, b) falta de condições logísticas de deslocamento das equipes de reportagem gravações externas no campo, c) Falta de conhecimento do assunto (temática indígena) por parte das equipes de reportagem, d) alternância das equipes responsáveis pela cobertura de um mesmo tema que, em função disso, perde o seu fio condutor, a depender do acompanhamento do editor de texto na edição final da matéria, e) necessidade de síntese em relação ao presumível tempo final de duração do VT, ainda que no formato de televisão pública este não fique tão delimitado ao exíguo padrão de um minuto e pouco; enfim uma série de fatores técnicos e conceituais, que se somam aos de ordem política e administrativa, já colocados na fundamentação que antecedeu a nossa análise.

Então retomamos, a seguir, o que nos propusemos a analisar, especificamente; o modo de abordagem dos temas indígenas para, verificar se as narrativas os relacionava aos direitos dos povos indígenas e ainda, havendo tal constatação quanto ao tratamento desta temática, se poderíamos afirmar que esta televisão cumpre o seu dever de propiciar o direito à comunicação pública, ao qual –reforçamos- todo público telespectador deve ter acesso, na condição de cidadão brasileiro, inclusive o indígena.

Portanto, considerando a inter-relação das variáveis, devemos dizer que tomando por base as narrativas das três reportagens analisadas; a do lançamento do aplicativo de celular de tradutor de línguas indígenas, a do Fórum Social na Oca da Sabedoria e a da Exposição Indígena, somente nesta última, um dos direitos indígenas foi diretamente mencionado. Em que pese o caráter factual tanto da proposta da exposição, quanto da reportagem, ao tratarem do tema na ocasião da passagem de uma data comemorativa, postura essa fruto da chamada cultura de eventos, na sua narrativa, a entrevista da pesquisadora em Antropologia remete ao primeiro dos eixos temáticos dos Direitos Indígenas; a Territorialidade e o Direito Territorial dos Povos Indígenas.

Já a matéria sobre o aplicativo, apenas indiretamente, refere-se a outro direito, o da Diversidade Cultural e Pluralidade Étnica no Brasil, à medida que trata do conhecimento linguístico via tradução. Porém, como observamos na análise, destaca mais o produto, como ferramenta de comunicação, fruto da pesquisa científica e tecnológica de uma agência de pesquisa ligada ao governo do estado.

Por fim, por paradoxal que pareça, a única reportagem que traz uma sonora com um indígena, seleciona um representante Xavante, etnia esta não pertencente ao estado do Tocantins. Isto, porém, não vem a ser o problema da narrativa apresentar-se dispersiva e sim o fato desta demonstrar falhas na estruturação das suas partes constitutivas (abertura e off do repórter e sonora com representante governamental), a ponto de não concatenar a fala do Xavante com a questão da luta pela demarcação das terras dos Guarani-Kaiowá, nem mesmo com o tema da sustentabilidade mencionado pelo repórter, tão pouco com os objetivos do Fórum, apontados pelo organizador do evento no seu depoimento.

Diante do que analisamos, consideramos que as narrativas veiculadas pela TVE-TO no período estudado não apresentam a consistência necessária à configuração do exercício da Comunicação pública como um direito do cidadão. Deste modo, questionamos o caráter educativo de uma televisão que diz produzir uma informação que gera conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALANIS, Rosânsela. Brasileiros Guarani-Kaiowás. Movimento indígena ganha força nas redes sociais. Revista Amazônia Viva, nº 11, Ano VII, 2013.

BAKHTIN, Mikael. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1979. BECERRA, Martín; CASTILLEJO, Ángel; SANTAMARIA, Óscar e ARROYO, Luis. Caixas Mágicas - O Renascimento da TV Pública na América Latina. Madri- Editorial Tecnos- 2012 CERTEAU, Michael. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. COUTINHO, Iluska. Sobre o (Tele)Jornalismo Público: conceitos e métodos de análise in A

Informação na TV Pública. Iluska Coutinho (org) Jornalismo Audiovisual. Florianópolis: Insular, 2013a.

_____. Do Telejornalismo Público como um Direito: a oferta de informação na TV Brasil como potencialidades para comunicar as diferenças. In #Telejornalismo: nas ruas e nas praças. Flávio Porcello, Alfredo Vizeu e Iluska Coutinho (orgs) Jornalismo Audiovisual.V2.

Florianópolis: Insular, 2013b.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DUCROT, O. Le dire et le dit. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

GUIMARÃES, E. Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem.

Campinas, SP: Pontes, 1995

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Televisão Pública, Televisão Cultural: entre a renovação e a invenção.

Pública Televisão Pública: do consumidor ao cidadão. São Paulo: ILDES/FES, 2002.

MINC. Caderno de Debates. Vol 1. Diagnóstico do campo público de televisão. I Fórum nacional de TV's Públicas: Brasília, 2007.

_____. Cadernos de Debates. Vol 2. Relatórios dos grupos temáticos de trabalho. I Fórum nacional de TV's Públicas: Brasília, 2007.

Nilo, Adriana Tigre; COUTINHO, Iluska. Pauta interétnica no contexto da TV pública: análise da temática indígena na TVE-TO-Brasil. Trabalho apresentado no GT Radio e Televisão, no XII Congresso da Lusocom/III Congresso da Mediacom, Praia-Cabo Verde, Outubro, 2016.

_____. A (in)visibilidade das vozes indígenas nas narrativas da TVE-TO: o papel da comunicação pública na (des)construção da cultura regional.

Trabalho apresentado no II Simpósio Internacional Comunicacion y Cultura: Problemas y Desafios de la Memoria e História Oral, Colima-México, Abril de 2017.

WEWERING, Sílvia Thêkla. Povo Akwe Xerente-Vida, cultura e identidade. Belo Horizonte, MG: Editora Roma, 2012.

NOTAS

Nota 1

Cf. Disponível em www.observatorioradiodifusão.net.br, acessado em 10.07.2017.

Nota 2

Pauta interétnica no contexto da TV pública: análise da temática indígena na TVE-TO-Brasil. Trabalho apresentado no GT Rádio e Televisão, no XII Congresso da Lusocom/III Congresso da Mediacom, Praia-Cabo Verde, Outubro, 2016.

Nota 3

Na Conferência dos Povos Indígenas do Tocantins, realizada em Tocantínia, em novembro de 2016, com o propósito de criação do Conselho de Políticas Públicas para os povos Indígenas do Tocantins, as etnias reorganizadas, assim se apresentaram totalizando dez (10) em relação às sete (7) comumente referidas na literatura oficial; 1) Xerente, 2) Karajá, 3) Javaé, 4) Karajá-Xambioá, 5) Apinajé, 6) Krahô, 7) Kanela do Tocantins, 8) Krahô-Kanela, 9) Avá-Canaoeiro e 10) Krahô-Takaywrá.

Nota 4

A (in)visibilidade das vozes indígenas nas narrativas da TVE-TO: o papel da comunicação pública na (des)construção da cultura regional. Trabalho apresentado no II Simpósio Internacional Comunicacion y Cultura: Problemas y Desafios de la Memoria e História Oral, Colima-México, Abril de 2017.

Nota 5

“Os índios desta comunidade, 170 ao todo, vivem numa área de 2 hectares de mata ilhada entre um charco e o leito do rio Hovy, na divisa da reserva Sassoró com a Fazenda Cambará, propriedade de 700 hectares no município de Iguatemi, no sul do Mato Grosso do Sul” (cf.in Brasileiros Guarani-Kaiowás. Movimento indígena ganha força nas redes sociais. Revista Amazônia Viva.Nº11-Ano VII-2013.

Nota 6

“Jornalismo legitima a violência contra os índios no Brasil”(Cf. Entrevista do jornalista e ambientalista Felipe Milanez concedida a Marcelo Parker (NUCOP/PPGCOM/UFRGS) em 16/06/2016 no OBCOMPObservatório da Comunicação Pública.

Nota 7

"Anunciamos que não participaremos deste palco forjado e mentiroso e afirmamos que enquanto esta for a postura do Brasil o único jogo que jogaremos será o de recuperar os nossos territórios e partir para nossas retomadas mesmo que isto custe todas as nossas vidas, já que o país parece assistir calado, da arquibancada, o extermínio dos Guarani e Kaiowá [...]"Enquanto nós, Guarani e Kaiowá, enfrentamos um verdadeiro genocídio, marcado por ataques paramilitares, assassinatos, espancamentos, estupros e perseguição de nossas lideranças, o governo brasileiro debocha de tudo isso buscando criar folclore para distorcer a realidade e camuflar a real situação dos povos originários".

Capítulo 6

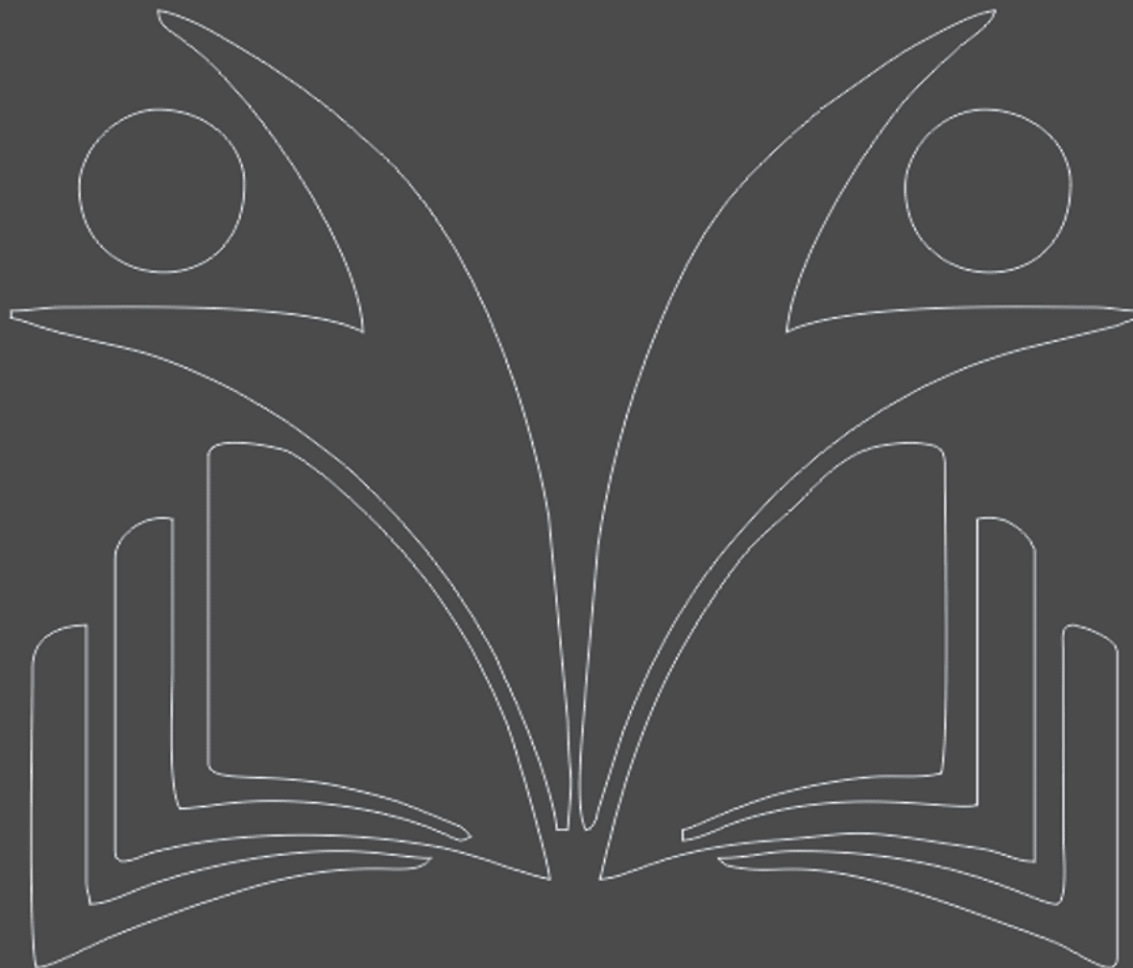


10.37423/220305589

CONSTRUÇÃO TEXTUAL: CARACTERÍSTICAS DA REPORTAGEM-CONTO NA REVISTA REALIDADE

Reinaldo César Zanardi

Universidade Estadual de Londrina



Resumo: A interface jornalismo e literatura produz muitos estudos e reflexões com diferentes enfoques. A este trabalho interessa a literatura na produção jornalística, a partir da produção textual do repórter. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar as características do texto da reportagem, especificamente da reportagem-conto. A metodologia deste trabalho toma como corpus cinco reportagens de diferentes temáticas (números zero, 1, 2, 3 e 4) da extinta revista Realidade, veiculadas em 1965 e 1966. Entre os principais resultados, o repórter constrói seu texto a partir da observação, como contador de história, tendo a fonte de informação como personagem do processo de narração dos fatos. A construção textual nas reportagens, objeto deste estudo, alia a forma literária ao conteúdo jornalístico.

Palavras-chave: Jornalismo; Literatura; Reportagem-conto; Revista Realidade; Construção textual.

INTRODUÇÃO

A materialidade do jornalismo dá-se a partir do texto seja ele impresso, audiovisual, digital ou imagético (fotografia e imagem em movimento). Essa materialidade pressupõe uma linguagem verbal na qual são usadas as estruturas da língua para a sua efetivação. Substantivos, verbos, adjetivos, artigos, pronomes e outras classes gramaticais são combinadas para transmitir informações, ou seja, veicular fatos, acontecimentos, opiniões e interpretações.

Para veicular informações, entre os formatos jornalísticos, dois se destacam: a notícia e a reportagem. Notícia não é o fato ou acontecimento em si, mas o relato desse fato a partir de respostas para perguntas básicas que compõem o lide: o quê, quem, quando, como, onde e por quê?

Vale refletir sobre o que transforma um fato em notícia e muitos pesquisadores apontam os critérios de noticiabilidade, ou seja, as características desse fato que têm potencial para publicação. Entre esses critérios destacam-se o interesse público, o ineditismo, a abrangência, o impacto junto ao público, a empatia. Nesse sentido, pode-se afirmar que uma notícia é uma informação publicada pelos veículos de comunicação, a partir do interesse que essa informação desperta.

A reportagem pode ser considerada um desdobramento da notícia, a partir do momento em que ela aprofunda o questionamento, a discussão e a reflexão de um fato já noticiado. Não se deve confundir reportagem com notícia extensa. O que difere a reportagem da notícia é a capacidade de aprofundar o debate sobre um tema ou acontecimento com enfoques diversos e fontes diversificadas. A reportagem precisa de mais tempo para ser elaborada, exige mais dedicação para pesquisa, coleta de dados e cruzamento de informações.

Nesse sentido, a notícia é um formato, por excelência, do jornalismo diário, enquanto a reportagem é um produto característico das publicações semanais. Tanto é que jornais diários dedicam espaços para reportagem em edições semanais, geralmente, aos finais de semana.

Seja notícia, seja reportagem, não se deve esquecer que ambas pressupõem o mesmo trabalho de coleta de dados, de apuração, de redação e de edição, diferindo apenas o tempo maior para reportagem e menor para notícia.

Para efeito deste trabalho, interessa a reportagem e sua capacidade para – além de informar – gerar interpretações e levar o leitor à formação de opinião. Interpretar, aqui, assume um significado além do descrito nos dicionários da Língua Portuguesa. Tomo a interpretação no jornalismo, em especial na reportagem, como a capacidade de correlacionar fatos, cruzar informações, dados, indicadores e

confrontar fontes com o objetivo de debater a realidade, com o objetivo de levar o leitor a refletir sobre os fatos expostos, formando sua opinião, ao mesmo tempo em que faz uma leitura crítica daquilo que lê.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é apresentar as características do texto da reportagem, especificamente da reportagem-conto, tomando como exemplo reportagens da extinta revista Realidade, da Editora Abril.

Este artigo justifica-se pela necessidade de compreender o fazer jornalístico de publicações que fazem parte da história do jornalismo (a revista Realidade) e como esses produtos (nesse caso, a reportagem-conto) podem contribuir para o fazer jornalístico contemporâneo, principalmente na produção textual, ou seja, na construção da linguagem jornalística.

A REPORTAGEM-CONTO

Floresta e Braslauskas (2009) afirmam que a grande reportagem nasce das pautas especiais e exige maior investimento por parte dos veículos de comunicação. “Pode ser uma pauta que nasce de uma ideia ou de uma denúncia.” (FLORESTA; BRASLAUSKAS, 2009, p. 19). Exatamente por nascer de situações especiais é que a reportagem necessita de mais tempo e mais dedicação da equipe jornalística para ser produzida.

Na reportagem o leitor pode encontrar elementos, de acordo com o meio de divulgação e os recursos disponíveis, para uma análise e interpretação coerente dos fatos. Com relação a outros meios de comunicação – internet, rádio e televisão – que buscam divulgar a informação no momento em que ocorre o fato, o jornalismo impresso tem a vantagem e a obrigação de oferecer material consistente para seu público, tendo em vista a maior disponibilidade de tempo. (RODRIGUES, 2003, p.14-15).

A reportagem, enquanto produto jornalístico, relaciona-se – em profundidade – com a informação, com as fontes de informação e com o público e, por isso, o seu estilo é um item importante. Um bom texto chama a atenção, não somente, pela informação que veicula, mas pela forma que a veicula. Nascimento (2009) associa o estilo à subjetividade. Para ela, essa é uma marca que o autor imprime ao texto.

No discurso jornalístico, os recursos estilísticos [...] podem também ser observados em reportagens e textos noticiosos em geral. Além de trazer mais “pessoalidade” ao texto, os recursos estilísticos conferem à redação maior expressividade e, não raro, maior carga informativa, uma vez que são capazes de dotar a escrita de singularidade e propiciar maior envolvimento por parte do leitor. (NASCIMENTO, 2009, p. 104).

O estilo da reportagem está associado à narrativa jornalística. Sodré e Ferrari (1986, p.11) vão além da estrutura física e formal do texto para abordar a narrativa jornalística, a qual conceituam como “todo e qualquer discurso capaz de evocar um mundo concebido como real material e espiritual, situado em um espaço determinado”. Isso significa dizer que a narrativa – a partir do discurso – também é exterior ao texto e está vinculada a uma realidade simbólica.

Quando o jornal diário noticia um fato qualquer como um atropelamento, já traz aí, em germe, uma narrativa. O desdobramento das clássicas perguntas a que a notícia pretende responder (quem, o quê, como, quando, onde, por quê) constituirá de pleno direito uma narrativa, não mais regida pelo imaginário, como literatura de ficção, mas pela realidade factual do dia-a-dia, pelos pontos rítmicos do cotidiano que, discursivamente trabalhados, tornam-se *reportagem*. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p.11).

Lage (1985) associa a narrativa à literatura, assentada no épico. “Sua espinha dorsal é a organização dos eventos em seqüências, de modo que o primeiro antecede o segundo, o segundo o terceiro, e assim por diante: são registrados na mesma ordem em que teriam ocorrido, no tempo.” (LAGE, 1985, p.16). Incorporando a narrativa à notícia, Lage afirma que os fatos serão expostos “não por sua seqüência temporal, mas pelo interesse ou importância decrescente, na perspectiva de quem conta e, sobretudo, na suposta perspectiva de quem ouve”. (LAGE, 1985, p.21).

Tomando a reportagem e particularizando o estilo e a narrativa à literatura, Sodré e Ferrari (1986, p. 75) explicam que:

Na literatura, o conto apresenta uma centelha, um momento, uma fatia temporal da existência de um personagem. No jornalismo – tanto no chamado livro-reportagem, quanto no jornal diário – a reportagem amplia a cobertura de um fato, assunto ou personalidade, revestindo-os de intensidade, sem a brevidade da forma-notícia.

A interface jornalismo e literatura ganha, inclusive, o rótulo de jornalismo literário, a qual muitos pesquisadores o classificam como um gênero jornalístico. Não cabe a esse trabalho aprofundar o conceito de jornalismo literário, mas de marcar que essa expressão é “[...] utilizada para identificar iniciativas marcadamente subjetivas e interpretativas na produção jornalística em que a construção do relato jornalístico privilegia o traço do autor e sua criatividade ao compor o texto.” (NASCIMENTO, 2009, p.110).

Bulhões (2007, p. 28) reconhece as naturezas distintas do jornalismo e da literatura, afirmando que se trata de “um território de impasses, ajustes e conflitos derivados das configurações assumidas pelas duas expressões segundo as demandas econômicas capitalistas peculiares de cada fase da vida ocidental”.

As características do jornalismo literário são várias e Martinez (2016, p.46-49) recorre a Pereira Lima para sintetizar os principais aspectos desta modalidade ou área de atuação jornalística. A autora faz breve explanação de 10 características: exatidão e precisão, contar uma história, humanização, compreensão, universalização temática, estilo próprio e voz autoral, imersão, simbolismo, criatividade e responsabilidade ética.

Em que pesem as diversas definições e nomenclaturas para jornalismo literário, o que interessa a este trabalho é a linguagem, ou seja, a construção textual da reportagem. Para tanto, recorro a Sodré e Ferrari (1986, p. 81) para definir a reportagem-conto, que: “geralmente, particulariza a ação em torno de um único personagem, que atua durante toda a narrativa. Os dados documentais entram dissimuladamente na história e o texto aproxima-se do conto, que incorpora até fluxos de consciência dos personagens.”

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho tem como objeto estudar a reportagem-conto e como *corpus*, a revista Realidade, publicação mensal da Editora Abril, que circulou nas décadas de 1960 e 1970. Segundo Moraes e Ijuim (2009), a revista gerou impacto e teve grande repercussão por causa do uso de recursos considerados inovadores “em termos de linguagem e abordagem temática”. A publicação priorizou a reportagem em profundidade, lançando mão de recursos da literatura.

Durante os três primeiros anos de existência, exibiu em suas páginas, reportagens de grande riqueza informativa e estética, que se apropriavam de recursos estilísticos literários na produção de reportagens de densidade. Em virtude de suas características essenciais, Realidade pode ser considerada uma representante legítima do Jornalismo Literário brasileiro. (MORAES; IJUIM, 2009).

Corrêa (2008) afirma que a revista Realidade chegou a vender 500 mil exemplares, um feito importante para o período, marca que nenhuma outra revista havia atingido. O autor afirma que a pauta da publicação abordava assuntos que não eram tratados pela imprensa. Realidade “mostrou um país que também não saía com profundidade na imprensa da época: as mazelas do Nordeste, uma Amazônia desconhecida, os problemas das grandes cidades.” (CORRÊA, 2008, p. 216).

Tomo como *corpus* para descrição e análise do objeto, cinco reportagens da revista Realidade, escolhidas entre os primeiros números da publicação, considerando o número zero. As reportagens são “Os dias da criação”, número zero “A benção, Senhora!”, número 1; “Uma vela ao mar”, número

2; “A nova ‘guerra’ do Paraguai”, número 3; “Jango - Brizola: Cunhados em Choque”, número 4. O Quadro 1 mostra a manchete, a edição, a temática, bem como o total de páginas de cada reportagem.

Manchete	Número	Temática	Total de p.
Os dias da criação	Abril-Novembro de 1965 (número zero)	Ciência	15 páginas (p.52-66)
A benção, Senhora!	Abril de 1966 (número 1)	Religião	7 páginas (p.58-64)
Uma vela ao mar	Maior de 1966 (número 2)	Aventura	8 páginas (p.42-50)
A nova “guerra” do Paraguai	Junho de 1966 (número 3)	Internacional	7 páginas (p.28-34)
Jango Brizola Cunhados em choque	Julho de 1966 (número 4)	Política/Gente	7 páginas (p.46-54)

Quadro 1: Reportagens da revista Realidade que compõem o corpus da pesquisa.

As reportagens do *corpus* da pesquisa são de diferentes temas o que proporciona comparar se a linguagem está vinculada à temática, ou seja, temas mais formais permitem menos liberdade criativa e temas mais informais apresentam mais liberdade de construção textual. Para efeito da metodologia e ilustração do *corpus* estudado, as imagens 1, 2, 3, 4 e 5 reproduzem as duas páginas iniciais de cada reportagem.



Imagem 1: Revista Realidade, abril-novembro de 1965, número zero. Fonte: Reprodução.



Imagem 2: Revista Realidade, abril de 1966, número 1. Fonte: Reprodução.



Imagem 3: Revista Realidade, maio de 1966, número 2. Fonte: Reprodução.



Imagem 4: Revista Realidade, junho de 1966, número 3. Fonte: Reprodução.



Imagem 5: Revista Realidade, julho de 1966, número 4. Fonte: Reprodução.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As escolas de jornalismo e os manuais de redação ensinam que, no jornalismo informativo, o título ou manchete, deve obedecer algumas regras de redação. Entre as recomendações destacam-se: dar relevo à informação principal do texto; usar o verbo, preferencialmente, na voz ativa e no tempo

verbal presente; evitar pontos como exclamação, interrogação, dois pontos, ponto e vírgula, entre outros.

Essas recomendações de redação de título são rompidas nas cinco reportagens da pesquisa. A construção textual não privilegia o verbo no presente e uma reportagem “A benção, Senhora!” abusa da pontuação, usando vírgula e exclamação.

Em uma leitura rápida, o título “A benção, Senhora!” sugere que o repórter pede benção a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil. Afinal, o título está em caixa alta e destaca-se pelo seu tamanho na página. No entanto, esse título é complemento da frase “Na cidadezinha de Aparecida, milhões de fiéis repetem:”, que funciona como um pré-título.

O poder comunicativo, a partir do teor informativo desse título, não está localizado somente em si, mas na leitura global que o leitor faz de todos os elementos da página, sendo consideradas as três fotografias, nas quais há religiosos, a imagem da santa e romeiros em posição de devoção. O título, neste caso, deve ser lido no contexto da página. Esse movimento se repete na reportagem “Jango Brizola Cunhados em choque”. O título também não apresenta verbo e o sentido de choque proposto pelo texto é realçado pelas fotografias. Ambos estão em fotos dispostas frente a frente. As imagens escolhidas retratam tanto Jango quanto Brizola com semblante apreensivo, o que pode sugerir que estão em rota de colisão.

O poder informativo da manchete é realçado pela leitura global das duas páginas, onde estão os elementos que abrem a reportagem, visto que é necessário fazer uma leitura interpretativa das fotografias que complementam a manchete e a abertura. Esse movimento também ocorre na outras três manchetes das reportagens do corpus. Pode-se notar que os títulos foram concebidos com liberdade textual e a forma está atrelada ao conteúdo.

Nascimento (2009, p. 108) afirma que a “inter-relação jornalismo e literatura carrega uma história de aproximações e afastamentos, afinidades e rejeições”. Segundo a autora, no Brasil do final do século XIX a produção jornalística estava calcada na produção literária, com ênfase para a publicação de folhetins. Ela afirma que a separação entre jornalismo e literatura se acentua a partir da segunda metade do século XX, com o advento dos manuais de redação que buscavam a objetividade e a neutralidade, tendência de mercado que se consolida, principalmente, nos jornais.

[...] no segmento de revista, os manuais não tiveram a mesma inserção; revistas que se tornaram marcos do jornalismo no Brasil, como “O Cruzeiro”, “Diretrizes” e “Realidade”, destacaram-se no gênero reportagem (ou mesmo grande reportagem) e, por vezes, traziam aos seus leitores textos de teor

interpretativo-subjetivo, com traços explicitamente literários, como descrições abundantes e presença de recursos de linguagem. (NASCIMENTO, 2009, p. 109).

Se por um lado, os jornais passaram a adotar na segunda metade do século passado os manuais de redação, priorizando a objetividade e a neutralidade, por outro, as revistas relevaram-se um campo fértil para a produção de textos que não tivessem presos às amarras dessas regras de redação e de estilo. O distanciamento preconizado para o jornalista em relação ao fato, no jornalismo literário, praticamente inexistiu. Isso pode ser verificado no excerto da imagem 6, quando o repórter assume a condição de narrador.

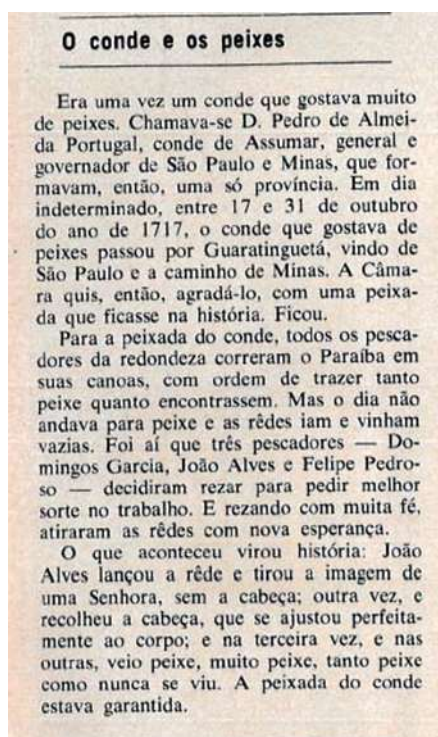


Imagem 6: Revista Realidade, abril 1966 (número 1). Fonte: reprodução.

O texto tem clara inspiração literária e o “era uma vez um conde” coloca o repórter na condição de contador de história. Nesse estilo, não há fontes de informação, nem declaração dessas fontes, com o uso de aspas, recurso textual que caracteriza a objetividade jornalística. Pode-se argumentar que esse recurso foi utilizado porque o trecho relatado é histórico e muitos fatos não podem ser atribuídos a fontes que confirmem sua veracidade. No entanto, esse recurso é utilizado no excerto da imagem 7, com personagens reais que viveram à época do repórter.

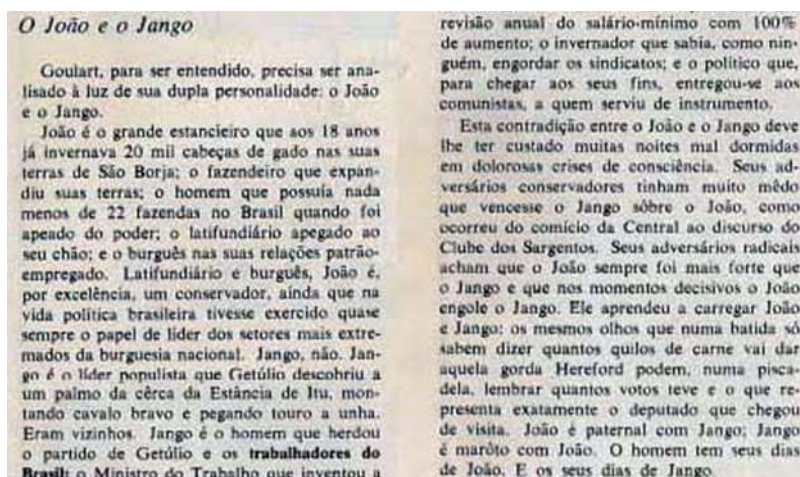


Imagem 7: Revista Realidade, julho 1966 (número 4). Fonte: reprodução.

Nesse excerto, o repórter também assume o papel de contador de história e não apresenta distanciamento dos fatos. Ele é parte do relato em si, sendo a própria fonte de informação, sem recorrer a terceiros com o uso de aspas (citação direta). Esse mecanismo independe da temática da reportagem. É de se pressupor que uma reportagem científica tenha como fonte, cientistas e profissionais técnicos. No entanto, isso não ocorre na reportagem “Os dias da criação”, que apresenta muitas informações técnicas sobre o desenvolvimento do embrião humano. O repórter apresenta um discurso de autoridade, assumindo o próprio relato da informação. (Imagem 8)

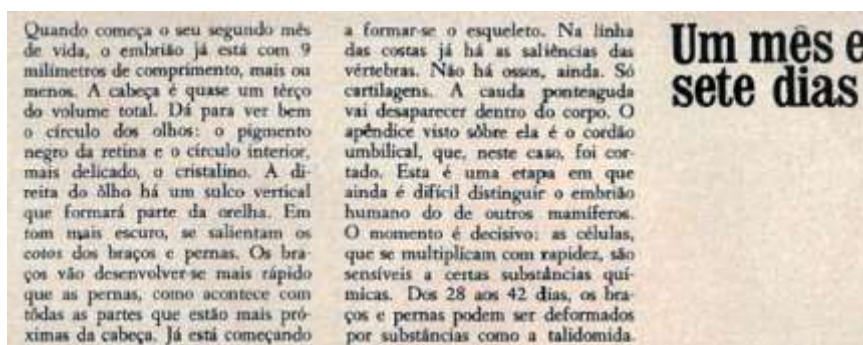


Imagem 8: Revista Realidade, abril-novembro de 1965 (número zero). Fonte: reprodução.

A reportagem “Os dias da criação” tem 16 fotografias e retrata imagens produzidas pelo fotógrafo sueco Lennart Nilsson, que levou sete anos para produzi-las em clínicas de Estocolmo.

Oliveira (2014) afirma que jornalismo e literatura são atividades próximas uma da outra e que se dedicam a contar histórias. Para ela, a maior distância entre as duas áreas é o tempo. “Se à literatura convém a eternidade, o jornalismo dá-se na urgência dos dias que passam.” (OLIVEIRA, 2014, p.134).

O uso da fonte e sua inserção na reportagem-conto merece destaque visto que, nesse processo de construção textual, é mais importante o que se fala e não propriamente quem fala. Esse mecanismo pode ser percebido nos excertos da imagem 9 e da imagem 10.

O mesmo padre Galvão estava uma noite na rádio, quando se apresentou um roceiro de chapelão e maleta, com um assunto muito urgente:
— Quero deixar um dinheirinho para a Santa, disse o homem.
— Amanhã na igreja o senhor entrega.
— Não, eu vou indo agora mesmo. O senhor pode guardar.
O padre aceitou e estendeu a mão. Em vez de cédula ou envelope, o visitante entregou a maleta. E deu boas noites. Dentro da maleta havia Cr\$ 350 mil, em dinheiro miúdo.

Imagem 9: Revista Realidade, abril 1966 (número 1). Fonte: reprodução.

pessoas. Um dia ou outro aparece em Atlântida o ônibus de turismo, a caminho de Punta del Este, trazendo argentinos, brasileiros e americanos. Ao passar pelo edifício Vistalmar, a môça que serve de guia dirá pelo alto-falante portátil:
— Aqui reside, confinado a pedido do Governo brasileiro, o Deputado cassado Leonel Brizola, ex-Governador do Rio Grande do Sul.
Os turistas, em geral, olham o prédio com atenção. Mas nada vêem, habitualmente. O líder esquerdista brasileiro, que virou atração turística no Uruguai, estará recebendo amigos no seu apartamento do 3.º andar ou andarás às voltas com seus livros, num aposento que usa para estudar, no 4.º andar.

Imagem 10: Revista Realidade, julho 1966 (número 4). Fonte: reprodução.

Na imagem 9, o texto conta um episódio com o padre Galvão que recebe uma doação de Cr\$ 350 mil. O diálogo entre o padre e o doador é reconstruído, pelo repórter, provavelmente a partir do que o religioso disse ao repórter. Veja que o doador aparece como “o homem” e o “visitante”. Essa fonte é importante, não por ser quem é, mas pela ação de doar o dinheiro à igreja.

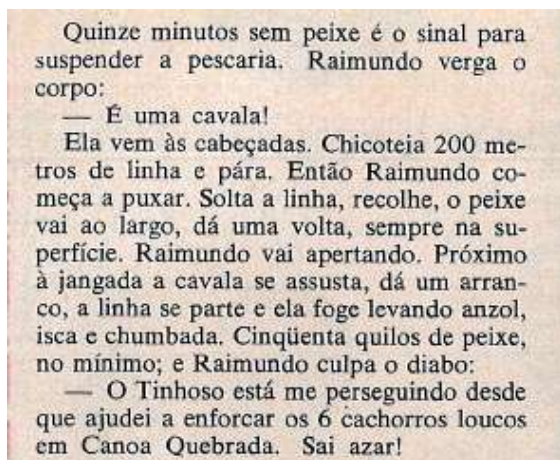
O mesmo recurso pode ser verificado no texto da imagem 10. Leonel Brizola foi eleito deputado federal em 1962 e obrigado a se exilar no Uruguai, a partir do Golpe Militar de 1964. Ele morava, na época da reportagem desta pesquisa, no Balneário de Atlântida, próximo a Montevideu. Uma fonte de informação é usada para anunciar que o deputado federal cassado pela ditadura, ex-governador do Rio Grande do Sul morava no local.

“A môça que serve de guia” não tem nome nem sobrenome. Sua identidade não é o aspecto fundamental da história, mas o que tem a informar, quando o ônibus de turismo passa em frente ao edifício Vistalmar: “__Aqui reside, confinado a pedido do Governo Brasileiro, o Deputado cassado Leonel Brizola [...]”.

É importante perceber que mesmo sem o nome das fontes, nesse caso, não se perde o potencial humano das personagens envolvidas na história. Esse princípio atende ao que Pereira Lima (1993, p. 359) *apud* Martinez (2016, p.47) chama de humanização. “Toda boa narrativa do real só se justifica se nela encontramos protagonistas e personagens humanos tratados com o devido cuidado, com a extensão necessária e com a lucidez equilibrada onde nem endeusamos nem os vilipendiamos.”

As declarações como parte da construção do texto do repórter, integradas à narrativa textual, sem o uso de verbo dicendi (usado para introduzir ou finalizar a fala do entrevistado) podem ser verificadas

nos excertos das imagens 11 e 12. Esse recurso de construção textual resgata fatos, acontecimentos e enreda o personagem, tornando o repórter parte da própria história que conta.



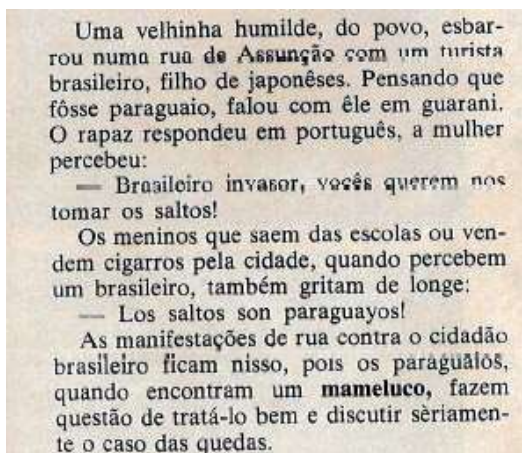
Quinze minutos sem peixe é o sinal para suspender a pescaria. Raimundo verga o corpo:

— É uma cavala!

Ela vem às cabeçadas. Chicoteia 200 metros de linha e pára. Então Raimundo começa a puxar. Solta a linha, recolhe, o peixe vai ao largo, dá uma volta, sempre na superfície. Raimundo vai apertando. Próximo à jangada a cavala se assusta, dá um arranco, a linha se parte e ela foge levando anzol, isca e chumbada. Cinquenta quilos de peixe, no mínimo; e Raimundo culpa o diabo:

— O Tinhoso está me perseguindo desde que ajudei a enforcar os 6 cachorros loucos em Canoa Quebrada. Sai azar!

Imagem 11: Revista Realidade, Maio de 1966 (número 2) Fonte: reprodução.



Uma velhinha humilde, do povo, esbarrou numa rua de Assunção com um turista brasileiro, filho de japoneses. Pensando que fôsse paraguaio, falou com ele em guarani. O rapaz respondeu em português, a mulher percebeu:

— Brasileiro invasor, vocês querem nos tomar os saltos!

Os meninos que saem das escolas ou vendem cigarros pela cidade, quando percebem um brasileiro, também gritam de longe:

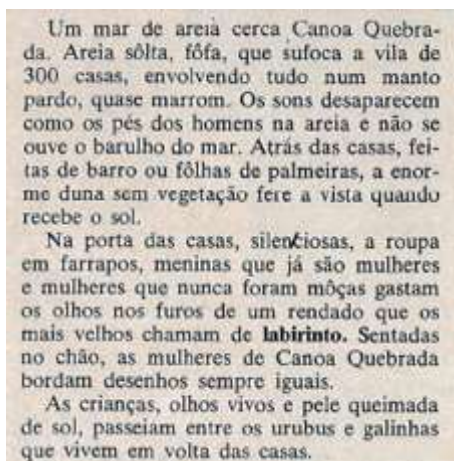
— Los saltos son paraguayos!

As manifestações de rua contra o cidadão brasileiro ficam nisso, pois os paraguaios, quando encontram um **mameluco**, fazem questão de tratá-lo bem e discutir seriamente o caso das quedas.

Imagem 12: Revista Realidade, junho de 1966 (número 3). Fonte: reprodução.

Os excertos correspondem a reportagens de temáticas diferentes. Uma trata de aventura de pescadores no exercício do seu trabalho e a outra a “disputa” entre Paraguai e Brasil pela posse das Sete Quedas, em Guaíra. Percebe-se que nesse recurso textual, o repórter funciona como uma testemunha ocular ao relatar fatos e acontecimentos a partir da sua capacidade de observação da própria realidade. Esse mecanismo que pode ser entendido como a voz autoral, preconizada por Pereira Lima (1993). “Habilidade narrativa é condição imprescindível para a prática do Jornalismo Literário. Mais do que virtuosos literários demandam-se jornalistas-escritores com visão compreensiva da realidade.” (*apud* MARTINEZ, 2016, p. 48).

No excerto da imagem 13, o ambiente ganha vida na descrição do repórter. No entanto, ele não faz seu texto na perspectiva da ficção, mas a partir da realidade. E é esse fator que torna o texto um produto jornalístico e não, literatura.



Um mar de areia cerca Canoa Quebrada. Areia solta, fôfa, que sufoca a vila de 300 casas, envolvendo tudo num manto pardo, quase marrom. Os sons desaparecem como os pés dos homens na areia e não se ouve o barulho do mar. Atrás das casas, feitas de barro ou folhas de palmeiras, a enorme duna sem vegetação fere a vista quando recebe o sol.

Na porta das casas, silenciosas, a roupa em farrapos, meninas que já são mulheres e mulheres que nunca foram moças gastam os olhos nos furos de um rendado que os mais velhos chamam de **labirinto**. Sentadas no chão, as mulheres de Canoa Quebrada bordam desenhos sempre iguais.

As crianças, olhos vivos e pele queimada de sol, passeiam entre os urubus e galinhas que vivem em volta das casas.

Imagem 13: Revista Realidade, maio de 1966 (número 2). Fonte: reprodução.

A literatura entra como recurso estético para veicular informações. Isso pode ser verificado também no excerto da imagem 14, cujo ambiente ganha vida com a descrição detalhada, mesmo a partir de informações científicas, como as que envolve um embrião humano com um mês e 18 dias.

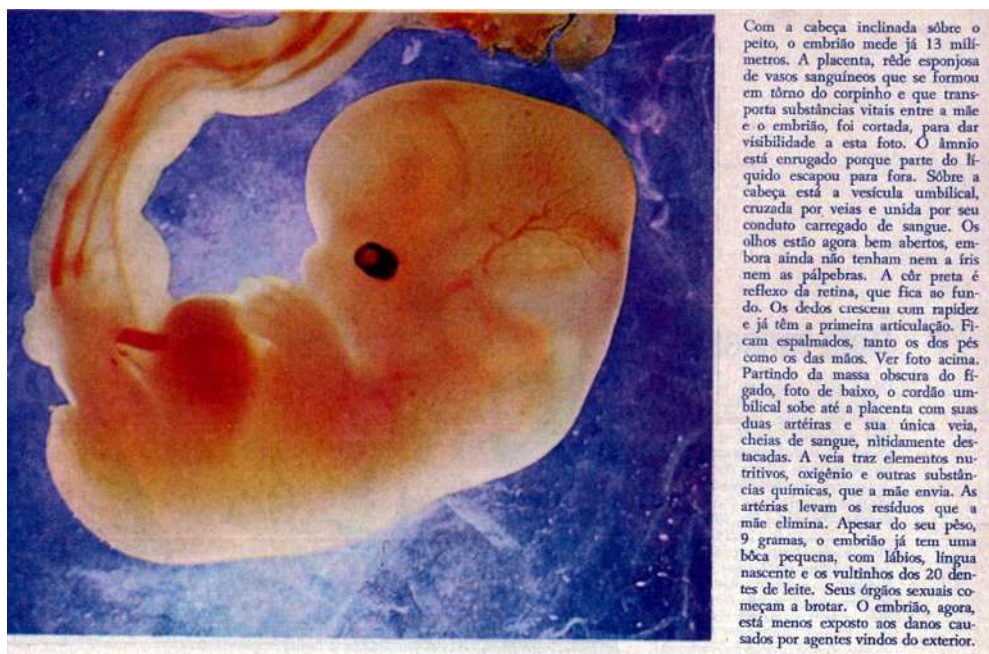


Imagem 14: Revista Realidade, abril-novembro de 1965 (número 0). Fonte: reprodução

Pereira e Adghirni (2014) afirmam existir uma “porosidade constitutiva entre jornalismo e literatura”. Para ambos, esse aspecto leva jornalistas e escritores a “criar e difundir novas produções que partilham de características híbridas e são aceitos pelos produtores e pelos públicos dos dois mundos.” (PEREIRA; ADGHIRNI, 2014, p. 81)

A literatura fornece à produção textual jornalística recursos expressivos que aliam forma e conteúdo. Esses recursos tornam o texto atraente ao leitor por fornecer uma leitura imaginativa, com estrutura textual menos árida conforme aquela que se resulta das regras preconizadas pelos manuais de redação. Vale ressaltar que se na notícia esse estilo não é recomendado, por fatores diversos, na reportagem pode ser usado sem moderação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas características do texto da reportagem-conto, tomando como exemplo reportagens da extinta revista Realidade, da Editora Abril. Como principais considerações destacam-se:

- i. a manchete tem estrutura textual mais criativa do que pregam os manuais de redação, que estabelecem regras específicas;

- ii. as fontes de informação são mais importantes pelo que falam do que propriamente por serem quem são;
- iii. o repórter constrói textualmente cenários e ambientais assumindo uma posição de narrador;
- iv. a citação da fonte de informação na construção textual é parte constitutiva do texto jornalístico, sem preocupação com verbo dicendi;
- v. o repórter também constrói o texto a partir da sua própria observação e não, unicamente, pelas informações fornecidas pela fonte de informação;
- vi. os recursos literários na reportagem independem da temática ou do assunto tratado.

Esses recursos textuais – que podem ser tidos como literários para o fazer jornalístico – não dispensam a função do repórter no levantamento de informações, no cruzamento e na checagem de dados. Os recursos permitem ao repórter contar a história de forma mais literária e menos formal. Isso significa afirmar que o repórter continua sendo jornalista, o fato necessita de apuração porque se trata de conteúdo real e não de ficção e a linguagem textual tem mais liberdade de composição.

REFERÊNCIAS

- BULHÕES, Marcelo. Jornalismo e literatura em convergência. São Paulo: Ática, 2007.
- CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. (orgs). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008. p. 207-232.
- FLORESTA, Cleide; BRASLAUSKAS, Ligia. Técnicas de reportagem e entrevista em Jornalismo: roteiro para uma boa apuração. PRADO, Magaly (org). São Paulo: Saraiva, 2009.
- LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 1985.
- MARTINEZ, Monica. Jornalismo literário: tradição e inovação. Florianópolis/SC: Insular, 2016.
- MORAES, Vaniucha de; IJUIM, Jorge Kanehide. O jornalismo literário de Realidade (1966-1968). Revista PJ:BR Jornalismo Brasileiro. nº 12, ano VI, nov. 2009. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos12_d.htm. Acesso em: 15 mai. 2018.
- NASCIMENTO, Patrícia Ceolin de. In: PRADO, Magaly (org). Técnicas de redação em Jornalismo: o texto da notícia. São Paulo: Saraiva, 2009.
- OLIVEIRA, Madalena. Jornalismo, literatura e a poesia dos dias. In: MOURA, Dione Oliveira, et al (org). Jornalismo e literatura: aventuras da memória. Brasília/DF: Coronário, 2014. P. 133-147.
- PEREIRA, Fabio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalista entre a Literatura, a História e o Jornalismo. In: MOURA, Dione Oliveira, et al (org). Jornalismo e literatura: aventuras da memória. Brasília/DF: Coronário, 2014. p. 77-94.
- RODRIGUES, Jacira Werle. Reportagem impressa, estilo e manuais de redação: a construção da autoria nos textos do jornalismo diário. Santa Maria (RS): FACOS/UFSM, 2003.
- SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística. 5.ed. São Paulo: Summus, 1986.

Capítulo 7



10.37423/220305590

OLÁ, PESSOAL, BEM-VINDOS AO MEU CANAL: YOUTUBERS MIRINS E A SUBJETIVAÇÃO DA CRIANÇA NA CONTEMPORANEIDADE.

Wilker César Pereira Guedes

Universidade de Brasília - UnB

Paula Vieira

Universidade de Brasília - UnB

Arno Adolfo Wegner Júnior

Universidade de Brasília - UnB

Fabíola Orlando Calazans Machado

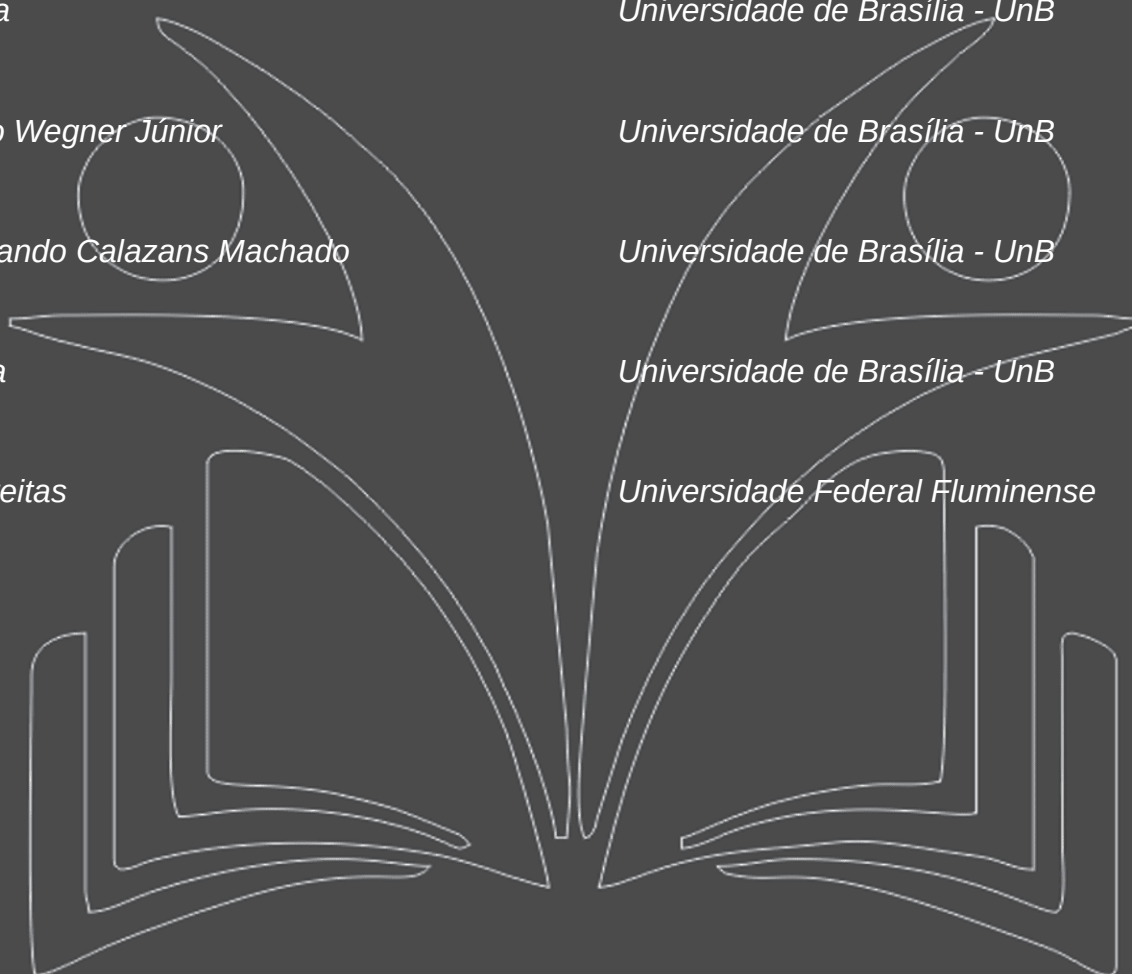
Universidade de Brasília - UnB

Júlia Garcia

Universidade de Brasília - UnB

Angélica Freitas

Universidade Federal Fluminense



Resumo: Neste artigo o objetivo é investigar a relação dos Youtubers Mirins com os modos de ser e estar das crianças na sociedade contemporânea brasileira. Como suporte teórico são utilizados conceitos desenvolvidos no âmbito da sociedade de controle, tais como o culto a performance e a empresarização de si. Para tal foram realizadas pesquisas exploratória e de campo, com inspiração etnográfica, respectivamente, em conjunto com o monitoramento dos principais canais de Youtubers Mirins no Brasil. A análise dos dados se deu tendo por princípio a análise do discurso proposta por Foucault. Percebe-se que o fenômeno abordado é efeito-instrumento da empresarização de si e é estimulado por pulsões típicas da sociedade de controle, o que promove alterações nos modos de ser e estar da criança interessadas pelo capital.

Palavras-chave: Youtubers Mirins; criança; subjetividade; empresarização de si; visibilidade.

INTRODUÇÃO

O sonho de brilhar e fazer sucesso, de fato, não é algo novo, mas, na contemporaneidade, esse desejo parece se reconfigurar por meio de outras telas. O regime de visibilidade e vigilância que se vive hoje mostra não só o interesse de se exibir, mas também de olhar. De modo que não seria difícil de imaginar a seguinte história:

Uma pessoa acorda cedo, escova os dentes, penteia o cabelo, disfarça as olheiras e toma café às pressas. Checa sua agenda no celular, aproveita para olhar os comentários nas mídias sociais. O último vídeo que gravou para o YouTube teve mais de um milhão de visualizações e vários comentários positivos. Depois de comer, visita empresas que patrocinam o canal no Youtube e participa de uma tarde de autógrafos. No caminho de casa, posta no Instagram algumas fotos, revisa o texto. Faz um breve lanche e vai para um estúdio improvisado. A gravação começa. O vídeo é um review patrocinado de um produto¹. Finalmente, à meia-noite, se deita. Olha pela última vez o celular para checar as redes sociais antes de dormir.

Os riscos envolvidos nesta rotina de exposição do eu podem ser compreensíveis para um indivíduo adulto, mas se o protagonista desta história for uma criança talvez falte experiência para compreender todos os interesses envolvidos nessa história. Para aqueles que conhecem (ou seguem) algum YouTuber Mirim - criança que faz vídeos para o YouTube - fica evidente que essa possibilidade não se trata de um exemplo tão distante da realidade. Este contexto pode ser explicado pela “empresarização de si” (EHRENBERG, 2010) que, salvaguardada por uma sociedade que privilegia a performance e a visibilidade do indivíduo (SIBILIA, 2008; BRUNO, 2013), representa o interesse do capital em estimular modos de vida em uma temporalidade 24/7 (CRARY, 2014), mesmo na infância. Este fator permite que a alteração da atenção dada aos discursos das crianças e as mudanças promovidas por eles possam influenciar outros indivíduos no âmbito da chamada “imitação prestigiosa” (MAUSS, 1974). Evidencia-se assim, um processo de subjetivação da criança repleto de riscos. Por isso, neste trabalho, objetiva-se compreender de que forma os YouTubers Mirins e suas produções de conteúdo contribuem para a construção das subjetividades das crianças e como isto está relacionado com os regimes de visibilidade contemporâneos e a empresarização de si.

A metodologia segue orientação da genealogia nietzschiana, iniciada pelo amplo levantamento de artigos e publicações acadêmicas, matérias jornalísticas e demais conteúdos inseridos nos contextos da criança, da publicidade e dos YouTubers Mirins - o que compôs a pesquisa exploratória -, além de o monitoramento dos principais canais de YouTubers Mirins no Brasil. Em seguida, foi realizada uma

pesquisa de campo com inspiração etnográfica que permitiu a obtenção de dados primários por meio de questionário nas áreas públicas do Distrito Federal, aplicados junto a passantes de ambos os sexos sem restrição etária, no início de maio de 2016. A não restrição etária e de sexo se deve ao interesse de se analisar como cada indivíduo percebe o fenômeno. Dados secundários de outras entidades acadêmicas também foram utilizados. Na análise dos dados, além de aproximar-se da noção da análise de discurso de Foucault (1996), buscou-se elaborar o diálogo entre os pensamentos dos autores citados com o tema da criança na contemporaneidade.

ERA UMA VEZ NA INFÂNCIA

A resposta sobre o conceito de infância depende muito da concepção que se tem dela. “Para alguns é uma fase da vida onde reina a fantasia e a liberdade. Para outros, a infância é uma etapa da vida onde a criança é considerada um adulto em miniatura” (CASTRO, 2007). Essa definição nasce de percepções extraídas dos âmbitos social, econômico, histórico, político e cultural.

A palavra infância é definida como período da vida, no ser humano, que vai desde o nascimento até a adolescência. Em se tratando de definições por si só, o Estatuto da Criança e do Adolescente define criança como a pessoa até os 12 anos de idade incompletos. Neste artigo, apropria-se dessa definição para o entendimento sobre criança.

Houve um tempo no qual as crianças eram vistas como homens e mulheres de tamanho reduzido. Não havia tratamento especial para elas e as relações familiar e afetiva não existiam. Passado o tempo, a aproximação afetiva foi ocorrendo timidamente e concomitante a isso as crianças passaram a ser vistas como seres essencialmente diferentes dos adultos.

Foi a disseminação das escolas no século XIX, ambiente tido para Foucault (1996) como um dos meios de confinamento da sociedade disciplinar que ordenava e distribuía os indivíduos, que mudou de vez essa visão e retirou a criança do anonimato para lhe dar atenção. A partir daí as crianças deixaram de “existir” apenas dentro de suas casas e começaram a “existir” para a sociedade. Após a Segunda Guerra Mundial, esses meios de confinamento, entre eles a escola e a família, entraram em uma crise que culminou na transformação da sociedade disciplinar no que Deleuze (1990) definiu como sociedade de controle, na qual o rigor disciplinar e ordenado das escolas sob as crianças deu lugar à teoria de que “a criança precisa brincar” (KARSAKLIAN, 2011) e introduziu um universo lúdico ao contexto.

Percebe-se que o significado de infância está diretamente ligado às transformações sociais, culturais, históricas e econômicas. Contudo, pode-se dizer que a concepção de infância e suas implicações sociais variam de um período para outro. A infância dos seus pais não foi como a sua e, provavelmente, não será a mesma para seus filhos. Independente da faixa de idade determinada por um instituto, o entendimento do que é criança e o que é infância vai ser determinado a partir da sociedade que se constrói em volta delas.

ESSE É MEU GAROTO(A)! - SOCIEDADE DE CONTROLE E VISIBILIDADE

A sociedade contemporânea produziu diversas mudanças em decorrência dos seus marcos históricos nos âmbitos sociais, individuais e interpessoais. Em todos esses aspectos é percebido uma ascensão do espírito empreendedor, da competitividade entre os indivíduos e da quebra das barreiras entre vida pública e privada. Incentivados por um comportamento generalizado inerente ao capital, os seres humanos adentraram em uma configuração de modos de ser e estar na sociedade inspirados na atuação deles dentro de empresas, com performances e rendimentos ao máximo vapor.

Segundo Ehrenberg (2010), a política de cidadania, por causa da concorrência, extravasou os limites da vida privada e explodiu na vida pública diante do surgimento das empresas - que além de lugar de trabalho, se tornaram um espaço para a realização pessoal. Ainda segundo o autor, o modo de relacionamento empresarial que migrou à vida pública como o espírito empreendedor é “erigido como modelo de vida heróica porque ele resume um estilo de vida que põe no comando a tomada de riscos numa sociedade que faz da concorrência interindividual uma justa competição” (EHRENBURG, 2010, p.13).

Neste modelo de “empresarização de si”, pais, irmãos, filhos, em todos os aspectos da vida seja em casa, na escola ou no trabalho traduzem todos seus respectivos hábitos sob um olhar produtivista. Os rendimentos performáticos, praticados com intuito de atingir um maior grau de excelência em tudo que é colocado, projetam o indivíduo a um “crescimento” pessoal, projeção esta que se reconfigura, segundo Sibilia, como “aparentar ser”, isto é, projetar-se visando a reciprocidade de opinião e atenção do olhar do outro.

De acordo com o olhar analítico antropológico proposto por SIBILIA (2008), observa-se agora esses fatos sob essa ótica em um outro âmbito, o ciberespaço. A fabricação da imagem no mundo virtual, em especial nos sites de redes sociais, nos quais se misturam acirrados individualismos e rígidas

padronizações em um processo de visibilidade, é feita baseada no olhar do outro, pelo próprio “eu”, que se transforma em narrador da vida privada e a transforma em um espetáculo.

No que diz respeito aos Youtubers mirins, quanto a seus comportamentos e modos de ser e estar, pode-se dizer que essas crianças nasceram numa lógica que é descrita pelo pensamento de Ehrenberg sobre “empresarização de si” e foram influenciados pela cultura da performance que preza pela excelência psicológica, física e sobretudo comportamental desses indivíduos. Essa influência pode ter relação com a “imitação prestigiosa” que, de acordo com de MAUSS (2003), é aquela na qual um indivíduo imita atos psicológicos e biológicos, bem-sucedidos que ele “viu ser efetuados por pessoas nas quais confia e que têm autoridade sobre elas” (MAUSS, 2003, p. 405).

Nessa esteira, pode-se dizer que na contemporaneidade outras referências somaram-se à referência de pais e responsáveis, antes, os únicos protagonistas nessa configuração. Isso pode ter acontecido porque as crianças contemporâneas passaram por um processo de terceirização do cuidado, isto é, a medida em que a família como um todo passou a dedicar-se mais ao trabalho e a ocupar sua grade ociosa otimizando seu tempo com a priorização da performance, as crianças se aproximaram de outros ambientes. Assim, imitação prestigiosa pode ter sido deslocada para mais de um referencial e os modos de ser que os conjugam acrescentaram-se nos modos de ser dessas crianças.

Ademais, a relação íntima dos indivíduos e das crianças com as tecnologias, especialmente os sites de redes sociais e os equipamentos e softwares necessários para a produção de conteúdo, somada à proximidade com novos ambientes, como escolas em tempo integral, esportes e outras atividades extracurriculares agregaram construções de possíveis subjetividades da criança contemporânea por meio da imitação prestigiosa e do ambiente sociocultural na qual ela está inserida.

BROADCASTING PARA SOCIALCASTING: BRILHA, BRILHA ESTRELINHA!

Quando, no século XX, os meios de comunicação passaram a ser baseados em tecnologia eletrônica, a história da comunicação, as relações sociais e os modos de ser dos indivíduos passaram por modificações rápidas e impactantes.

Com o advento do rádio e da televisão, surgiram sistemas fundados no princípio de broadcasting, caracterizado pela estrutura “um para todos” (um emissor para diversos receptores). Essas mídias, ao perceberem um potencial mercadológico no setor, passaram a exibir programações voltadas para o público infantil. Novelas, filmes, desenhos animados, programas de auditório, todos dirigidos ao público infantil, chegaram a ocupar 70 horas semanais da programação de algumas emissoras da

televisão aberta no Brasil (FOLHA, 2015). Nessa estrutura “um para todos” a criança exercia apenas o papel de receptor, não era convidada a participar, porém, já era vista pelo mercado como público-alvo em potencial na lógica do consumo, pois, paulatinamente a voz da criança começou a ser ouvida dentro de casa e assim podia influenciar a decisão de compra da família (KARSAKLIAN, 2000)

Nos primórdios do século XXI vimos o formato broadcasting abrir espaço para outro tipo de sistema. Os computadores se interconectaram através das redes digitais configurando novos meios de comunicação. A partir disso constituiu-se um ciberespaço de escala global no qual germinaram práticas e rituais que colocaram o indivíduo não só como receptor, mas como produtor de conteúdo. O formato “um para todos” abre espaço ao “todos para todos”, o chamado socialcasting. Uma expressão cunhada em 2004 batizou essa nova etapa do desenvolvimento da internet de “revolução Web 2.0”, nela as pessoas são convidadas a criarem e compartilharem ideias e informações (SIBILIA, 2008).

Em seu livro *O show do eu*, Paula Sibilia diz que não se trata apenas da internet e da interação multimídia que ela propicia em seu ciberespaço. Para a autora, estamos vivenciando “uma passagem de certo ‘regime de poder’ para um outro projeto político, sociocultural e econômico” (SIBILIA, 2008, p.15). Da sociedade disciplinar que vigorou do século XVIII até meados do século XX, ancorada no capitalismo industrial, estamos passando para uma nova formação.

Nesse contexto, os vetores sociocultural, político e econômico estão diretamente ligados à transformação de certos tipos de corpos, das percepções que se têm sobre eles e das formas de ser e estar no mundo, pois exercem pressão sobre os indivíduos “estimulando a configuração de certas formas de ser e inibindo outras modalidades” (SIBILIA, 2008, p.15), influenciando, assim, diretamente a construção da subjetividade do sujeito que é modulada pelas suas interações com os outros e com o mundo.

No novo regime de poder da atualidade, indivíduos comuns se tornaram personalidades que são convocadas a se mostrarem. A subjetividade interiorizada deu espaço às bioidentidades exteriorizadas (ORTEGA, 2008), fato que pode ser percebido na popularidade das plataformas que priorizam a exibição do “eu”, como blogs, Facebook, Instagram, YouTube, etc, e fortalecem o ideal de uma sociedade do espetáculo e da empresarização de si.

Um exemplo disso foi o surgimento dos chamados YouTubers, indivíduos que publicam vídeos de si mesmos falando sobre os mais diversos assuntos no site da mídia social YouTube. Essas pessoas se transformaram em líderes de opinião, principalmente entre os jovens, e recebem renda por meio

disso, transformando essa prática em um negócio capaz de captar milhares de dólares por mês - sem considerar merchandising, publicidade, venda de livros, e outros mecanismos que fortalecem o conceito de empresarização de si atribuídos a eles. Não se pode afirmar com certeza quanto ganha um Youtuber, porém o site Social Blade fornece uma base estimada desses valores por meio de métricas baseadas no número de inscrições no canal, visualizações nos vídeos e outros dados de audiência fornecidos pelo próprio Youtube. Segundo esse site, o canal whinderssonnunes, segundo colocado no TOP 100 dos Youtubers no Brasil baseado em número de inscritos no canal, chega a ter um rendimento de mais de 170 mil dólares por mês. Os vídeos dos Youtubers são vistos por milhares de pessoas, compartilhados nas mais diversas plataformas digitais, viralizados e chegam até a impulsionar discussões nas mídias sociais. Ser Youtuber se tornou um negócio quando os indivíduos perceberam que a possibilidade de usar o YouTube não só de forma passiva e receptora de conteúdo, mas também de forma ativa, como produtores, em um formato socialcasting, poderia se tornar rentável.

Esse fenômeno ganhou força e cada vez mais cedo os indivíduos passaram a aderir à lógica conteudista, exibicionista, espetacular e rentável dos Youtubers. Nem mesmo as crianças escaparam dessa cultura de espetacularização que se mostrou tão forte na sociedade contemporânea. Hoje temos contato com os chamados Youtubers mirins, crianças de 4 a 12 anos que estão com a câmera nas mãos e os rostos estampados na internet.

MAMÃE, EU QUERO SER YOUTUBER!

Por muitas vezes, quando se observa a configuração da infância contemporânea, tende-se a olhá-la com saudosismo. De fato, são épocas distintas e as crianças, hoje, têm modos de ser e estar diferentes. Porém, é anacrônico fazer comparações carregadas de juízo de valor à outras maneiras de ser criança enquanto indivíduo.

Quando isso acontece, acaba-se perdendo uma coisa essencial: a possibilidade de compreender o mundo contemporâneo. Assim, segundo Jurandir Freire Costa (2004), não podemos descrever a contemporaneidade como uma “esfera esburacada” na qual não estão presentes os valores e modos de ser e estar tradicionais para nós. Precisamos enxergá-lo como fruto de diversas adaptações e transformações, que resultam em uma nova maneira de construir subjetividade.

A atual geração de crianças está crescendo consumindo mídia de forma diferente, e isso implica transformação. Esperar para assistir o desenho preferido não é mais necessário, em apenas alguns

cliques obtêm-se o que se deseja ver. Aliás, esperar é uma das palavras que se encontra em falta no vocabulário de hoje. A criança não é mais uma receptora passiva, ao contrário, é aquela que além de espectadora é produtora de conteúdo.

O YouTube, site de rede social de compartilhamento de vídeos, passou a ser entendido pelos usuários da rede mundial de computadores como uma plataforma poderosa de distribuição de conteúdo próprio, dando início, assim, a um processo de transformação nas relações que os usuários mantêm com a superexposição e a intimidade². Dessa forma, encontramos nos Youtubers Mirins, não apenas o efeito dessas transformações, mas também, o instrumento desses novos modos de ser³.

Os “diários íntimos” (SIBILIA, 2008, p. 12), que consistem em expor a própria intimidade nas vitrines globais da rede, foram vistos primeiramente nos blogs, mas agora podem ser encontrados nos vídeos compartilhados por essas crianças. O público e o privado são cada vez mais limítrofes, não há o que não se possa falar e há sempre pessoas para ouvir. Por isso, o anonimato não é mais uma prática desejada. Expor-se ao olhar do outro é necessário para existir nos dias de hoje. Esse prazer de ser visto é entendido como característico do regime de visibilidade que permeia a contemporaneidade.

Esses novos modos de ser não se resumem apenas às relações com o público e o privado, ou com a exposição e a intimidade. Estão relacionados, também, com a forma como a infância tem sido vivida nos dias atuais. Pode-se constatar, por exemplo, uma preocupação com o futuro que antes era inerente ao pensamento de uma criança. Fama e sucesso são termos conhecidos e fazem parte do “negócio” gerido pelos Youtubers Mirins. Ter tempo para estudar, brincar e gravar vídeos é essencial para essa prática que, aos poucos, tem ganhado vestimenta de profissão.

Esses achados, portanto, foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa de campo. Foi pensando neles que se desenvolveu um questionário com intuito de saber um pouco mais sobre a configuração desse fenômeno na sociedade. Por isso, os locais da abordagem em Brasília - Rodoviária do Plano Piloto e Parque da Cidade - foram escolhidos por serem lugares de grande movimentação e intersecção de pessoas de ambos os sexos, de diferentes idades e classes sociais.

O questionário da pesquisa de campo foi elaborado para que a obtenção das respostas fosse fácil e rápida, tendo em vista que a maioria das pessoas nos locais escolhidos poderia estar com pressa. Constituído por doze perguntas subjetivas, o questionário era sempre aplicado em dupla. Enquanto um integrante fazia as perguntas e anotava, outro mediante autorização, gravava a voz com o celular e registrava possíveis expressões físicas dos entrevistados.

Ainda que muitas pessoas já tivessem ouvido falar dos Youtubers Mirins, as mais velhas não eram acostumadas, ou pelo menos não demonstraram estar inscritas nos canais e nem terem uma frequência para assistir os vídeos. Para as mais novas, entretanto, inscrever-se em um canal e assistir os vídeos todos os dias foi um discurso frequente. Em seguida, quando interrogados sobre o motivo que os leva a seguir determinado Youtuber Mirim, os respondentes disseram com frequência que é o “conteúdo” produzido por essas crianças e a “identificação” que os fazem segui-los.

Ao serem questionados sobre os pontos positivos obtidos da prática exercida pelos Youtubers Mirins, uma frequência no discurso dos entrevistados nos chamou atenção. O “desenvolvimento cognitivo” foi um termo citado com frequência e nos fez refletir sobre os ideais performáticos que são engendrados na sociedade contemporânea.

Tal achado pode ser relacionado ao pensamento de Ehrenberg (2010) uma vez que as crianças buscam – e até mesmo são incentivadas – a se tornarem, ou aparentam ser, cada vez “melhores”, gestoras de si e uma “celebridade” graças a seu mérito próprio. Assim, até um período como a infância, que deveria, em primeira instância, ser voltado para o lúdico, começa a ser destinada ao aperfeiçoamento com vistas a um futuro de sucesso.

Esse estímulo ao desenvolvimento cognitivo e à autonomia se contrapõe na pesquisa com os pontos negativos sugeridos pelos entrevistados. O “tempo perdido na infância” e a “superexposição” foram dois termos frequentes. O primeiro, curiosamente, explicitado por pessoas de gerações mais velhas, vincula-se à impressão que sem os recursos tecnológicos de hoje, a infância de outrora, com brincadeiras na rua e sem Internet, era a infância de verdade. Talvez, isto possa aparentar certo determinismo tecnológico, ou reforçar o saudosismo⁴. Entretanto, percebeu-se com a pesquisa que as pessoas das gerações mais velhas, em sua maioria, não concordam com os novos modos de infância.

Já a superexposição não ficou restrita às gerações. Parece que, entre as pessoas entrevistadas, havia um limite imposto à exposição na rede, embora não seja possível sua convenção. Nesse contexto, a superexposição só foi considerada ruim quando se relacionava aos perigos existentes na Internet. Para alguns entrevistados, entretanto, esse problema poderia ser contornado: bastava que os Youtubers Mirins fossem acompanhados por um responsável. Para outros, era “um caso a ser conversado”. Dessa forma, podemos constatar que há uma legalidade imposta à superexposição no Youtube.

A possibilidade de fazer os próprios vídeos permite às crianças, que outrora não tinham um lugar de fala, a atuação e exposição de seus problemas, angústias, pensamentos e contextos. Assim, as crianças passam a ter um meio para compartilhar suas experiências e, também, olhos para as vigiarem. Para

Fernanda Bruno (2013), no Youtube e nos diversos dispositivos que constituem o ciberespaço, pode-se assistir um crescente retorno da exposição do indivíduo comum à visibilidade. A via de mão dupla “ver e ser visto” ganha sentidos atrelados à reputação, pertencimento, admiração e desejo, conferindo, assim, à visibilidade uma conotação prioritariamente positiva, desejável, que ressoa nos sentidos sociais que a vigilância assume atualmente.

Quando questionados se já haviam percebido conteúdo publicitário nestes canais a maioria respondeu que sim e que essa prática não era correta. O que guiou um comportamento interessante na questão seguinte. Quando indagados se já haviam consumido algo que fora anunciado por crianças no YouTube, a maioria dos respondentes afirmaram de forma veemente que nunca haviam consumido nada por influência de YouTubers Mirins. Alguns chegaram a utilizar a palavra “jamais”. Isso aponta numa tentativa do respondente de se defender de algo que possa ser mal visto pela sociedade. Pela própria temática da pesquisa, foi perceptível a tendência dos respondentes com idade acima de vinte e cinco anos em considerar, no caso de a criança anunciar determinado produto, que ele não deveria ser consumido. Essa atitude está ligada intimamente com o moral do indivíduo e pode ser explicada pela busca para não romper vínculos sociais com condutas que sejam consideradas antiéticas pela sociedade. Este comportamento revela que reduzir a idade de produção e absorção de conteúdo publicitário ainda não é bem vista pelos entrevistados. É algo que fere os padrões morais da sociedade. Mesmo assim, o interesse do poder do capital em posicionar crianças como geradoras e consumidoras de conteúdo pressiona à naturalização desta prática e busca subverter comportamentos que podem ser compreendidos como resistência, tais quais os tomados pelos entrevistados.

Este senso de alerta não deveria se restringir apenas à esfera do conteúdo mercadológico. Bauman (2008) fala que na sociedade contemporânea até as características e comportamentos são mercadorias, isto é, se consome também subjetividades. O que age como um instrumento implacável de redução dos vazios de consumo em todos os níveis na contemporaneidade. É nesta conjuntura que crianças são estimuladas a performar, desenvolver suas habilidades e se exibir como se estivessem posicionadas numa vitrine ou gôndola de supermercado implorando para serem “consumidas”. Mídias sociais, como o YouTube nesta analogia, seriam grandes vitrines nas quais o consumidor faz sua escolha.

Mesmo que esta visão seja drástica para o contexto, a iminência dessa realidade é preocupante. Ações no âmbito de políticas públicas de restrição tanto de conteúdo infantil - produzido por crianças - quanto de anúncios que se aproveitam da imagem e do discurso dos YouTubers Mirins devem ser

tomadas. Como no inquérito, protocolado em março deste ano pelo procurador Fernando Martins do Ministério Público de Minas Gerais, que investiga "práticas de direcionamento de publicidade e comunicação mercadológica ao público infantojuvenil com a intenção de persuadi-lo para o consumo de produtos/serviços" supostamente realizadas pelo canal Bel para Meninas. Ações como essa devem ajudar a regular o que é ou não adequado para crianças na Internet. O próprio YouTube desenvolveu neste ano uma plataforma exclusiva para crianças, chamada de YouTube Kids. Neste caso, resta ver se as crianças vão querer voltar para o cercadinho ou se vão preferir continuar brincando na rua.

Em suma, podemos dizer que todas essas pulsões citadas contribuem para a construção das novas subjetividades da criança na contemporaneidade. Os Youtubers Mirins, na lógica do efeito-instrumento, são apenas a ponta do iceberg. A construção dos novos modos de ser criança perpassa todas as instâncias da infância e resulta em uma nova configuração dessa fase importante na vida de um ser humano.

UM ENCANTO QUE CUSTA CARO

É inegável o fato de que os modos de ser da criança na contemporaneidade estão passando por mudanças. Essas transformações, todavia, não são reflexos nem evoluções das antigas subjetividades, mas resultado da soma de diversas pulsões, tecidas no denso e complexo panorama sócio-histórico-cultural de uma sociedade.

Os novos modos de ser perpassam todos os indivíduos, desde os mais novos até os mais velhos e, também, não ficam restritos apenas à determinadas instâncias. As práticas de exposição da pessoa "comum", por um lado, são cada vez mais reforçadas pelas mídias sociais, como foi percebido no YouTube, e já ganharam espaço em nosso cotidiano. A gestão de si como uma empresa, na qual se deve ter disciplina e foco com máxima performance, por outro lado, é corroborada pela necessidade de ter uma boa imagem e ser uma pessoa autônoma - ainda que essa autonomia seja construída no olhar do outro. Essa empresarização de si, que requer uma responsabilidade individual - a qual não se pode exigir de crianças que ainda não desenvolveram por completo seu senso crítico - e estimula o indivíduo a superar a si mesmo constantemente faz com que ele busque formas de aumentar seu desempenho e enfrentar a sua realidade competitiva.

Assim, essas subjetividades, que há algum tempo atrás eram exclusivas dos adultos, hoje são engendradas cada vez mais cedo nas crianças. Os efeitos-instrumentos dessa nova dinâmica, sem dúvida, abarcam as redes sociais e os Youtubers Mirins: a web 2.0 e o socialcasting converteram o eu

na personalidade do momento. Dessa forma, talvez as crianças nem saibam a que estão sendo levadas a servir, e apenas imitam os atos, comportamentos e os corpos de quem tem êxito, prestígio e sucesso nessa cultura. Por isso, é preciso refletir e problematizar sobre essa nova configuração dos modos de ser contemporâneos que reforçam as práticas de visibilidade, vigilância e empresarização de si.

Para futuros pesquisadores interessados na temática dos novos modos de ser da criança na contemporaneidade e os Youtubers Mirins, recomenda-se a exploração do tema com foco na cultura somática, já que é possível perceber padrões estéticos e ausência de diversidade racial e social nesses canais, e também da atuação do mercado comercial e publicitário nesse contexto.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Zahar, 2008.
- BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- CASTRO, M. G. B. Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, interlocuções. In: 16º COLE, 2007, Campinas. Anais do 16º COLE, 2007.
- COSTA, Jurandir Freire. O vestígio e a aura. Rio de Janeiro: Garamond. 2004.
- CRARY, Jonathan. 24/7-Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: cosac naify, 2014.
- DELEUZE, Gilles. Post Scriptum sobre a Sociedade de Controle. 1992. 2005.
- EHRENBERG, Alain. O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida: Ideias e Letras, 2010.
- FOUCAULT, Michel. Ordem do discurso (A). Edições Loyola, 1996.
- FERRAZ, Maria Cristina Franco. Genealogia, comunicação e cultura somática. Revista Famecos, v. 20, n. 1, p. 163, 2013.
- KARSAKLIAN, Eliane. Comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 2000.
- MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. Sociologia e antropologia. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- ORTEGA, Francisco. O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.
- REIS, Fernanda. Programação infantil vive queda na televisão aberta. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/4mzZFm>>. Acesso em: 16 jun. 2016.
- SIBILIA, Paula. O show do eu: a intimidade como espetáculo. Nova Fronteira, 2008.

Capítulo 8

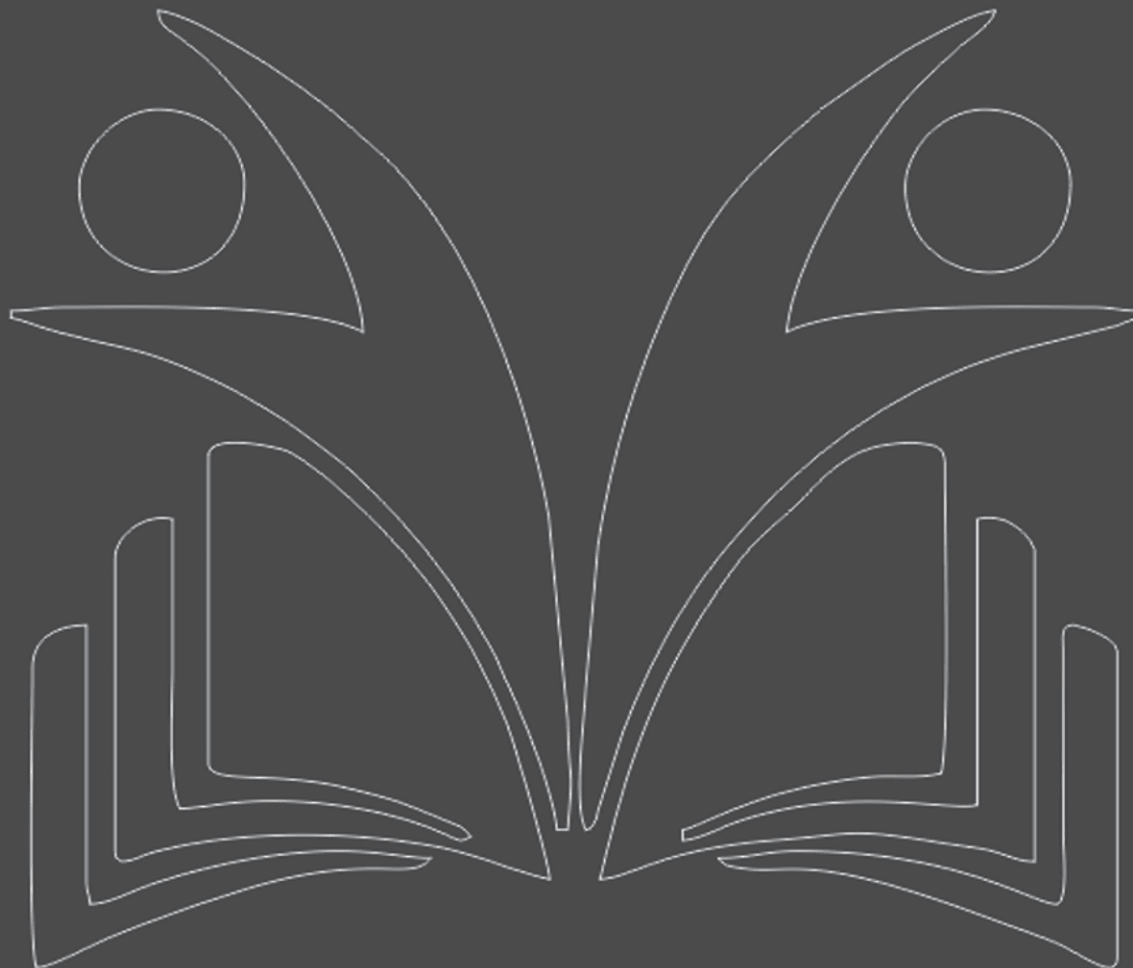


10.37423/220305603

CONSUMO DE COMIDA DE MIGRANTES E IDENTIDADE: UM DEBATE A PARTIR DA PERSPECTIVA MULTICULTURAL

JOAO RENATO DE SOUZA COELHO BENAZZI

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro -
UERJ*



Resumo: Esse ensaio debate as relações entre consumo de comida, identidade e processos de pertença a grupos no contexto multicultural contemporâneo para defender a necessidade de se incorporar a perspectiva espacial de modo amplo, criativo e vivo na análise de tais processos identitários. Foca-se o debate em considerações sobre espacialidades para trabalhar as representações da comida de migrantes como lugar de possibilidades produtivas de pesquisa na área de comunicação e da comunicação voltada para comunidades de migrantes ligados s identidades hifenizadas em particular. Destacam-se dentre as contribuições trabalhadas a questão da hibridização das identidades no contexto brasileiro, a comida como mediadora de sentidos identitários e as representações sobre a comida junto a comunidades de migrantes marcadas por identidades hifenizadas.

Palavras-chave: Comida; Consumo; Multiculturalismo; Identidade; Lugar.

INTRODUÇÃO

Castells (1999) salienta a diferença entre os conceitos de identidade e papel. A identidade é processo de construção de significado fundamentado em um ou mais atributos culturais inter-relacionados que prevalece sobre outras fontes de significado. É também processo que contém força suficiente para delimitar as subjetividades relevantes e auto-avaliações significativas, que não estão sujeitas a variações rápidas no curso do tempo. Sua fonte primeira são os processos de autoconstrução e individuação através da internalização de significados. Calcadas, portanto, nas percepções sobre si mesmo. Os papéis que o homem comum desempenha (por exemplo, se marido ou solteiro, se alfaiate ou jogador de futebol, se católico ou agnóstico...) são fruto social de normas e condutas individuais no contexto das instituições e organizações. Sua origem, portanto, é contextual e referencializada e tem função muito mais precária como influenciador de comportamentos na medida em que tal influência está sujeita às negociações entre o indivíduo e as estruturas sociais de onde brotam. Assim, a perspectiva que se pretende adotar nesse percurso de reflexão enfatiza a atualização constante e sempre em andamento do processo de identificação, em contraposição a uma perspectiva fixa do conceito de identidade.

A questão da identidade e suas mútuas interações nos processos de comunicação e de consumo contemporâneos tem sido um ponto relevante das preocupações de autores das áreas da comunicação, sociologia e consumo nas últimas décadas (FEATHERSTONE 1997; ENNE, 2006, dentre outros). Para vários autores (Hall, Gilroy e Bhabha) o debate identitário, do processo de pertença a um grupo, possui aspectos de narrativa pessoal e é fortemente mediado pelos chamados dispositivos midiáticos. Por exemplo, Hall (2003) diferencia a questão da identidade de seu processo de formação e atualização. Preconiza que o sujeito não deve ser visto como exclusivamente racional nem sua identidade ser entendida como unificada, fixa e estável, determinada a partir do país de nascimento ou pela origem biológica do indivíduo.

No contexto sócio-cultural contemporâneo, selecionou-se a perspectiva de analisar aspectos de inter-subjetividade dos processos de comunicação frente a características dos indivíduos e da forma como estes constroem as imagens e percepções sobre si mesmos. Beck (1997, p. 12) apresenta a modernização reflexiva como "a possibilidade de uma (auto) destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O 'sujeito' dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental." Seu caráter reflexivo decorre do fato de que o próprio processo bem sucedido de construção e comercialização de sua produção levar a mudanças sobre as

próprias bases sobre as quais se firmou para alcançar seus objetivos. Assim o processo se apresenta como não apenas como de mudanças ou mesmo de mudanças constantes, mas de mudanças que estão sempre 'queimando as caravelas', alterando as condições prévias sobre as quais foram viabilizadas. O termo reflexivo remete, portanto, ao 'efeito bumerangue' da mudança. São mudanças não planejadas, que se apresentam como ruídos ou efeitos indesejados nos processos objetivados da sociedade e de seus agentes em particular (BAUMAN, 2000).

Para tratar da questão da identidade e do pertencimento, Beck (1997) introduz o conceito de individualização que quer dizer "primeiro, a desincorporação, e, segundo, a reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros novos, em que os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias biografias" (BECK, 1997, p. 24). Esse processo se apresenta, por exemplo, quando os indivíduos têm de decidir sobre aspectos de suas vidas – se e quando me caso, mudo de cidade ou de emprego. Tais decisões, antes submetidas a normas obrigatórias e "incorporadas" (GIDDENS, 2002) agora são dependentes da decisão individual. Esse mesmo indivíduo é considerado "ator, planejador, prestidigitador, e diretor de cena de sua própria biografia, identidade, redes sociais, compromissos e convicções." (BECK, 1997, p. 25).

Tal capacidade e poder de escolha tornam as simples escolhas cotidianas da vida uma decisão reflexiva (GIDDENS, 2002 e HALL, 2003). A biografia de cada um é um projeto não-padronizado, fruto das escolhas e preferências individuais. Na medida em que tais decisões passam a ser compulsórias elas adquirem o sentido de perigo pessoal – na sociedade de risco – e obrigam as pessoas a conviver com a perspectiva do erro e fracasso auto-infligido. A manutenção de narrativas de vida coerentes e continuamente revisadas se produz em ambiente de variedade de escolhas possíveis, influenciado pelo que Giddens (2002) chama de sistemas abstratos (distantes da experiência individual) e confere o caráter reflexivo do eu. Nesse contexto, a noção de "estilo de vida" toma um papel destacado: se a tradição perde força na determinação das percepções sobre si mesmo, o resultado do confronto entre as tendências pasteurizadoras do global e as amarras diferenciadoras do local encontra vazão nas seguidas escolhas que são realizadas no modo de condução de nossas vidas. Essa condição, aliada à acelerada produção de formas inovadoras de autoridade, torna a escolha do estilo de vida decisão de importância tanto na produção dos modos cotidianos de vida como na construção simbólica que fazemos de nossas existências e nas percepções que moldamos sobre nós mesmos.

A partir da apresentação do contexto social mais amplo empreendida, passa-se à análise das relações entre o contexto social e as percepções de identidade que ali se constroem.

A REFLEXIVIDADE E O ESTILO DE VIDA NA PRODUÇÃO DAS AUTO-IDENTIDADES

Tal como já exposto, adota-se a perspectiva de Castells (1999) para o conceito de identidade já que, por seu caráter de autodefinição, organiza significados enquanto papéis organizam apenas funções que o indivíduo negocia com as instituições e estruturas sociais. Discutindo tanto as questões de poder como os mecanismos de aceitação e exclusão que a construção de processos identitários ensejam, Castells (1999) propõe ainda três origens e formas de identidades: a legitimadora, a de resistência e, uma forma rara – e quase sempre inviável - a de projeto. A primeira é uma identidade padronizadora e não diferenciada que nasce nas instituições e grupos dominantes para afirmar, manter e expandir sua influência. A de resistência é criada por grupos à margem, desvalorizados e estigmatizados como forma de sobrevivência e oposição em contexto que, na visão de seus membros, lhes é injusto e excludente. É tida por Castells (1999) como o tipo mais importante de formação identitária dentre outras razões por serem os focos de contestação e mudança no todo social posto que agem para reverter julgamentos ao mesmo tempo em que significam reforço ao processo de resistência em si. O tipo de identidade de projeto pretenderia produzir sujeitos, na medida em que o projeto – o vir a ser – que embute traz consigo o movimento de mudança social profunda e ampla como desenrolar do projeto identitário em si.

Na contemporaneidade, as formas pelas quais os indivíduos constroem as percepções sobre si mesmos se sobre os diferentes grupos com que se relacionam vem sofrendo alterações marcantes e profundas. Velho (2003), por exemplo, fala da coexistência de um elenco de reações e comportamentos possíveis (um campo de possibilidades) quando os indivíduos lidam com a ambigüidade que marca as diferentes configurações de valores e estilos de vida modernos. Mais especificamente ele se atém às descontinuidades e à fragmentação que brotam quando, a uma ordem determinada por unidades ‘encopassadas’ da vida social fundamentada na tradição (família, linhagem, nação, igreja e partido) se combinam as novas formas da sociedade moderna.

Para Woodward (2000) o indivíduo assume identidades – posições de sujeito – variadas e diferentes em resposta a contextos culturais e situacionais distintos. Tais posições de sujeito estão intimamente relacionadas aos papéis sociais que cada situação solicita ao sujeito. Desta forma a identidade é vista como fragmentada, já que não há um único aspecto de sua expressão cultural que determine os demais.

A manutenção de narrativas de vida coerentes e continuamente revisadas se produz em ambiente de variedade de escolhas possíveis, influenciado pelo que Giddens (2002) chama de sistemas abstratos

(distantes da experiência individual) e confere o caráter reflexivo do eu. Nesse contexto, a noção de “estilo de vida” toma um papel destacado: se a tradição perde força na determinação das percepções sobre si mesmo, o resultado do confronto entre as tendências pasteurizadoras do global e as amarras diferenciadoras do local encontra vazão nas seguidas escolhas que são realizadas no modo de condução de nossas vidas. Essa condição, aliada à acelerada produção de formas inovadoras de autoridade, torna a escolha do estilo de vida decisão de importância tanto na produção dos modos cotidianos de vida como na construção simbólica que fazemos de nossas existências e nas percepções que moldamos sobre nós mesmos (FEATHERSTONE, 1997).

Martín-Barbero (2003) alerta, comentando sobre papel das redes e da fragmentação no processo de comunicação, para os sentidos do local em oposição ao global. Por um lado o local se mostra fragmentado pelo efeito do deslocamento que o global acarreta mas, por outro lado, se apresenta como revalorização do localismo que complementa e resiste à globalização, num movimento de auto-revalorização focado na gestão autônoma e na manutenção de memória, meios em si de produzir relatos e identidade próprias. Identidades de resistência que se criam e se reconfiguram no jogo entre global/legitimado e local/resistente. Se, de um lado, tomamos contato com a cultura da ‘modernidade-mundo’ e seus valores e estilo desterritorializados, por outro é forçoso reconhecer que o processo global é também potencializador da diferença posto que opera exposição constante entre culturas. Esse processo de reconhecimento opera também o respeito cotidiano a tais diferenças de modo que a atitude demonstrada frente a identidades e estilos de vida próprios – e diversos dos de um determinado observador – é positiva. É um processo oposto à visão outrora tradicional de ter outras culturas e identidades como afronta ou ameaça à ‘pureza’ cultural tradicional. Possivelmente, tal processo não apenas estimula o aparecimento como conduz a uma maior permeabilidade à manutenção de identidades de resistência.

Cabe destacar a questão apontada por Martín-Barbero (2003) sobre o debate nos estudos no campo da comunicação e que se aplica também a pesquisa aqui pretendida com foco no processo de identificação: a certeza de perder a comunicação e a cultura enquanto objetos de pesquisa permite, em contrapartida, a possibilidade de ganhá-las enquanto problemática a ser investigada, enquanto processo e relação de mediação a ser explorados. Essa perspectiva permitirá que, efetivamente, se possa expandir a amplitude da análise realizada.

Na seqüência, analisam-se as relações entre processos de comunicação e identidade, para ampliar a análise para debater a contribuição que processos de consumo podem trazer para este ensaio.

CONSUMO, IDENTIDADE E LUGAR COMO ANCORADOUROS E EXPRESSÕES IDENTITÁRIAS

Na lógica da identidade, a arena do mercado e do consumo podem ser de utilidade para aprofundar a compreensão do processo de identificação em suas especificidades. Segundo Giddens (2002, p.79), é importante compreender que “estilo de vida” significa muito mais do que simplesmente consumismo superficial: o estilo de vida pode ser definido como sendo as práticas que o indivíduo incorpora em sua vida que não preenchem apenas necessidades utilitárias, mas “dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade”. Tais práticas se transformam em rotina na medida em que são absorvidas na maneira de vestir, de comer, de beber, nos lugares que alguém seleciona para encontrar os amigos. Esse conjunto de práticas é a expressão das decisões não só em termos de escolhas superficiais, mas informa sobre quem se é.

A lógica central do consumo contemporâneo e seus impacto na vida cotidiana encontram eco numa ética distinta da que governa a lógica da produção e da emissão. O espírito romântico, entendido como a antecipação do prazer sem o gozo, da fantasia e da imaginação presidem o processo de consumo (CAMPBELL, 2001). Na medida em que o consumidor se configura como uma categoria de identidade importante na contemporaneidade, é relevante analisar suas características no ambiente de reencantamento do consumo, ou seja: da reversão da lógica entre consumo e produção em que o mercado e, mais especificamente, os consumidores são os reais condutores tanto do processo de produção como na dinâmica da comunicação e da própria produção de sentido na propaganda, por exemplo. São os consumidores que comandam, num mecanismo de retro alimentação negativo a lógica do consumo e, por consequência, a produção e não o inverso como ocorria na modernidade (BROWN, 2005). As regras são substituídas por escolhas e a ambigüidade toma o posto das uniformidades de acordo e sob as ordens do cliente, numa radicalização dos processos de segmentação em fragmentação.

Na sociedade de consumo (BARBOSA, 2004) o consumo é processo cultural (MCCRAKEN, 2003) e simbólico e os bens consumidos podem ser encarados tanto como veículos de conteúdos simbólicos para seus possuidores (BOURDIEU, 2007) como derivados de processos de mediação na vida cotidiana (APPADURAI, 2008). Levando em consideração que a comunicação é a base para a existência da cultura contemporânea, pois é através e por ela que os significados e os sentidos são dados às coisas, pode-se revelar elementos constitutivos da identidade do cidadão a partir da representação que se faz dele e das percepções que ele nutre por si mesmo. A comunicação tem a função ainda de difundir e assegurar as informações que irão se materializar no espaço e assim ser índice de compreensão sobre

a dinâmica das sociabilidades contemporâneas. Tal visão apóia-se na perspectiva dos indivíduos, em oposição a uma ótica instrumental. A arena da construção de significado é a que incorpora – e não a que pretende excluir e eliminar – as imagens subjetivas sobre si e grupos de pertença que os atores constroem em resistência identitária.

Esse capítulo debateu o conceito de reflexividade e o papel do risco na visão de Beck (1997) para caracterizar o processo de mudança social contemporâneo, pano de fundo e origem das alterações dos mecanismos de construção das imagens de si mesmo. A seguir, abordou o conceito de individualização com ênfase no sujeito destradicionalizado, fragmentado e impelido a decidir ininterruptamente sua biografia e curso de vida. A terceira e última seção apontou o consumo como relevante para aprofundar estudos sobre a problemática em análise.

Já Mama (2010) em debate sobre as relações entre ética e identidade, afirma que construímos e danos sentido a nossas vidas por meio de identificações com diversas identidades coletivas – homem e mulher, homo e heterossexual, branco e negro e índio, dentre diversas outras...) e através de combinações destes aspectos. Além disso, nossas escolhas e os parâmetros pelos quais nos guiamos cotidianamente – nossa ética – é profundamente influenciada por tais identidades e por nossos contextos. Muito embora, segundo Mama (2010), possamos imaginar novas comunidades de pertença e suas respectivas identidades, sua efetiva disponibilidades é resultado, em larga escala, do tipo de corpo que habitamos, do contexto social e histórico em que vivemos e do lugar concreto e específico em que estamos situados. Assim, o conteúdo e o “ significado de toda e qualquer identidade há de sempre variar em função do lugar e da época “ (p. 609). Portanto, trabalhar a geografia , ou seja as relações e exigências que o aspecto físico-material do lugar e significações ali ancoradas parece importante para ampliar a compreensão sobre o modo como os vários pertencimentos identitários são inventados, desafiados e negociados. Além disso, para se analisar a questão do pertencimento hifenizado é indispensável trabalharmos a questão do lugar tanto de partida como de acolhida do migrante na formação do sentimento de pertença, de comunidade. Nosso foco recairá, por consequência , na relação entre o lugar e sua tradução em espaço e território.

DO ESPAÇO E DA TERRITORIALIDADE COMO O LUGAR DA CULTURA

Para seguir na investigação entre as relações do espaço com formas de pertença trabalharemos algumas contribuições de teóricos da geografia cultural que destacaram, a partir de distintas posições

epistemológicas, questões que priorizaram as temáticas ligadas às formas de situar o simbólico no espaço físico.

Para Massey (2009) já há bom tempo existe uma forma enganosa, em termos de conceituação de espaço e tempo, que opera para transformar a Geografia em História e o espaço em tempo, de forma que “reduz coexistências simultâneas a um lugar na fiação da História (p24).” Esta transformação tem como principal efeito o embaçamento da percepção da multiplicidade de coexistências simultâneas e do reconhecimento de outros coetâneos, do papel do espaço como categoria efetiva de análise do social. Esta conceituação equivocada do espaço leva a “sua redução a uma dimensão para a exposição / representação de diferentes momentos no tempo (p.26) ” e opera para gerar lugares essencializados que são úteis para remover a diferença e a ‘contaminação’ das identidades essencializadas e trazer segurança e refúgio num mundo em constante e incontrolável movimentação. É um movimento de cunho defensivo, fechado e conservador – o de focalizar as identidades ditas puras e essenciais.

A visão que Massey (2009) propõe em suas considerações sobre o espaço parte por imaginar que não há separações diferenças entre espaço e lugar e que a consideração de multiplicidades coexistentes no mesmo tempo – e em lugares distintos – faz parte constitutiva dos processos sócio-culturais contemporâneos. Advoga que “é a existência coetânea de uma pluralidade de trajetórias, uma simultaneidade de histórias-até-agora que viabiliza a plena exploração da dimensão espacial dos processos sociais e culturais. Este sistema espacial, alerta Massey, não significa um conjunto de relações coerentes, por que operam no tempo presente e estão em processo. As relações internas do sistema que privilegia as relações espaciais na análise cultural não são plena e logicamente estabelecidas e conectadas. Como o futuro está sempre aberto, por ocorrer, a análise espacial no tempo presente, em que as multiplicidades coexistem, precisam reconhecer esta indeterminação e a noção de risco aí embutida, noção está ausente nas análises históricas. Nestas análises e nas que reduzem o espaço ao tempo, tanto as multiplicidades de trajetórias e posições são negligenciadas como a de risco, de possibilidades variadas de existir. Apenas nas análises em que os eventos já ocorreram (históricas) é possível – embora nem sempre viável – traçar sistemas holísticos e mapear as suas interconexões. Portanto o espaço ordinário seria o espaço e o lugar “através dos quais, na negociação de relações dentro da multiplicidade, o social é construído (p. 35)” e se poderia, efetivamente, substituir a narrativa de história (única) por muitas.

Em sentido muito semelhante Haesbaert (2002) desenvolve argumentação que critica análises de cunho marcadamente histórico que não reservam espaço para a indeterminação, especialmente as de

base tanto positivista quanto marxista por se basearem em argumentação sempre dentro do “ grande projeto racionalista da modernidade (p. 34)” Advoga que deve-se trabalhar, dentro da modernidade, com a perspectiva de se romper com dualismos ao se desenvolver abordagens para tratar da dimensão espacial que a subordinem à análise econômica, de base historicista e reducionista, que “ elegem previamente sua linha como a vencedora (p. 33)” e não permitem espaço para a descoberta do novo e para a indeterminação. Neste sentido apresenta interessante proposta em que se parta do princípio de que o home é dotado do poder de criar e imaginar, além e mesmo através de sua capacidade de meramente reproduzir., não se reduzindo tampouco às determinações da razão. Seguindo em sua defesa da espacialidade na análise social, Haesbaert (2002) destaca alguns aspectos e metáforas das grandes questões da geografia a ser mais desenvolvidos a partir do critério espacial de ordenação. Apresenta, dentre outras, as questões de limites – em que inclui as fronteiras, suas delimitações, porosidades e transições – e a de fluxos – em que coloca as migrações das velocidades e seus efeitos sobre os espaços.

Estas provocações serão retomadas mais adiante, nas considerações sobre imigrantes, identidade brasileira e comida etnia. Por outro lado e de forma complementar Santos (2010) aponta que a territorialidade é também transindividualidade, a acomodação da ação humana no espaço, é a ligação entre o físico-material do espaço e da geografia com os significados e memórias ali aderidos. Os aspectos materiais do espaço, as paisagens, a arquitetura, as construções, as casas, os móveis , os objetos e, por que não, a comida estão impregnados de lembranças e significados a eles aderidos pela ação, vida e representações humanas. Estes aspectos materiais do espaço estão povoados por conteúdos simbólicos derivados de sua concepção, produção e uso humanos. A transindividualidade, composta pelas relações entre pessoas (relações inter-humanas) é também composta pelas técnicas e seu uso e pelos objetos técnicos. Estes objetos técnicos, produzidos pela ação humana com e pelo uso da técnica humana, seriam o prático-inerte de Sartre a que Santos (2010) faz alusão. O prático-inerte cristaliza, materializa e dá forma material e física á experiência passada. Santos (2010) afirma igualmente que o espaço, com suas paisagens e configurações espaciais é “ a expressão mais acabada do prático-inerte (p. 586)”.

Neste ensaio defende-se a perspectiva de que a comida, por ser também repositório de experiências passadas e ser produzida como objeto técnico, pelo uso da técnica por mãos humanas, se configura igualmente como expressão do prático-inerte, uma tradução do espaço preenchido por cultura.

Dos migrantes, sua comida e seus territórios como lugares de identidade e de cultura

A partir das questões relacionadas ao debate entre espaço, territorialidades e marcas culturais do espaço ligadas à questão dos pertencimentos e identidades, pretende-se, aqui, defender a pertinência da representação sobre a comida de migrantes como objeto de estudo interessante para o debate do papel da comunicação e mídias étnicas na construção de sentimentos de pertença a identidades hifenizadas.

Lesser (2001) apresenta as identidades hifenizadas a partir do exemplo da comunidade sírio-libanesa no Brasil. Embora a Síria, o Líbano e a Turquia sejam países distintos, por causa de debates sobre a imigração de chineses para o Brasil, principalmente na primeira metade do século XX tais comunidades criaram a identidade que se poderia adjetivar, inicialmente, de dupla: síria e libanesa concomitantemente. Esta 'criação' fez sentido dentro do debate mais amplo ocorrido à época sobre o interesse (ou não) do Brasil seguir incentivando imigração não-européia, principalmente de árabes, judeus e japoneses. Havia uma idéia de que migrantes brancos (ou não-negros) não-europeus teriam resistência à incorporação à sociedade e identidade brasileiras por motivos diversos, alguns explorados em detalhe junto à comunidade de migrantes assírios. A criação da representação de uma identidade não ligada direta e univocamente a um país de origem, foi estratégia de cunho simbólico que visava a quebrar a resistência ao argumento dos migrantes que supostamente não desejariam de integrar ao Brasil. Ocorre que tal estratégia bem sucedida, por outro lado, deu início historicamente e tornou patente a questão das identidades 'nem lá nem cá', não essencializadas, impuras, contaminadas e hibridizadas na imigração para o Brasil. A identidade ítalo-brasileira é uma delas.

A partir de objeto de consumo tão intenso em simbolismos para o imaginário tanto de brasileiros como de italianos como a comida busca-se, neste ensaio, iniciar de forma introdutória a problematização da identidade cultural brasileira na contemporaneidade a partir das variadas formas de se lidar com o processo de globalização em curso, especialmente em seus aspectos culturais. Mas não se pretende debater unicamente predileções alimentares sobre comida de italianos no Rio de Janeiro. Montanari (2008) afirma que o gosto não é apenas sabor, captado fisiologicamente pela língua. É também saber, avaliado sensorialmente pelo cérebro que diferencia o que é bom do que é ruim, agradável do desagradável. Processado pela cultura, o gosto da comida é realidade coletiva e comunicável, sujeita a influências variadas dos processos comunicacionais. O gosto pela comida se configura como produto cultural, em que predileções e excelências são resultado de complexa construção histórico-cultural, localizada sempre geograficamente. As cozinhas típicas regionais, tal como a comida italiana, são exemplos desta dinâmica, de lentas fusões e incorporações, realizadas em áreas de fronteiras e, num

segundo momento, aderidas aos territórios como emblemas de autenticidade local. São, portanto, não apenas produtos culturais híbridos e múltiplos mas também profundamente produtos culturais marcados por associações simbólicas territorializadas.

O mesmo autor afirma também que a comida, por incluir gestos feitos junto a outros – o comer juntos, a comensalidade – assume valor comunicativo, constituindo a linguagem da comida. Esta linguagem representa identidades, posições sociais, gêneros, significados religiosos e, por seu valor comunicativo, é ostentatória e cenográfica (Montanari, 2009). O fato de comermos em público faz das refeições uma forma exibicionista de consumo e uso sócio-cultural da comida. Nas múltiplas associações possíveis entre territórios, simbolismos e identidades a comida se destaca como um objeto de pesquisa privilegiado para explorar a teia e as redes de tais relações. Mais ainda, Montanari (2008, p. 160) afirma que “se a mesa é a metáfora da vida, ela representa de modo direto e preciso não apenas o pertencimento a um grupo, mas também as relações que se definem nesse grupo...” e que (p. 164) “ é, portanto, indispensável identificar uma gramática da comida e decodificar suas regras”.

Essa questão será, certa e precisamente, um desenvolvimento subsequente deste ensaio exploratório, a partir do recorte sobre festividades e do consumo de sua comida.

CONCLUSÕES

Esse ensaio exploratório investigou as relações entre identidade e seus processos de pertença a grupos no contexto cultural contemporâneo para defender a necessidade de se incorporar a perspectiva espacial de modo amplo, criativo e vivo na análise de tais processos identitários. Além disso, debatemos a oportunidade de, a partir de tais considerações sobre espaço e novas considerações sobre tais espacialidades na abordagem de questões da geografia cultural, trabalhar com a questão das representações da comida de migrantes como lugar de possibilidades produtivas de pesquisa na área de comunicação e da comunicação voltada para comunidades de migrantes ligados s identidades hifenizadas em particular. A partir de tal perspectiva este ensaio pretendeu ser tão somente um primeiro passo em longa trajetória de análise e pesquisas, nas quais se apresentam como potencialmente promissoras a ser ainda mais detidamente trabalhadas as questão da hibridização das identidades no contexto brasileiro, a comida como prático-inerte que media sentidos identitários e as representações sobre a comida junto a comunidades de migrantes marcadas por identidades hifenizadas.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large – Cultural dimensions of globalization*. University of Minnesota Press, 1996.

_____. *A vida social das coisas - as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niteroi: EdUFF, 2008

BARBOSA, L. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

BECK, U. *A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva*. In GIDDENS, A. BECK, U. e LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOURDIEU, P. *A Distinção*. São Paulo, EDUSP, 2007.

BROWN, S. *Marketing pós-moderno: vale tudo!* In: BAKER, M. *Administração de marketing*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CAMPBELL, C. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro, Rocco, 2001.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENNE, A. L. “À perplexidade, a complexidade: caminhos para pensar a relação entre consumo e identidade nas sociedades contemporâneas”. IN: *Comunicação, Mídia e Consumo*. v. 3, p. 11-29. São Paulo, ESPM, 2006.

FEATHERSTONE, M. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

HALL, S. *Quem precisa da identidade?* In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. São Paulo: Vozes, 2000.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7a edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *Representation: cultural representations and signifying practices*. Glasgow: Open University Press, 2003b.

_____. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003c.

LESSER, J. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MAMA, A. *Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade*. In: SANTOS, B. S; MENESES, M. P. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTÍN-BARBERO, J. Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia. 2a edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MONTANARI, M. Comida como cultura. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

____. O mundo na cozinha: História, identidade e trocas. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

VELHO, G. Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. São Paulo: Vozes, 2000.